



1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39

Ata da 236ª Reunião Ordinária do Conselho  
Estadual de Saúde da Bahia (CES/BA)

Aos quinze dias do mês de dezembro de dois mil e dezesseis, no Auditório do Hospital Roberto Santos, com as presenças dos senhores membros do Conselho Estadual da Saúde: Presidente Ricardo Liz Dias Mendonça-Presidente, Fábio Vilas-Boas Pinto – Vice – Presidente, Cássio André Garcia, Rosalvo de Oliveira Junior, Aroldo Luiz da Silva Bacelar, Isadora Oliveira Maia, Márcio Costa de Souza, Edson Moraes de Oliveira, Luiz Américo Pereira Câmara, Josivaldo de Jesus Gonçalves, Célia Maria Alexandria de Oliveira, Marleide Castro dos Santos, Sílvio Roberto dos Anjos e Silva, Waldir Cerqueira dos Santos, Eliane Araújo Simões, Paulo Henrique Albuquerque Nascimento, Liliane Elze Falcão Lins Kusterer, Romulo José Valença Corrêa, Moysés Longuinho Toniolo de Souza, Jair Alves dos Santos, Lourani Maria Carneiro dos Santos, José Vasconcelos de Freitas, Francisco José Souza e Silva, Lázaro Ribeiro de Souza, José Silvino Gonçalves dos Santos, Marcos Antonio Almeida Sampaio, Walney Magno de Souza, Júlio César Vieira Braga, Viviane Almeida Sarmiento, Maria Ângela da Mata Santos, Vera Lúcia Gonçalves de Jesus, Raimundo Rodrigues Cintra, Rubiraci Santos de Almeida (Conselheiros Titulares e Suplentes) e Arão Capinam de Oliveira-Secretário Executivo para a reunião do CES/BA. Às 09h50min **A Conselheira Liliane Elze Falcão Lins Kusterer** iniciou a Ducentésima Trigésima Sexta Reunião do CES, inicialmente com os informes. Inscrições. **A Conselheira Marleide Castro dos Santos** denunciou a contradição com respeito ao cartão SUS, já que o SUS é o Sistema Único de Saúde. Falou que pessoas que estão saindo de outros Municípios, vindo para Salvador e em outro Município não podem ser atendidas porque não é daquela cidade. Citou um caso em que uma enfermeira foi para ser atendida lá em Camaçari, para realizar o seu pré-natal, porque ela era de Senhor do Bonfim, morava em Paulo Afonso, veio embora para Salvador, estava atualmente morando em Camaçari. E que mesmo com o comprovante de residência, no posto de saúde de lá não quiseram atendê-la, porque o cartão do SUS dela era de Paulo Afonso. Disse que achava um absurdo, já que o Sistema é Único de Saúde, “eu ter o cartão de saúde daqui de Salvador, não poder ser atendida em outro lugar do Brasil porque eu moro em Salvador”. Disse que isso aconteceu em Camaçari, está acontecendo em outros interiores, por isso a sua denúncia. Disse que precisam ser averiguar o que está acontecendo. Falou que a menina teve que ir para Paulo Afonso para fazer o pré-natal, vai fazer o parto lá, porque aqui ela não foi atendida. Falou que a menina denunciou à Defensoria Pública, mas Infelizmente a Defensoria Pública vai demorar muito, por isso trouxe a denúncia para o Conselho. A outra denúncia foi sobre a eleição do Conselho Municipal de Saúde de Lauro de Freitas. Relatou que querem tirar os representantes dos trabalhadores que são os sindicatos e colocar os Conselhos de Classe. Disse ser um absurdo porque os Conselhos de Classe não tem como representar o

40 trabalhador e que isso não existe. E que essa era mais uma denúncia contra o Conselho  
41 Municipal de Saúde de Lauro de Freitas. Falou que precisam ir lá e fazer esse  
42 contraponto porque não existe conselho de classe que é o Conselho dos Assistentes  
43 Sociais, dos enfermeiros, ir lá representar o trabalhador. Colocou que não existe fazer e  
44 continuar uma reunião com um calor insuportável, com as pessoas se abanando, não  
45 concordava que estivessem fazendo uma reunião no meio do calor que estava fazendo e  
46 sem ar condicionado. **A Conselheira Eliane Araújo Simões** colocou que gostaria que o  
47 Secretário estivesse presente e lamentou por não existir relação muito boa com o mesmo.  
48 Falou que é preciso que o Secretário esteja presente nas reuniões do Conselho como  
49 forma de entusiasmo nessa participação social. Pediu desculpas a Cássio, mas que achava  
50 que o secretário tinha que estar na reunião. Falou que ontem dia 14/12/2016, estiveram  
51 presentes, “09 (nove) Sindicatos” no Ministério Público do Trabalho, numa mediação  
52 com as Santas Casas que fazem a gestão com a Maternidade José Maria de Magalhães.  
53 Falou que 1.050 funcionários poderão ter as suas demissões em massa e a população  
54 poderá estar sendo desassistida desses serviços, porque o que foi contratado, o que foi  
55 acordado, o que foi resultado de uma reunião em agosto, que seria a elaboração de um  
56 cronograma ou de um plano de transição para a saída desta gestora das Santas Casas  
57 porque eles não querem mais continuar por várias situações. Por falta de pagamentos e  
58 outras coisas mais. Falou que não tiveram como caminhar, chegar a essa solução que foi  
59 proposta em agosto para ser resolvida agora em dezembro, já que as Santas Casas deram  
60 até o dia 31 para fechar isso porque eles estão nesse momento querendo descontratar. E  
61 que não condições de pagar porque o dinheiro (reserva) para cobrir essas rescisões  
62 trabalhistas foi gasto para atender, para acudir o Estado na manutenção dos serviços e  
63 como o secretário não chegou e “nós” estávamos até 17h30min, esperando que essa  
64 situação tivesse um final. Informou que o final será dia 10 de Janeiro de 2017, onde o  
65 Ministério Público Estadual junto ao Ministério Público do Trabalho tentarão caminhar  
66 para uma solução e evitar a descontinuidade dos vínculos e a descontinuidade da  
67 assistência. **O Conselheiro Josivaldo de Jesus Gonçalves** Informou que ontem dia 14 de  
68 dezembro de 2016 foi inaugurado em Itabuna, a sede própria do Conselho Municipal de  
69 Saúde, que há um ano vêm lutando junto à gestão municipal, mas que o Conselho  
70 conseguiu inaugurar ontem, a sua sede própria, onde terão uma economia anual de mais  
71 de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), referentes aos pagamentos dos meses de aluguel e  
72 que com certeza farão uma economia para a saúde e também, para as demandas do  
73 Conselho. Disse também, que estiveram semana passada em Brasília e que estão em uma  
74 luta no que diz respeito à derrubada do veto da lei do PLS 210 (Projeto de Lei  
75 Suplementar), que trata sobre a aposentadoria especial dos Agentes Comunitários de  
76 Saúde e a Regulamentação da insalubridade. Disse que estão lutando também derrubando  
77 os vetos feitos pelo Presidente da República. Outra questão era que foi criado ontem dia  
78 14 de dezembro de 2106, a Comissão Especial que estará tratando da revisão da Lei  
79 11.350, que trata das funções e atividades dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes  
80 de Combate as Endemias. Disse que ontem foi instalada essa Comissão, que o projeto já  
81 está sendo tramitado na Câmara e espera que ano que vem assim que retomarem os  
82 trabalhos da Câmara possa estar sendo aprovado. Informou que foi feito uma sessão  
83 especial com a participação de mais de 1.200 trabalhadores para discutir essa nova

84 formulação da Lei 11.350, que vai tratar das atividades dos trabalhadores. Registrou as  
85 condições dizendo que essa já é a segunda vez que ocorre a possibilidade de não ter a  
86 reunião, primeiro foi a falta de energia e “agora está aqui” a questão do ar. Pediu mais  
87 condições à gestão para que as reuniões aconteçam a contento. Falou que tudo isso  
88 porque o Conselho não tem Sede própria ou pelo menos, uma sede mais adequada onde  
89 possam estar fazendo as reuniões. **O Conselheiro Sílvio Roberto dos Anjos e Silva,**  
90 informou que o Seminário realizado pela diretoria do SINDSAÚDE e os trabalhadores do  
91 Hospital Especializado Lopes Rodrigues (HELR), também com a participação do CES,  
92 enquanto representante de Usuário que é da Mesa Diretora. Falou que com muito esforço  
93 realizaram esse Seminário para discutir o futuro da saúde mental, “o que é que nós  
94 queremos com a saúde mental”, o que o povo de Feira de Santana queria com a saúde  
95 mental, daquele espaço e daquele equipamento que era um equipamento público em  
96 tempo de vencer, mas o interessante é que foi deliberado em Feira de Santana parou para  
97 estar discutindo a saúde mental. Informou que a discussão do dia era Hospital  
98 Especializado Otávio Mangabeira (HEOM) e que o mesmo estava se posicionando não só  
99 para proteger o futuro do SUS, mas para proteger o passado e o presente. Falou que esse  
100 Conselho precisa ser respeitado na medida em que lhe intervenha. Reiterando, sugeriu à  
101 conselheira Liliane dizendo que enquanto a mesma encontra-se presidindo a mesa, pautar  
102 a requalificação do Roberto Santos que é uma exigência dos Trabalhadores e dos usuários  
103 daquela unidade e o fechamento. Porque o governo está fazendo assim: O governador  
104 juntamente com o seu secretariado, em especial o secretário da saúde, parece que eles são  
105 os donos do SUS. Enfatizou que já aponta a questão do HEOM, através de uma portaria,  
106 agora já ameaça o fechamento da UPA de Roma com a perspectiva de transformar em  
107 uma maternidade e sem passar por uma discussão. Solicitou que o possível fechamento  
108 da UPA de Roma seja pautado do Conselho. Que enquanto não for pautado, nada de  
109 intervenção naquela unidade a não ser o que é atualmente enquanto UPA. Finalizou  
110 dizendo que enquanto conselheiros, precisam relembrar o passado da luta que foi para  
111 construir o Controle Social. Enfatizou que têm que preservar e proteger o passado, o  
112 presente e o futuro do SUS. **O Conselheiro Márcio Costa de Souza** Informou que  
113 estiveram representando o CES em Brasília semana passada na marcha em defesa do  
114 SUS. Dirigindo-se ao conselheiro Sílvio falou que têm que criar um grupo de  
115 mobilização de fato em defesa do SUS e acha que é uma pauta urgente. Informou  
116 também, que a UNEB de dois em dois anos, faz um evento que se chama “Em Defesa do  
117 SUS”, acontecerá em abril e que podem estar abrindo a possibilidade de uma construção  
118 coletiva do Conselho Estadual junto com a Universidade, para que façam uma discussão  
119 coletiva em defesa do SUS, por achar fundamental. Informou ainda que há muito tempo  
120 está querendo falar, mas está evitando porque o ideal é que se fale com a presença das  
121 pessoas, mas que demorando, está terminando o ano e que vai acabar não falando. Disse  
122 que na verdade queria falar algo sobre respeito. Acha que há alguns meses atrás, houve  
123 uma mudança de data. Disse que é ruim para todo mundo, que para ele que mora em  
124 Feira de Santana, é muito ruim. Que foi colocado que era por causa da representação, por  
125 causa de eventos, por causa de atividades e a forma como foi colocado por um  
126 conselheiro, não cabe, não cabe! Disse que falava enquanto entidade científica. Deixou  
127 bem claro que ninguém dos movimentos dos sindicatos havia pedido. Defende sim,

128 particularmente, porque é filho de um sindicalista que foi preso político na ditadura  
129 militar, que sofreu na ditadura militar e que as pessoas podem escrever e-mails hoje  
130 daquela forma, por causa dos movimentos sociais daquela época. E que no momento  
131 atual do jeito que está à conjuntura, não podem aceitar isso no meio do controle social.  
132 Portanto, não podem tolerar esse tipo de comportamento de colegas dentro do Conselho,  
133 não respeitando a atividade de cada trabalhador. **O Conselheiro Marcos Antonio Almeida**  
134 **Sampaio** colocou que além de um informe, fez um breve comentário com respeito ao  
135 HEOM, falou que estiveram em uma reunião reunidos com os trabalhadores e que a  
136 conselheira Eliane também estava. Disse que essa não era a primeira vez que o CES é  
137 desrespeitado. Falou que as DIRES foram desmontadas com esse Conselho montando  
138 Comissão e não dando nenhum tipo de resolução e toca-se a vida. Vários serviços foram  
139 fechados e esse conselho não se pronunciou. Falou que estava muito empolgado em  
140 mandar emendas para o PES, que esteve lá com Rosa (Rosinha) e que na hora do debate  
141 iria colocar, mas que a LOA 2017 já foi votada na Assembleia Legislativa. Falou que a  
142 Lei 141 diz que tem que passar pelo CES, falou também que não têm programação para o  
143 ano que vai fechar. Que já estão aprovando o PES e que os conselheiros ainda clamam  
144 que esse Conselho precisa ser respeitado. Acha necessária uma reflexão profunda até para  
145 que não façam o papel que segundo as palavras do conselheiro, “constrangedor”. Porque  
146 aquele que às vezes se cala “aqui”, quando alguns conselheiros se colocam, porque é  
147 problemático, está criando situações de dificuldades porque é oposição a essa ou aquela  
148 gestão. Falou que colocaram no Pleno diversas questões e dirigindo-se ao conselheiro  
149 Sílvio Roberto disse que queria fazer esse parêntese, porque por diversas vezes têm  
150 colocado esse desrespeito que o CES tem sofrido e vem sofrendo. Colocou que irão  
151 aprovar um plano no pleno que não traz nenhum tipo de mudança na questão da  
152 regionalização. Não traz nenhum tipo de mudança! Nenhum tipo de mudança no que foi  
153 regionalização. Falou ainda que fizeram encontros regionais, diversas discussões,  
154 envolveram os sonhos e as esperanças dos trabalhadores do Estado da Bahia e nada  
155 mudou. Falou que estão tomando o susto de que o CES não foi respeitado. Disse que essa  
156 era a reflexão que estava trazendo e que no momento oportuno irá fazer a discussão no  
157 PES, mas que irão discutir algumas peças que acha que é fictícia para ele. Não fictícia do  
158 ponto que elas não existam. Mas fictícia no ponto que o tempo no qual ela deveria ser  
159 discutida acabou. A LOA que diz lá na Lei 141, que precisa que passar pelo Conselho  
160 antes de ser mandada para o poder Legislativo, já foi votada no poder Legislativo porque  
161 o ano legislativo acabou. Registrou que estão discutindo um PES onde terão que negociar  
162 muito, inclusive com a casa legislativa, para que possam fazer as emendas daquilo que  
163 estão dizendo que o Conselho precisa porque já foi aprovado lá na LOA o que vai  
164 acontecer em 2017 e deixou para em um debate oportuno, fazer as suas considerações. **O**  
165 **Conselheiro Waldir Cerqueira dos Santos** informou que a sua entidade estaria realizando  
166 na primeira semana de janeiro, um seminário, um debate muito importante, no qual  
167 estarão debatendo a reforma da previdência, onde convocarão os trabalhadores porque  
168 estava chegando aí uma coisa muito ruim para os trabalhadores. Disse que estão vendo  
169 nas redes sociais as piadas e as brincadeiras, mas que na realidade realmente é verdade.  
170 Enfatizou que, o que está vindo aí, se não se mobilizarem agora, ficará mais difícil. Que  
171 vão fazer esse seminário, esse debate, tentando colocar em alto nível para que os

172 trabalhadores “alguns não estão sabendo ainda o que realmente está vindo por aí, mas  
173 cabe a nós movimento social, sindicato, estar esclarecendo isso”. Colocou que outro fato  
174 era o seguinte: Em relação às terceirizadas, a OS, disse ser uma época de dor de cabeça  
175 para “nós” do movimento sindical, porque são inúmeras ligações, inúmeras intervenções  
176 dos trabalhadores pedindo socorro. Disse que tem tantas outras, mas que eles se  
177 depararam com o Hospital Carvalho Luz que acredita ser 1005% SUS, e é administrado  
178 pelo IFF (Instituto Fernando Filgueiras), que já não tem um bom retrospecto no interior e  
179 há quarenta e cinco dias sem receber salários, nem parcela do décimo terceiro e muito  
180 menos vale transporte. Falou que o sindicato entende que existem momentos que não  
181 precisam fazer uma greve de imediato, mas teve que fazer uma paralização relâmpago  
182 por uma hora, no dia corrente pela manhã, aonde chegaram de imediato toda diretoria do  
183 IFF para tentar se reunir com o sindicato. E nessas questões o que eles colocam é sempre  
184 a SESAB. É a SESAB, é repasse, são dois a três meses, disse que entrou em contato com  
185 a SESAB e que não obteve nenhuma informação com respeito a essa situação.  
186 Questionou sobre como são feitos os contratos. Será que o Conselho “aqui”, não tem  
187 capacidade de fazer uma Comissão, algo que possa analisar esses contratos? Porque como  
188 é que há uma licitação e uma empresa dessa pega um hospital desses para administrar  
189 sem um real no caixa? E perguntou mais, será que está acontecendo isso mesmo? Disse  
190 acreditar que sim! Falou que o que eles pedem ao sindicato quando está lá na porta e que  
191 o sindicato tem que pegar os trabalhadores e levar lá para aporta da SESAB, para cobrar à  
192 SESAB e disse que não era papel do sindicato. Falou ainda que o sindicato tem que  
193 cobrar a ela porque o contrato é entre a empresa e a SESAB. Colocou que há muito  
194 tempo vem cobrando isso, que é uma dor de cabeça enorme e que para encontrar o  
195 Secretário em uma reunião dessas é difícil. Falou que “querem” saber dele qual era a  
196 providência que o mesmo estaria tomando porque tem várias empresas cobrando do  
197 sindicato no sentido de tomarem uma providência, que se o sindicato não se movimentar  
198 acabam dizendo que o sindicato é pelego e que eles não são pelegos. Enfatizou que  
199 querem uma providência e passou a palavra à SESAB. **O Conselheiro Moysés Longuinho**  
200 **Toniolo de Souza** informou que em 27/11/2016, começaram a agenda do Dezembro  
201 Vermelho com ações na Barra, ações junto ao IBCM (Instituição Beneficente Conceição  
202 Macedo), fazendo a testagem com o fluído oral e distribuindo camisinhas. Falou para o  
203 Conselho que em 28 e 29/11/2016 teve a honra de participar da 7ª Plenária dos Conselhos  
204 de Saúde do Paraná e que com muita vergonha ter que dizer que a Bahia a última vez que  
205 fizeram isso, foi em 2013. Registrou que não estão fazendo o papel de articulação e  
206 mobilização junto aos Conselhos Municipais de Saúde. Colocou que tiveram também, no  
207 dia 1º, Audiência Pública na Câmara de Vereadores, depois a caminhada de luta contra a  
208 AIDS no CEDAP (Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa), mas na Audiência  
209 Pública do dia primeiro, tiveram a participação do Couto Maia falando sobre os óbitos, e  
210 internamentos que estão enchendo o Couto Maia de pacientes com AIDS, para morrer e o  
211 CEDAP falando também do diagnóstico de HIV AIDS, que não para de crescer em  
212 Salvador e do diagnóstico de Sífilis, que também não para de crescer em Salvador. Disse  
213 que no dia 02/11/2016, tiveram o Simpósio que Coordenação Estadual de DST/AIDS fez  
214 na DIVEP, que foi maravilhoso. Falou que mais uma vez estiveram envolvidos o Couto  
215 Maia, o CEDAP, a UFBA, o Programa Estadual de Combate à Tuberculose falando dos

216 problemas do combate à tuberculose, que vão afetar agora a possibilidade de privatização  
217 do Hospital Especializado Otávio Mangabeira, porque ele era especializado. Disse que  
218 conhecia como HEOM e que agora só o estão tratando de HOM, mais era Hospital  
219 Especializado Otávio Mangabeira para tratamento da tuberculose, “que a gente como  
220 Rede Nacional de Pessoas vivendo com HIV/AIDS, iremos colocar publicamente agora  
221 que nós somos contra toda e qualquer forma de privatização e terceirização de serviços  
222 do SUS, porque isso vai matar ainda mais as pessoas vivendo com HIV/AIDS. Porque  
223 vocês vão jogar os pacientes de tuberculose com HIV/AIDS para o Couto Maia que está  
224 cheio”. Pediu para que ficasse registrado que a gestão deverá assumir o papel, de todos os  
225 pacientes com HIV/AIDS, que estão chegando com tuberculose para morrer no Couto  
226 Maia. “Está cheio!” Enfatizou que se não conhecem, devem ir lá conhecer os dados.  
227 Outra coisa foi que tiveram além de tudo SIMBRAVISA (Simpósio Brasileiro de  
228 Vigilância Sanitária) “aqui” tiveram o prazer de ver uma de suas coordenadoras falar na  
229 abertura do SIMBRAVISA e que foi muito bom. Suas preocupações pra janeiro. Disse  
230 que estavam aguardando a Oficina de Elaboração da Programação Anual de DST/AIDS  
231 que disseram que será “agora” em dezembro. Disse que estão aguardando porque se isso  
232 ficar para janeiro, não vão aprovar nenhum tipo de Relatório Anual de Gestão que não  
233 tenha, ficou pactuado “aqui” em novembro que precisarão trazer em Janeiro o relatório  
234 sobre DST/AIDS e a avaliação do cumprimento de DST/AIDS ou irá ter problemas na  
235 RAG. Já avisaram! Querem saber como irão ficar as festas de largo de 2017, já que não  
236 têm planejamento nem para carnaval e que esse só teve bloco da camisinha porque a  
237 “gente” ONG, fez pressão. Disse que foram acolhidos pelo Dr. Badaró, pelo Secretário  
238 sim, muito bem! Mas não têm planejamento. Falou que distribuíram 30.000 (trinta mil)  
239 camisinhas e poderiam distribuir 100.000 (cem mil) camisinhas. Informou que sairia às  
240 10h30min porque faria uma palestra de prevenção à AIDS. **O Conselheiro Jair Alves dos**  
241 Santos Informou que o CES participou através de sua pessoa, do acompanhamento do  
242 Comitê Materno, sobre as mulheres na SOGIBA (Associação de Obstetrícia e  
243 Ginecologia da Bahia) e disse que o comitê iria dar os informes. Disse que ficou muito  
244 lisonjeado por participar e mesmo por saber que se estão ali para defender as mulheres no  
245 caso do parto e outras coisas mais que poderão acontecer em intercorrência de um parto.  
246 Disse que elas vão fazer a participação delas, que foram convidadas pelo mesmo para  
247 duas vezes por ano, fazer uma demonstração do trabalho que estava sendo feito no comitê  
248 “aqui” nesse Conselho. Segundo ponto: aproveitando a palavra do conselheiro Márcio  
249 sobre os movimentos sociais, relacionada à suas participações em Brasília. Informou que  
250 foi muito importante essa participação, porém, disse que faltaram algumas coisas que  
251 dizem respeito aos movimentos sociais. Enfatizou que os movimentos sociais precisam  
252 participar mais porque só viram o pessoal dos Conselhos e não tinha participação dos  
253 movimentos sociais. Achou que o movimento foi pequeno demais, que o movimento foi  
254 curto (pouco expressivo) com poucas pessoas e que deveria ter muito mais. Disse que  
255 sentiu a falta dos movimentos sociais. Sugeriu que os movimentos sociais sejam  
256 convidados a participarem nas próximas vezes porque será muito importante. Salientou  
257 que a PEC foi votada, mas não vencida, e que devem cobrar mais dos movimentos  
258 sociais. Terceiro ponto: falou das obras do Hospital Couto Maia que as obras do Hospital  
259 Couto Maia que está sendo construído em Águas Claras estão paradas. Relatou que já

260 conversaram com o Secretário e que o mesmo informou que já fez contato com várias  
261 empresas para fazer a licitação e que vão iniciar as obras. Só que estão invadindo toda a  
262 área do Hospital. Disse que já tem casas de laje, tem empresa de garagem na área do  
263 hospital e que os conselheiros não podem deixar porque é uma área pública e que os  
264 conselheiros representam o Estado no CES. Enfatizou que os conselheiros não podiam  
265 deixar que isso continuasse porque ali é dinheiro público, uma área pública e não podem  
266 deixar que pessoas se apropriassem daquele espaço público. Disse que conversaram com  
267 o Secretário e que o mesmo informou que esse pessoal iria sair de lá. Mas não sabem  
268 quais foram as providências depois. Disse que o Secretário informou que solicitou ao  
269 comandante que retirasse essas pessoas de lá, mas que até agora não viram nenhum  
270 resultado. Comunicou que o conselho estava ali para cobrar, porém cobrar com  
271 consciência. **O Conselheiro Luiz Américo Pereira Camara** informou que no dia seguinte,  
272 dia 16/12/2016 a partir da 18h o SINDMED estaria realizando uma confraternização de  
273 fim de ano e que estava convidando a todos os conselheiros (as) para participarem. Disse  
274 que iria colocar um banner lá no grupo, que todos seriam bem vindos e que apesar de não  
275 estar lá, Francisco estava e que os conselheiros poderiam chegar e se apresentar que não  
276 teria problemas. Informou que o SINDMED ao receber a denúncia de uma  
277 inconformidade da composição do CES, encaminhou um ofício a esse Conselho há mais  
278 de vinte dias, pedindo somente o nome das pessoas lotadas na Secretaria Executiva,  
279 conforme consta no regimento interno. Falou que só queria os nomes das pessoas que  
280 estão na Secretaria Executiva para dar encaminhamento se procede ou não, a denúncia de  
281 inconformidade. Deu continuidade à questão do desrespeito que o Conselho de Saúde  
282 vem sofrendo nesses últimos anos. Como sindicalista também têm essa preocupação com  
283 os contratos. Falou que foi encaminhado através do Conselho o pedido de todos esses  
284 contratos inclusive do Carvalho Luz. Falou que está oficiado à SESAB, que são contratos  
285 públicos, disse: agente sabe que tem uma cláusula lá, onde informa que a empresa deve  
286 ter dinheiro “em caixa” para pagar os funcionários por três meses. Mas que a SESAB não  
287 mostra esse contrato e perguntou por que a SESAB não mostra? Perguntou do que a  
288 SESAB tem medo? De mostrar esses contratos? Falou que tem um superfaturamento no  
289 valor de R\$ 1.000.000 (hum milhão de reais) da UPA de Escada e por que eles não  
290 mostram o contrato de 2015? Colocou que estava desafiando e que infelizmente acha que  
291 vai ficar no vazio porque já foi feito oficialmente, já foi feita a denúncia e que vai passar  
292 mais uma vez pela SESAB dando uma de “João sem braço”. Por fim nessa situação de  
293 desrespeito também, o fim da Unidade e Emergência de São Caetano. Falou que não iria  
294 nem entrar no mérito se tem que continuar ou não por causa da discussão existente de que  
295 isso é da prefeitura, tem a UPA de Sam Martin. Falou ainda que tem que discutir “trazer  
296 aqui” o Secretário Estadual, o Secretário Municipal, para colocar como é que vai ser.  
297 Quis saber se vai ser de responsabilidade das UPAS, ou se seria de responsabilidade de  
298 São Caetano? Falou que não está dizendo se deve ou não fechar. Que é por essas questões  
299 que estão vendo o Conselho ser desrespeitado. Conselheira Marleide Castro dos Santos  
300 perguntou conselheiro Luiz Américo se o que o mesmo estava pedindo era a  
301 transparência dos contratos terceirizados. **A Conselheira Liliane Elze Falcão Lins**  
302 **Kusterer** informou sobre as eleições do CROBA que era de seu interesse até porque  
303 estava participando dessas eleições, dizendo que a comissão eleitoral impugnou a urna

304 por correspondência, que a Chapa I da qual faz parte teve maioria dos votos em todas as  
305 urnas presenciais da capital e interior, que o processo fora enviado para o Conselho  
306 Federal e que não existe ainda uma homologação. Falou que a respeito desse processo  
307 não falaram sobre quem venceu porque estão aguardando esse processo pelo Conselho  
308 Federal. Falou também que a Chapa I deu entrada no Ministério Público Federal e que já  
309 foi aberto o inquérito para que sejam investigadas essas irregularidades na votação por  
310 correspondência. **O Conselheiro José Silvino Gonçalves dos Santos** dirigindo-se ao  
311 conselheiro Márcio falou que a participação na Marcha ou qualquer outro movimento de  
312 rua está sendo a cada dia mais esvaziado, não sensibiliza quem está no poder porque não  
313 tem sensibilização, não tem sentido. Disse: eles não olham “pra gente” como pessoas que  
314 estão alí fazendo a militância, fazendo a defesa da coletividade, daquelas pessoas que  
315 mais necessitam. Colocou que conversando com as pessoas “a gente” vê (percebe) uma  
316 total ausência de compromisso, de informação, de querer se envolver. Colocou que o  
317 conselheiro Jair fala de participação do controle social, mas o que “a gente” do Controle  
318 Social fez ou está fazendo para que pudessem reanimar as pessoas a encampar a luta?  
319 Falou que não acredita mais em papel, não acredita mais em fora isso, fora aquilo, disse  
320 que vê a necessidade de buscarem outros caminhos para tentarem sim, sensibilizarem  
321 aqueles que estão decidindo por “nós”. Pessoas que não passaram pelo processo de  
322 aposentadoria igual à que “a gente” está passando, pessoas decidindo aposentadoria para  
323 65 anos, cinquenta anos de trabalho, que foram aposentadas com 45 anos e que essas  
324 pessoas estão decidindo tudo por “a gente”. Colocou que não sabe como é que “a gente”  
325 vai conseguir. Uniu essa preocupação à questão do sucateamento do SUS. Falou que  
326 várias coordenações, vários setores do SUS que trabalhavam diretamente fazendo uma  
327 ponte com o Ministério, os Estados e os Municípios estão se extinguindo. Informou que  
328 na última segunda-feira saiu mais uma lista com a extinção de várias coordenações do  
329 SUS, centralizando todas em uma ou duas. Disse que vê cada dia mais distante esse  
330 sonho da “gente” ter um SUS capaz de atender a todas as pessoas. Encerrou dizendo que  
331 achava importante levar ao Pleno a questão de quanto vão gastar no carnaval e de onde  
332 vem esse recurso. Qual a origem do recurso que será destinado ao carnaval porque é  
333 importante que saibam. **O Conselheiro Paulo Henrique Albuquerque Nascimento** colocou  
334 que já havia solicitado ao **Presidente do Conselho – Ricardo** na semana passada,  
335 informações sobre a capacitação dos conselheiros. Falou que não só para os conselheiros  
336 estaduais, mas também para os municipais. Disse que mora em Campo Formoso e que se  
337 a situação aqui já é complicada imaginem no interior. Falou que precisam dessa  
338 capacitação, que estão com um novo Conselho que começou em outubro e que precisam  
339 firmar essa capacitação porque as pessoas precisam saber ocuparem o seu espaço e saber  
340 como cobrar e fiscalizar. Sugeriu ao Conselho que faça uma carteira e identificação para  
341 os conselheiros porque neste dia mesmo (hoje), passou por transtornos no  
342 estacionamento. Disse que chegou e se identificou como conselheiro e que o segurança  
343 estava certo; dizendo como ele iria provar, porque o estacionamento era para servidor, os  
344 conselheiros podem utilizar. Disse também que não só para utilizar no estacionamento do  
345 Hospital Roberto Santos, mas até na hora que quiserem chegar a uma entidade de saúde  
346 para fazer uma fiscalização não necessitar de um ofício. Chegar com a carteira, mostrar,  
347 dizer que é conselheiro, que tem direito e que a fiscalização só é boa quando acontece de



348 surpresa, não quando ela é programada. **A conselheira Liliane Elze Falcão Lins Kusterer**  
349 informou ao conselheiro Paulo Henrique que as carteiras estavam em processo de  
350 licitação, estavam sendo providenciadas e a Capacitação que na realidade era Educação  
351 Continuada e que o movimento iria trabalhar forte em 2017. **A Conselheira Célia Maria**  
352 **Alexandria de Oliveira** informou que o sindicato ao qual representa tem uma grande  
353 diretoria. Uma diretoria a nível estadual e disse que o Senhor Presidente Ricardo Luiz  
354 Dias Mendonça estava chegando atrasado por estar participando de uma reunião lá no  
355 SINDPREV. Falou que estão todos literalmente extenuados, que a direção do  
356 SINDPREV como um todo, vem trabalhando e com esses atos espúrios que estão  
357 acontecendo no País com essa PEC que infelizmente foi aprovada, a situação da  
358 previdência do SUS, da proteção social de um modo geral estava levando, inclusive à  
359 extenuação dos diretores (as) daquele sindicato para trazer a luta e que “aqui” estava  
360 escutando os movimentos sociais e por isso, subtende-se que o povo ainda não veio, mas  
361 que os conselheiros esperassem porque eles vêm sim! Porque esse é um projeto que acaba  
362 a Nação, e que as pessoas estão aturdidas não estão se dando conta, mas que na hora que  
363 passarem a se dar conta os conselheiros podem ter certeza que vai haver um  
364 esvaziamento até porque as demandas são múltiplas. Falou também que o  
365 SINDPREV/BA está nessa grande movimentação em defesa do Estado brasileiro, em  
366 defesa de proteção social. Porque os conselheiros são os trabalhadores e trabalhadoras  
367 que executam essas políticas em todo país e na Bahia em particular, mas que o  
368 SINDPREV também há mais de 20 (vinte) anos estava em uma luta relacionada a essa  
369 questão, porque já veio esse entulho de legislação; que veio do governo Fernando  
370 Henrique e que os conselheiros não conseguiram ainda tirar esse verdadeiro lixo.  
371 Reforçou dizendo: “então quando as OS, OSCIP – (Organização da Sociedade Civil de  
372 Interesse Público)” que logo mais à tarde estariam discutindo essa questão com mais  
373 profundidade mais profundamente. Mencionou que Bresser-Pereira lá atrás instituiu essas  
374 organizações sociais e posteriormente outras congêneres. Falou que o privado estaria  
375 vindo para dar conta dos problemas da saúde pública e que não estavam vendo isso  
376 acontecendo. Falou que os conselheiros iriam escutar naquela reunião muitas denúncias  
377 relacionadas a essas OS. Informou que o SINDIPREV tinha base lá no Hospital HEOM,  
378 estiveram lá sim, estavam na luta com os demais companheiros que estão na luta e  
379 estariam na reunião à tarde. Disse que há a necessidade da unificação da luta e que não  
380 podiam fazer trabalho em separados. Parabenizou o conselheiro Silvio pelo trabalho que  
381 estava fazendo em Feira de Santana, em relação à saúde mental e solicitou ao conselheiro  
382 que trouxesse toda aquela experiência exitosa muito boa e que incorporasse à Comissão  
383 de Saúde Mental em defesa do Conselho. Falou que têm que estar juntos num trabalho  
384 único. Falou que estavam trabalhando com o movimento da luta antimanicomial, com a  
385 AMEA que é grupo que representa as pessoas com problemas psíquicos, com as  
386 Universidades e com a área pública de saúde mental em um trabalho conjunto e que já  
387 estão evoluindo quase para conseguir a “nossa” política e que quando forem discutir o  
388 PES, esse movimento todo da Saúde Mental estará apresentando as emendas  
389 encaminhadas ao PES. Disse esperava que o conselheiro Silvio levasse as de Feira de  
390 Santana, para aglutinar às que estão em trabalho em Salvador. **O Conselheiro Francisco**  
391 **José Souza e Silva** informou que no dia 29/11/2016, aconteceu uma oficina de trabalho da

392 Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador (a) desse Conselho, lá na DIVAST(D).  
393 Disse que essa oficina fora validada em uma reunião no dia 13 de dezembro de 2016, que  
394 também aconteceu na semana corrente, e que já encaminharam a proposta que fora  
395 validada pela Comissão para planejamento dos trabalhos da Citada Comissão no período  
396 2017/2018. Salientou que estava informando até porque iriam depender muito de como  
397 será organizada a questão da Comissão de acompanhamento dos Conselhos e das  
398 Comissões que vão trabalhar a realização as duas conferências que devem acontecer em  
399 2017. Falou sobre a temática que vários conselheiros tinham se referido com respeito à  
400 dificuldade de mobilização ou a esse tempo de dificuldade política que o País atravessa,  
401 gostariam de deixar “aqui” que as suas dificuldades em uma maior participação as  
402 demandas que a central tem assumido no Brasil inteiro, principalmente em Brasília.  
403 Disse: “A nossa disponibilidade perante a entidade para estar representando a entidade  
404 em algumas situações de necessidade, por conta disso não atender a essa agenda que o  
405 Conselho também tem colocado para participar das diversas manifestações que têm  
406 acontecido no País. Chamou a atenção para o processo de privatização do Hospital  
407 Otávio Mangabeira e lembrou que o País está vivendo um momento no qual qualquer  
408 situação em que forem verificar possibilidade de ataque ao SUS, precisava ver isso com  
409 muito carinho e com muito cuidado. Porque se em outras épocas essa discussão já era  
410 calorosa aqui dentro desse espaço, sobre essa questão de forma de gestão no Sistema  
411 Único no Estado da Bahia, acreditam que esse momento de tensão política e de perdas de  
412 direitos no Brasil, talvez seja mais complicado ainda esse espaço está tendo que trazer  
413 esse tipo de discussão por uma opção da Gestão do Estado da Bahia. Finalizando pediu  
414 aos nobres conselheiros (as) e à mesa, se dentro do possível e necessário, no espaço da  
415 reunião que tivessem um momento de fazer pelo menos um minuto de saudação e  
416 reconhecimento do trabalho do comandante Fidel Castro, revolucionário lutador pela  
417 questão da igualdade e solidariedade do mundo aos povos oprimidos e ontem pela  
418 passagem também do grande comandante católico, o Dom Evaristo que fez a passagem e  
419 que muito significa para o SUS na luta desses dois grandes comandantes pela  
420 democracia. O Conselheiro Cássio André Garcia falou que trazendo a fala do conselheiro  
421 Francisco em saudação a Fidel, informou que se solidarizava e compactuava com a  
422 saudação, mas que também aproveitava para informar que entre aquele dia e sexta, 15 e  
423 16 de dezembro de 2016 estarão chegando à Bahia mais 197 médicos do programa mais  
424 médicos. Aproveitou para dizer que o Secretário não estava presente na reunião porque  
425 estava lá recebendo esses profissionais, já que o Ministério inexplicavelmente ainda não  
426 decidiu como esses médicos serão enviados aos Municípios. Disse ser lamentável que  
427 isso ocorresse por que não eram profissionais brasileiros, eram profissionais que estavam  
428 deixando suas famílias em outros países, que estavam chegando naquele dia “aqui” na  
429 Bahia e que o Ministério não permitiu ou modificou o processo de acolhimento que  
430 faziam. Relatou que recebiam esses profissionais, acolhiam, levavam para uma  
431 qualificação, uma imersão dentro da cultura baiana, dentro da cultura brasileira para  
432 depois com calma serem recebidos pelos prefeitos, pelos secretários de saúde e outro  
433 evento e que neste dia pela manhã estarão embarcando 92 médicos cubanos que estavam  
434 a cargo da marinha e que esperava que a marinha os recebessem e acolhessem. Salientou  
435 que nem os prefeitos sabiam quando e como receber esses profissionais no momento de

436 mudança de gestão. Informou que o Secretário com a equipe da comissão estava lá  
437 fazendo essa recepção. Falou que têm uma lista com todos os municípios e que ao todo  
438 são 197 médicos. Informou que houve uma redução e disse que na maioria deles seria um  
439 profissional. Com relação a algumas falas que foram colocadas na gestão a maioria  
440 converge para alguns pontos de pauta que foi o HEOM que foi um ponto de pauta  
441 específica e iriam deixar para discutir isso em um momento oportuno que seria logo mais  
442 à tarde. Falou sobre outros questionamentos também relacionados à REDE e à gestão que  
443 foi colocado que não era passado na reunião, mas teriam que entender que estão no  
444 território de Salvador e que tem um Conselho Municipal também em Salvador. Salientou  
445 que essa pauta não teria que imediatamente ser direcionada diversas questões para o  
446 Conselho Estadual. Falou que ela deve ser passada sim e tratada no Conselho Municipal e  
447 que era isso que a SESAB faz. Disse que infelizmente nem todos eram Soteropolitano e  
448 que só tinham pouca representação do interior, puxaram muita pauta do que está  
449 acontecendo em Salvador e que estava acontecendo outras coisas no interior que não  
450 estavam pontuando na reunião também. Pediu que respeitassem a sua fala e o direito de  
451 se colocar porque respeitou a dos outros que haviam se colocado. Esclareceu que com  
452 relação a várias questões do SUS, sobre o fortalecimento do SUS ou do desrespeito ao  
453 SUS, concordou com o conselheiro Francisco que estão vivendo outro momento, talvez  
454 um momento em que a PEC passa dois há dias atrás e que na última quarta-feira, a  
455 previdência encaminhou dentro da Comissão de Constituição e Justiça para dar  
456 seguimento em seu processo onde têm diversos retrocessos e não tem dúvida que esse  
457 governo daqui, ainda era oposição ao governo Federal e que estava tomando medidas de  
458 discordância ideológica ou não com diversos setores porque não terão unanimidade, mas  
459 que ainda privilegia o SUS. Assegurou que não estavam fechando hospital para abrir  
460 privado e que tiraram vários contratos de hospitais privados para colocar dentro dos  
461 hospitais públicos. Disse que tem a complexidade para fazer o SUS acontecer e que não  
462 era tão simples quanto parece. Reforçou pactuou com o conselheiro Márcio e finalizando  
463 disse que concordava com o Conselheiro Márcio quando diz que tem que está se unindo.  
464 **Conselheiro Walney Magno de Souza** registrou que nos últimos dias 5, 6 e 7 deste mês,  
465 os povos indígenas estiveram reunidos aqui em Salvador, na terceira Assembleia dos  
466 Povos Indígenas da Bahia, com todas as 27 etnias. Disse que no dia 7 ocuparam a  
467 Paralela em uma manifestação contra a PEC e algumas ações do governo do estado  
468 também. Comunicou que voltaram à BR 101, no município de Itamaraju e que ficarão lá  
469 por tempo indeterminado até que sanem algumas soluções, alguns problemas seus lá em  
470 Brasília e disse que o movimento indígena, comunicando a quem falou que o movimento  
471 indígena não vai funcionar que o movimento indígena já está nas ruas, nas estradas, onde  
472 tiver, não vão parar. O movimento indígena já está na rua ocupando todos os “DSEIS”  
473 (Distritos Sanitários Especiais Indígenas) da Bahia e irão ocupar onde for necessário.  
474 Disse que o movimento indígena estava aí e que o Conselho pode contar com o  
475 movimento indígena. **O Senhor Presidente Ricardo Liz Dias Mendonça** justificou o  
476 atraso informando que fora convidado a participar do 4º Seminário de Auditoria do SUS  
477 na Bahia. Falou que estava na mesa de abertura na Secretaria de Educação e que estaria  
478 sendo realizado o dia todo. Fez algumas considerações dando retorno a alguns  
479 conselheiros começando com o conselheiro Luiz Américo, dizendo que o documento

480 encaminhado pelo SINDMED no dia 19 de agosto de 2016, já havia sido passado pelo  
481 secretário executivo do CES Arão Capinam e que já foi respondido. Colocou que se  
482 existe outro documento até a presente data não havia chegado ao Conselho. Pediu que se  
483 o conselheiro pudesse enviasse através de e-mail porque o Conselho tem interesse em  
484 responder e que era obrigação do Conselho responder e dar transparência aos atos, tanto  
485 da Mesa Diretora Quanto do Conselho. Colocou que não sabe se os conselheiros viram,  
486 mas que o Governo Federal acabou de editar o Código de Ética dos Servidores Públicos  
487 Federais. Disse que infelizmente foi colocado lá que estava vetada qualquer manifestação  
488 que o servidor venha fazer através de rede social ou qualquer outro tipo de mídia. Falou  
489 que infelizmente estamos vivendo um processo de ditadura e que não sabem aonde é que  
490 irão chegar. Disse que no Ministério da Saúde isso já está latente, os servidores do  
491 Ministério da Saúde já haviam recebido informações e alguns já estavam sendo chamados  
492 por ter posto qualquer tipo de comentário referente ao governo atual. Que isso é fato e  
493 que o Ministério da Saúde foi o primeiro Ministério a atuar nessa situação. Ressaltou que  
494 infelizmente tudo pode nesse País. Falou que depois que viram o Supremo Tribunal  
495 Federal cassar uma liminar de uma pessoa de relevância dentro da política, tudo pode  
496 nesse País e tudo pode acontecer. Iniciou a Reunião às 11h. Colocou que têm uma pauta  
497 extensa. Abriu a Ducentésima Trigésima Sexta Reunião Ordinária do CES no dia  
498 15/12/2016. Concedeu a Questão de ordem ao conselheiro Marcos. **O Conselheiro**  
499 **Marcos Antônio Almeida Sampaio** buscou saber se havia previsão de funcionamento do  
500 ar-condicionado. **O Senhor Presidente Ricardo Luiz Dias Mendonça** informou que já  
501 havia solicitado o conserto. Falou que já tinha visto o conselheiro Vasconcelos  
502 aproximar-se da janela procurando ventilação, precisavam da informação se iria consertar  
503 ou mudar para outro auditório que pudesse alocar os presentes. Verificou quórum,  
504 colocou para aprovação da ATA da Ducentésima Trigésima Reunião Ordinária do CES,  
505 enviada em 7/12/2016 e passou a palavra aos conselheiros. **O Conselheiro Rosalvo de**  
506 **Oliveira Junior** pediu perdão por não ter enviado antes, mas que a Secretaria da qual faz  
507 parte não era de Recursos Hídricos e sim Secretaria de Meio Ambiente. Sugeriu que fosse  
508 alterada em toda ATA e daqui para frente também. Falou que já existiu uma Secretaria de  
509 Meio Ambiente e Recursos Hídricos e que agora só Secretaria de Meio ambiente e foi  
510 criada uma Secretaria de Infraestrutura Hídrica, e que então era só trocar nas ATAS o  
511 nome da Secretaria. **O Senhor Presidente Ricardo Luiz Dias Mendonça** reportou-se ao  
512 conselheiro informando que já estava acatado o seu registro e colocou a ata para  
513 aprovação. A ata foi aprovada com a alteração solicitada pelo conselheiro Rosalvo com  
514 uma abstenção do conselheiro Francisco José Souza e Silva. Registrou o nome dos  
515 conselheiros que justificaram a ausência e concedeu a Questão de encaminhamento do  
516 conselheiro Francisco. **O Conselheiro Francisco José Souza e Silva** Colocou que o  
517 Presidente do conselho havia acabado de passar na fala dele as atrocidades que o  
518 Governo Federal vinha cometendo com relação à Democracia. Disse que considerava  
519 complicado em um roteiro estarem justificando dessa forma com nome os conselheiros  
520 que não estavam presentes. Porque se os conselheiros encaminharam para a Secretaria e a  
521 Secretaria tem ciência, acha que era uma coisa de cunho às vezes até privado da pessoa.  
522 Que até para preservar já que, já foi confirmado pela secretaria que as pessoas  
523 justificaram, para preservar até o nome dos conselheiros, sugeriu que talvez não tivesse a

524 necessidade de estar colocando o nome dos conselheiros em uma listagem, até para não  
525 dá a impressão para os que estão de fora pensar que estão querendo controlar ou de  
526 alguma forma estar vigiando a questão da participação ou não dos conselheiros na  
527 reunião. **O Senhor Presidente Ricardo Luiz Dias Mendonça** esclareceu para o conselheiro  
528 Francisco que a intenção da Mesa quando relacionavam que as pessoas não estavam  
529 ausentes na reunião era porque elas encaminharam documento de suas entidades às quais  
530 representavam e que a mesa teve intenção publicizar a todos os conselheiros que aquele  
531 conselheiro não viria e que não era intenção da Mesa estar fazendo nenhum tipo de  
532 monitoramento, nenhum tipo nenhum tipo “com desculpas da expressão” de assédio  
533 moral. Falou que estava apenas dando conhecimento ao Pleno que aquele conselheiro  
534 havia justificado a sua ausência naquela reunião. Falou que essa era a intenção da Mesa.  
535 Mas que se os conselheiros acatassem naquela reunião que não deveria ser colocado não  
536 teria problema algum, não iriam publicizar mais e que ficaria a critério dos conselheiros  
537 se colocarem junto à mesa para obter qualquer tipo de informe de quem participou ou não  
538 participou. Colocou que era regimental dar transparência aos atos administrativos,  
539 conforme a lei de transparência. Falou que se tinha lá no Regimento Interno do Conselho  
540 que tem que fazer a justificativa a Mesa entendeu que tem que dar transparência ao CES  
541 aos membros que aquele conselheiro justificou que não viria e que era só questão de  
542 transparência. **O Conselheiro Walney Magno de Souza** perguntou se o que os  
543 conselheiros enviam por e-mail ao Conselho, era lido no Pleno. **O Senhor Presidente**  
544 **Ricardo Luiz Dias Mendonça** falou: “Todos os e-mails que são enviados por vocês nós  
545 divulgamos” para todos os conselheiros via e-mail. Falou que a questão que estavam  
546 discutindo era presença e ausência. **O Secretário Executivo Arão Capinam de Oliveira**  
547 Comunicações da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia. Cumprindo a portaria o  
548 gabinete do Ministro 1.074 de 29/05/2008, que aprova o Manual de Cooperação Técnica  
549 e Financeira por meio de convênios no seu Cap. V, item 5.3, comunico a esse Conselho  
550 que solicitaremos ao Ministério da Saúde a prorrogação da vigência do Convênio Federal  
551 nº 1.459/2008, tendo como objetivo implementação das ações de Atenção aos Portadores  
552 de Doenças Falciformes no valor de R\$ 1.065.928,00 (Hum milhão sessenta e cinco mil  
553 novecentos e vinte e oito reais), enviados no dia 09/05/2016 para os senhores (as).  
554 Cumprindo a mesma portaria 1.074 de 29/05/2008, que aprova o Manual de Cooperação  
555 Técnica e Financeira por meio de convênios no seu Cap. V, item 5.3, comunico a esse  
556 Conselho que solicitaremos ao Ministério da Saúde a prorrogação da vigência do  
557 Convênio Federal, contrato de repasse nº 752.869/2010, tendo como objetivo ampliação  
558 de Unidade Hospitalar para implantação de Serviço de Radioterapia, Oncologia, Clínica  
559 Bio-imagem, Medicina Nuclear, UNICON no Município de Juazeiro no valor de R\$  
560 13.970.851,53 (Treze milhões novecentos e setenta mil oitocentos e cinquenta e um real e  
561 cinquenta e três centavos). Enviado também no dia 09/05/2016. Cumprindo a mesma  
562 portaria 1074 de 29/05/2008, que aprova o Manual de Cooperação Técnica e Financeira  
563 por meio de convênios no seu Cap. V, item 5.3, comunico a esse Conselho que  
564 solicitaremos ao Ministério da Saúde a prorrogação da vigência desse Convênio nº  
565 753.883/2010, tendo como objetivo capacitação de profissionais de Saúde que atua junto  
566 à população quilombola, no valor de R\$ 444.444,44 (quatrocentos e quarenta e quatro mil  
567 quatrocentos e quarenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos). Enviado no dia

568 9/11/2016 e reenviado no dia 21/11/2016. Cumprindo a mesma portaria do Gabinete do  
569 Ministro 1.074 de 29/05/2008, que aprova o Manual de Cooperação Técnica e Financeira  
570 por meio de convênios no seu Cap.V, item 5.3, comunico a esse Conselho que  
571 solicitaremos ao Ministério da Saúde a prorrogação da vigência do Convênio Federal nº  
572 2.259/2008, tendo como objetivo aquisição de equipamentos e materiais permanentes  
573 para a Unidade de atenção Especializada em Saúde no valor de R\$ 17.980.100,00.  
574 (Dezessete milhões novecentos e oitenta mil e cem reais) Enviado no dia 10/11 e  
575 reenviado no dia 21/11/2016 para os senhores (as) conselheiros (as). Cumprindo a mesma  
576 portaria do Gabinete do Ministro 1.074 de 29/05/2008, que aprova o Manual de  
577 Cooperação Técnica e Financeira por meio de convênios no seu Cap.V, item 5.3,  
578 comunico a esse Conselho que solicitaremos ao Ministério da Saúde a prorrogação da  
579 vigência do Convênio Federal nº 1.770/2008, tendo como objetivo curso sobre Projeto de  
580 Estratégias para qualificação de gestão do SUS na Bahia, da Escola Estadual de Saúde  
581 Pública no valor de R\$ 2.268.972,00. (Dois milhões duzentos e sessenta e oito mil  
582 novecentos e setenta e dois reais) Enviado no dia 12/12/2016 para os senhores (as)  
583 conselheiros (as). O **Conselheiro Francisco José Sousa e Silva** comunicou a todos que  
584 pelo fato daquela reunião ser a última do ano de 2016, havia solicitado à Mesa que  
585 tivessem a sensibilidade de que na primeira reunião de 2017 fosse apresentado ao Pleno  
586 do CES todas as resoluções e recomendações que foram realizadas durante o ano de  
587 2016, naquele espaço, para que pudessem começar o ano de 2017 pelo menos observando  
588 como e o quê efetivamente o CES tinha se debruçado e o que tinha sido efetivamente  
589 dado encaminhamento pela Secretaria Executiva do CES ou pela própria demanda, se  
590 fosse da gestão. Salientou que chamou atenção daquele assunto porque mais uma vez  
591 recebiam as resoluções do outro espaço de discussão da pactuação e já estavam  
592 encerrando o ano e ficava parecendo que vinham para o pleno realizavam as reuniões e  
593 nada se resolvia. “Tinha certeza que muitas coisas tinha se passado naquele ano, naquele  
594 espaço, foi discutido, foram solicitados determinados encaminhamentos através de  
595 resoluções, de recomendações e acreditava que a memória daquilo tinha um valor muito  
596 significativo, principalmente para quem disponibilizava aquele tempo para discutir e  
597 viabilizar o Sistema de Saúde no Estado da Bahia.” Concluiu dizendo que a sua  
598 solicitação fosse que na primeira reunião de 2017, pautassem pelo menos o que o CES  
599 em recomendação encaminhou e para quem encaminhou e como estaria a situação em  
600 termo do trabalho em que buscaram durante o ano de 2016. O **Conselheiro Jair Alves dos**  
601 **Santos** observou que no curso sobre Projeto de Estratégias Para Qualificação da Gestão  
602 do SUS, o valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), achou muito alto, então  
603 solicitou que observassem qual seria o número de pessoas que iriam participar daquele  
604 curso, porque R\$ 2.268.72,00 (dois milhões, duzentos e sessenta e oito mil e setenta e  
605 dois reais), seria um curso que deveria ter muitos participantes, então queria uma  
606 observação sobre o assunto. O **Conselheiro Marcos Antonio Almeida Sampaio** destacou  
607 que na última reunião fizeram uma discussão sobre algumas resoluções, que pedia o  
608 remanejamento da Terapia Renal Substitutiva – TRS, inclusive tinha sido colocado com a  
609 presença do Senhor Secretário Fábio Villas Boas a grande deficiência e dificuldades que  
610 os usuários estavam tendo, para terem acesso aos serviços e o que tinha ocorrido foi que  
611 ele enxergou que vinham duas resoluções; a 148 e a 126, solicitando remanejamento dos

612 meses de outubro e novembro, então parecia que houve remanejamento do teto durante  
613 todo o período e quando se remanejava o recurso era porque teoricamente tinha sobrado.  
614 Aproveitou a presença do conselheiro Cássio André representando a gestão, informou  
615 que toparia ir com o mesmo no Hospital Geral do Estado – HGE já que tinha pessoas  
616 esperando e dizendo para as famílias que se virassem para conseguir uma clínica que  
617 topasse fazer a hemodiálise, no Hospital do Subúrbio tinha pessoas, no Hospital Central  
618 Roberto Santos tinha gente, então perguntou; como era que estava sobrando aquele  
619 recurso para ser remanejado. Quanto à questão humanitária ele como conselheiro do CES  
620 acompanhou a questão de um diabético que estava esperando um exame de arteriografia e  
621 que só estava marcando para o final do mês de janeiro e estava lá ocupando um leito que  
622 poderia estar atendendo pessoas com o perfil e estava aguardando um exame que se fazia  
623 no Hospital Roberto Santos, então precisavam salientar mais porque parecia que as  
624 informações que passavam ali pelo CES, mas gostaria de dizer para todos os conselheiros  
625 que alguns daqueles objetos ali, deveriam ser frutos das deliberações de todos e dos  
626 conselhos municipais de saúde. Observou para todos, que estavam ali dizendo sim  
627 quando tomavam a informação e não se posicionavam estavam concordando dizendo que  
628 a deliberação, “ad referendum” que tomaram naquele espaço, que era para pactuar, mas  
629 que estavam decidindo, estava valendo e que estavam sendo omissos. **O Conselheiro**  
630 **Walney Magno de Souza** informou que por conta daquela situação iria à SESAB porque  
631 já tinha cansado de pedir naquele Pleno, que houvesse um maior esclarecimento em  
632 relação à questão dos convênios, e por conta daquilo tinha o convênio nº 758 e 883 de  
633 2010, no valor de R\$ 444.444,44 (quatrocentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e  
634 quarenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos), para capacitação de profissionais de  
635 saúde que atuavam junto à população quilombola. Salientou que ele fazia parte da  
636 Comissão de Povos Tradicionais e aquelas coisas eles estavam questionando, porque se  
637 perguntasse ali aos presentes, alguém saberia quem eram os profissionais de saúde que  
638 acompanhavam os quilombolas? Talvez o conselheiro Cássio André Garcia pudesse lhe  
639 dar aquela informação para todos. Destacou que não seguiria a linha do conselheiro Jair  
640 Alves porque achou o valor até pequeno perante os outros, mas precisava dar aquele  
641 retorno para eles e não sabia se as pessoas da Diretoria de Gestão do Cuidado – DGC,  
642 estariam ali para dar aquelas informações, então pediu esclarecimento mais uma vez. **O**  
643 **Conselheiro Cássio André Garcia** comunicou que no período que tinha explicado a  
644 questão da TRS, sobre o remanejamento de teto o conselheiro Marcos estava afastado  
645 naquele momento, e faziam o remanejamento mensal, toda clínica tinha um teto de TRS  
646 que era para o via FAEC, produzia, pagava, mas dentro do teto e naturalmente pacientes  
647 morriam, infelizmente, devido ao longo tempo de tratamento, morria, então ela não  
648 produzia naquele mês o teto então pegavam para o MS não Bloquear, tirava daquele que  
649 não tinha produzido para colocar em outro sendo assim se fazia aquilo todos os meses  
650 porque todas as vezes tinha as perdas e tinham necessidade o que era um processo  
651 natural, além de melhorar a informação porque o teto dele, a série histórica se dava pelo  
652 VEP eles já davam antecipado e que fosse enviado para nós e depois que voltasse a  
653 produzir em tão recomporia. Informou que na semana anterior junto ao Ministério  
654 Público e inclusive tinha faltado alguém do CES, estiveram com o Senhor Ronaldo da  
655 BAHIAFARMA, O Senhor Rogério Queiroz, COSEM explicaram tudo que estava sendo

656 feito, todas as dificuldades e realmente tinham dificuldades. Disse que a Região  
657 Metropolitana não tinha clínica que desejasse fazer Tabela SUS, na região e em Salvador  
658 mais TRS. Aquele era um problema que tinham e com relação ao Hospital Universitário  
659 Professor Edgard Santos – HUPES. Respondeu para o conselheiro Walney Magno que os  
660 quilombolas eram da área da DGC sim aquele treinamento ele não sabia especificamente  
661 daquele convênio. Deu razão ao conselheiro quando já tinha pautado que tinha que existir  
662 uma apresentação sobre convênios que inclusive, o conselheiro Francisco José também  
663 estava cobrando, já tinha debatido a questão na Mesa por várias vezes, estava pronta a  
664 apresentação, mas não tiveram como inserir na pauta porque a mesma estava apertada,  
665 foram colocadas tantas questões ali então não estavam conseguindo dar vencimento e  
666 todos já estavam sabendo disso, então assim que houvesse oportunidade e esperavam que  
667 fosse no início do ano que se inserisse a pauta dos convênios e tantas outras que estava  
668 presas, para serem discutidas ali no Pleno do CES. **O Conselheiro Silvio Roberto dos**  
669 **Anjos e Silva** em relação às resoluções da CIB que nunca tinham conseguido chegar a um  
670 consenso, quanto a participação enquanto conselheiros que tinha argumentação das  
671 representações dos municípios, por conta de que poderia inviabilizar, a própria atuação  
672 dos municípios, porém tinham que pensar em algo e não lhe perguntassem no momento  
673 se ele tinha alguma ideia, mas enquanto conselheiros e conselheiras precisavam pensar  
674 em algo, não tirando dois ou três conselheiros(as) para que participassem das reuniões da  
675 CIB, porque lá eles seriam “engolidos”(as) não seria naquele sentido, mas pensavam algo  
676 que teriam intervenção eficaz naquela questão das resoluções da CIB porque era como  
677 alguns colegas tinham dito que eram recursos introduzidos e que eram repassados, e  
678 mesmo eles sendo ali apenas para apreciar sem votação, o que ficava transparecido para  
679 fora e para dentro do CES, era que estavam sendo coniventes com qualquer situação que  
680 fosse ali colocada ou de positiva ou de negativa, então todos os conselheiros poderiam  
681 pensar em criar um grupo de trabalho para pensarem e trazer uma proposta para o CES no  
682 ano seguinte para ver de que forma tivessem uma intervenção realmente eficaz, em  
683 relação às resoluções da CIB. **A Conselheira Isadora Oliveira Maia** salientou que  
684 precisavam fazer um contra ponto e saberem a diferença em qual seria o espaço do  
685 Conselheiro Estadual de Saúde e da CIB. A CIB era uma pactuação Intergestores e  
686 existiam também ali os conselhos municipais e a representatividade deles tinha ido para a  
687 discussão da gestão em relação ao orçamento e a política, não a política pública porque já  
688 se discutia ali então, tinham que ver nas primeiras reuniões, do ano seguinte novamente  
689 trazer à baila aquele assunto aonde se inseria o Conselheiro Estadual de Saúde e aonde se  
690 inseria a CIB, porque sempre ficavam em todas as reuniões e fez aquela fala porque  
691 acreditava que todas elas tinham aquele questionamento, por exemplo, tinham  
692 referendado as ações da CIB, não e a qualquer momento que quisesse voltar a entender o  
693 que estava acontecendo o Conselho poderia e o que não podia muitas vezes era os  
694 conselheiro querer intervir em ações de gestão que estavam sendo realizadas e não  
695 estavam sendo feitas e não eram feita aleatoriamente, ninguém estava fazendo nos  
696 municípios pactuações dentro da CIB porque eram pactuações entre os municípios com o  
697 estado, aleatoriamente. Disse que deveriam ter o respeito e a responsabilidade com o  
698 Controle Social, mas precisavam fazer para que um convênio, uma pactuação que  
699 estivesse realmente latente de erro, cabia ao conselheiro que se sentasse até mesmo



700 sozinho e se debruçasse, porque muitas vezes via por exemplo, o conselheiro Moysés  
701 Longuinho que questionava, ia na área técnica tentar entender, mas aquele vai e volta da  
702 CIB, CIT era um pouco controverso e fazia com que, não avançassem. Solicitou uma  
703 questão de encaminhamento à Mesa com relação à ausência ou não dos conselheiros, ou  
704 seja, suplentes e titulares, mas quando o tivesse presente, sabia que a Secretaria Executiva  
705 do CES ligava para todos os conselheiros perguntando se eles estariam presentes, se o  
706 conselheiro titular estivesse, bem, senão o suplente iria chegar, mas nunca houve aquela  
707 necessidade de justificar a ausência do suplente, por exemplo. Destacou que tinha visto  
708 no e-mail as justificativas de dois conselheiros, que justificaram e, no entanto não  
709 estavam naquela lista, então poderiam pensar no encaminhamento de suprimir aquela  
710 modalidade que estava sendo feita atualmente e era uma deliberação da Secretaria  
711 Executiva do CES. **A Senhora Secretária Geral Liliane Elze Lins** informou que estavam  
712 acordando reuniões diárias, essas reuniões fecham contrato com alimentação, então  
713 precisavam realmente saber da presença porque ela realmente achava importante que os  
714 suplentes fossem pelo fato da reunião do CES ser uma educação continuada, então  
715 precisam de um planejamento, porque contrataram almoço, que tinha sido uma luta  
716 daquele colegiado, pedir que tivessem almoço, o que era um direito de titulares e  
717 suplentes então quando não iam, entendia-se que o recurso tinha sido gasto e não foi  
718 utilizado, então aquela era uma discussão que poderia ser pautada e discutida até depois  
719 do “o que ocorrer” ou em outro momento poderiam ser discutido o assunto. **O**  
720 **Conselheiro José Vasconcelos de Freitas** comunicou que sofria mais do que tudo, com os  
721 pacientes crônicos renais deixados ao léu dentro dos hospitais, parecendo mendigos sem  
722 tratamento de hemodiálise, pacientes com oito dias sem dialisar, com mais de 15kg de  
723 líquido dentro do corpo. E citou o Hospital Menandro de Farias, que tinha mandado uma  
724 foto para todos os conselheiros do CES com aqueles pacientes que tinham oito, dez dias  
725 sem fazer hemodiálise, havia famílias inteiras com ele sofrendo, chorando enfim, sem  
726 encontrarem uma solução para resolverem aquele problema, inclusive no período da tarde  
727 talvez iria visitar uma família que estava em desespero de vida ou morte, e ele convidou  
728 o pai para vir e fazer uma fala pleno, informar o seu sofrimento. Destacou que a Dra.  
729 Alcina se encontrava naquele momento na reunião ela que era Diretora, Coordenadora de  
730 Transplantes do Estado da Bahia e que era uma peça muito importante dentro dos renais a  
731 qual tinha muita comunicação com a mesma há anos em relação ao sofrimento renal. Em  
732 relação ao Hospital Menandro de Farias que, por exemplo, tinha uma máquina de  
733 hemodiálise para atender, oito pacientes, não tinha condições de dialisar. E ficar no  
734 hospital era terrível aquela situação principalmente ele mesmo como presidente da  
735 RENALBAHIA, estava atento para aquilo. Destacou que ele teve uma solução  
736 atualmente interessante em ver o Hospital Espanhol fechado com uma quantidade de  
737 máquinas enorme, podendo atender a necessidade daqueles pacientes que estavam na fila,  
738 pacientes com cateter, aguardando vaga no hospital. Se aquelas máquinas do Hospital  
739 Espanhol estivessem liberadas, porque era problema de justiça e a mesma mandava acima  
740 da vida das pessoas, os pacientes chegavam a óbito, resolveria uma grande parte daquele  
741 problema dos pacientes estarem sofrendo, em nível deles terem a diálise, com os pontos  
742 que já estavam nos hospitais esperando apenas o encaixe das máquinas, então aquele era  
743 um dos grandes problemas e a Doutora Alcina o informou que a justiça que resolvia.

744 Então, sugeriu para o CES que a Doutora Alcina estava presente e já que não tinha  
745 condições, não tinha dinheiro para comprar as máquinas, não tinha pontos, criariam dois  
746 turnos à meia noite para que os pacientes fizessem hemodiálise e as coisas estariam  
747 resolvidas. **A conselheira Eliane Araújo Simões** destacou que na reunião anterior tiveram  
748 prorrogação da vigência do convênio federal 4594 de 2005, tendo como objeto ampliação  
749 e reforma da Unidade de Saúde, O Hospital Menandro de Farias estava no meio,  
750 aquisição de equipamentos permanentes no valor de R\$ 10.395.235,25 (dez milhões  
751 trezentos e noventa e cinco mil, duzentos e trinta e cinco reais e vinte e cinco centavos) e  
752 quem monitorava aquele recurso e a sua aplicação real era a nefrologia do HMF, tinha  
753 sido contemplada com aquele recurso, então porque a falta de máquinas, porque o a falta  
754 de atendimento aos pacientes que lá estavam? **O Conselheiro Marcos Antonio Almeida**  
755 **Sampaio** colocou para todos os conselheiros que não existia nenhum mecanismo que  
756 proibisse o CES de tomar um posicionamento formal acerca de uma comunicação, uma  
757 aprovação CIB que o CES não concordasse, o que não significava que o CES não  
758 aprovasse, o que não era do fórum dele, porque o CES não fazia parte da CIB, mas podia  
759 tanto recomendar, quanto mandar uma resolução informando que referente à pactuação  
760 CIB de número tal, o CES não concordava e solicitava que fosse realizada a discussão, no  
761 entanto o comportamento que os levou à acreditarem que era o comportamento foi como  
762 se tivesse sido feito a leitura e que todos automaticamente não tinham nada a fazer e por  
763 não ter nada a fazer não tinham nada a ver. E precisavam começar a criar o hábito de não  
764 a colocar em resoluções do CES ou colocar em recomendação que acreditava, era mais do  
765 ponto formal menos nociva uma recomendação à CIB dizendo que tinham interesse em  
766 fazer uma melhor discussão daquela tal discussão porque quando falou para o conselheiro  
767 Cássio André que até desafiava em fazer uma visita, porque no Hospital Central Roberto  
768 Santos houve diminuição de leitos. O HCRS na UPA que foi criada para desafogar o  
769 mesmo, estava sendo o contrário, a UPA tinha sido criada para ajudar o hospital, então  
770 como iriam fazer a discussão e quais eram os hospitais que tinham condições de retomar  
771 a capacidade de leitos que tinham para que pudessem atender, já que naquele minuto que  
772 estavam discutindo aquela questão, minimamente os dois usuários deveriam estar indo a  
773 óbito naquele momento. E aí precisavam de uma agilidade, recebiam a informação em  
774 todas as reuniões que tinham clínicas que não queriam, então se as clínicas não queriam  
775 era dever do estado que tinha que criar as condições e com várias reformas que estavam  
776 sendo realizadas tinham que prever, a criação de leitos naqueles hospitais e o que tinha de  
777 prever o planejamento era a demanda e não os indicadores, porque não se controlava a  
778 demanda, e nem a doença se cuidava e prevenia a doença. Disse que acreditava que era  
779 aquela discussão contrária, utilizar os indicadores para executar a política e não o  
780 contrário como se pudéssemos prever quantas pessoas iriam ou não ter para a partir dali  
781 dizer quantos leitos eram necessários. **A Conselheira Célia Maria Alexandria de Oliveira**  
782 chamou atenção que as comissões e os conselheiros individualmente, também fossem  
783 mais proativos e não precisavam ficar somente esperando pela reunião mensal para que  
784 cumprissem o seu papel de controle social, porém havia pedido a palavra para referendar  
785 o que a Secretária da Mesa tinha falado em relação à questão se titularidade e suplência.  
786 Então discordou um pouco porque acreditava que tanto os titulares quanto os suplentes,  
787 tinham a maior importância, dentro do CES e para ela tinha uma questão, que um votava

788 e o outro estando o suplente não votava, mas como a secretária Liliane havia colocado  
789 muito bem tinha um papel de educação permanente pedagógica para os suplentes estarem  
790 e garantir a presença dos suplentes o tempo inteiro para que eles estivessem participando  
791 das discussões, ela mesma tinha a titularidade enquanto SIDPREV e o Sindicato de  
792 Enfermeiras tinham a sua suplência e ambas as entidades tinham importância. O  
793 **Conselheiro Cássio André Garcia** passou a palavra para **A Senhora Maria Alcina Romero**  
794 **– Diretora de Atenção Especializada – DAE** esclareceu para o conselheiro José  
795 Vasconcelos que existiam duas situações referentes à diálise e hemodiálise no SUS, um  
796 seria clínicas ou serviços específicos de hemodiálise e ambulatorial que precisavam  
797 seguir toda uma normatização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA,  
798 serviço de água por tratamento por osmose reversa, filtros, salas de reutilização de  
799 capilares ou seja, distância entre poltronas, do piso à cadeira era tudo muito específico e  
800 regulamentado eram serviços isolados. O que tinham atualmente no município de  
801 Salvador eram dois serviços que estavam em unidades hospitalares e que eram serviços  
802 habilitados para se trabalhar com hemodiálise ambulatorial, que eram o Hospital Central  
803 Roberto Santos e o Hospital Ana Neri. Os demais serviços eram todos “isolados” como  
804 chamavam, em clínicas e serviços privados que eram credenciados no SUS. As  
805 hemodíálises que eram realizadas nas demais unidades hospitalares eram para uso de  
806 pacientes internados em unidades hospitalares que não tinham condição de saírem para  
807 unidades ambulatoriais. Era daquela forma que o sistema funcionava, ele era pago de  
808 maneira diferente, a técnica era diferente, a água era diferente, a norma era diferente era a  
809 chamada hemodiálise por Hemolenta que tinha um ponto de água, equipamento, capilares  
810 e com linhas diferentes. O que do Hospital Menandro de Farias que cumpria a legislação  
811 e todos os hospitais que tinham leitos de UTI, precisavam ter uma máquina de  
812 hemodiálise para atendimento do paciente internado na UTI. Reconheciam que o  
813 município de Salvador tinha uma situação preocupante com hemodiálise ambulatorial  
814 porque o número de vagas naquelas clínicas estava extrapolado, a partir de 2014 quando  
815 o Hospital Universitário Professor Edgard Santos – HUPES e fechou o serviço dele  
816 porque o teto tinha desabado, com uma proposta que a reforma duraria três meses e já  
817 tinha três anos e o Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, SESAB e o  
818 município de Salvador todos foram atrás da cobrança para o serviço voltar, tinham sido  
819 desativadas vinte máquinas e se calculassem em três turnos duas vezes por semana já  
820 daria para a metade dos pacientes que estavam dialisando em hospitais que não deveriam.  
821 Com o fechamento do Hospital Espanhol e mais trinta máquinas vezes três turnos vezes  
822 duas vezes, ou seja, a capacidade instalada que teriam com aquele serviço em Salvador  
823 seria suficiente e ainda sobrava. E por isso, não conseguiram mais habilitar serviços,  
824 porque a conta do Ministério da Saúde estava fechada e mesmo assim tinham chamado  
825 prestadores, colocado dinheiro que era uma resolução? Com o estado financiando e o  
826 prestador privado que quisesse botar serviços ambulatoriais, nenhum prestador tinha  
827 solicitado a não ser atualmente o município de Lauro de Freitas que tinha informado ter  
828 um ponto, mas não tinha máquina. O Estado entrou na Procuradoria Estadual para  
829 garantir seis máquinas que tinham sido compradas pelo estado, estavam no Almoxarifado  
830 Central – ALCEN e seriam instaladas no mês de janeiro. Salientou que estavam no  
831 Ministério Público e estavam atentos à questão, no entanto existiam situações da

832 legislação sanitária que extrapolava a vontade deles. **A Senhora Secretária Geral** sugeriu  
833 que depois poderiam buscar conhecimentos a aquela questão do Ministério Público o que  
834 acreditava ser importante poderem estar acompanhando. **O Conselheiro José Vasconcelos**  
835 **de Freitas** explicou para a Doutora Maria Alcina Romero que na sua fala sugeriu que se  
836 abrisse o quarto turno, porque resolveria o problema daqueles pacientes porque ele tinha  
837 visto de perto, teve contato com eles que estavam na linha de morte e aquele terceiro  
838 turno, eles realizando o tratamento à noite os livrariam da morte, o que seria a solução  
839 mais prática porque o estado já tinha os funcionários e iriam pagar só as horas extras. **A**  
840 **Senhora Secretária Geral** colocou que não iriam iniciar uma pauta naquele momento  
841 sobre aquela discussão, então iria para a próxima reunião, publicizar e realizar aquele  
842 acompanhamento no Ministério Público para que até como CES pudesse se movimentar.  
843 **O Conselheiro José Silvino Gonçalves** solicitou encaminhamento para que todos os  
844 conselheiros pudessem avaliar, que o PES tinha sido encaminhado para todos e já tinha  
845 sido apresentado e que naquele momento só pudesse ser apresentadas as emendas que  
846 tinham sido acrescentadas, no prazo em que foi aberto para os conselheiros, então  
847 gostaria de saber se já poderia ser encaminhada daquela forma. **A Senhora Secretária**  
848 **Geral** perguntou se todos estavam de acordo com aquele encaminhamento. **A Senhora**  
849 **Rosa Maria - da APG-** esclareceu que além das emendas tinha trazido algumas erratas  
850 porque logo após o encaminhamento da versão do PES para o CES, iniciaram o processo  
851 de elaboração trabalhando com a equipe que no caso era a Rede de Planejamento  
852 Monitoramento e Avaliação, que oficialmente foi criada na SESAB e já tinham começado  
853 a trabalhar com as áreas técnicas e no momento de trabalho com as áreas técnicas para a  
854 elaboração da Programação Anual de Saúde 2016 – PAS e foram identificados alguns  
855 pontos que mereciam ajustes, então em função daquilo, trouxeram algumas erratas para  
856 que fossem apreciadas. **O Conselheiro Francisco José Sousa e Silva** lembrou que no  
857 momento anterior o CES tinha tirado uma comissão para que acompanhasse aquele  
858 trabalho. Em relação à questão colocada pelo conselheiro José Silvino Gonçalves que era  
859 importante, mas os próprios conselheiros que estivessem presentes e que fizeram parte da  
860 comissão, independente do que iriam encaminhar e que pudessem fazer durante a  
861 discussão ao menos uma avaliação, daquele trabalho que tinha sido realizado até também  
862 para ajudar no que fosse encaminhado a ser decidido. **A Senhora Rosa – Coordenadora de**  
863 **Planejamento da Assessoria de Planejamento da Gestão – APG** se apresentou como a  
864 coordenadora de Planejamento e apresentou os servidores Talita e Alan que faziam parte  
865 da equipe, que todos coordenaram a elaboração conjuntamente com toda a SESAB,  
866 porque aquele trabalho não era solitário era um trabalho que tinha que ser muito  
867 participativo, envolvia muito a SESAB e naquele momento, envolveu também o CES,  
868 através da Comissão de elaboração do PES. **A Senhora Rosa Maria Reis– Coordenadora -**  
869 **APG APRESENTAÇÃO DA ERRATA – PES.** Logo após a apresentação explicou que  
870 foram encaminhadas cinco solicitações de emendas da conselheira Célia, conselheiro  
871 Eduardo, conselheiro Márcio, conselheiro Rosalvo e do conselheiro Rômulo. Disse que  
872 teve problemas com o encaminhamento da emenda do conselheiro Francisco e referiu-se  
873 ao conselheiro dizendo sobre o seu encaminhamento da emenda, e esclareceu que tinham  
874 recebido o e-mail onde descrevia ações de vigilância à saúde, e ele tinha colocado  
875 modificação nas ações, mas três ações propostas no tocante às metas, e colocou as

876 páginas, então não tinha ido nenhum anexo, mandaram um e-mail, inclusive tentaram  
877 entrar em contato com o conselheiro para que ele indicasse o que queria de fato e que via  
878 telefone não haviam conseguido. O que aconteceu foi que na verdade ele tinha  
879 encaminhado por e-mail à versão do PES que ele tinha recebido, com as alterações e elas  
880 estavam em vermelho e ele tinha lhe mostrado naquele instante, então não tiveram como  
881 ter acesso àquelas solicitações dele. Disse que iriam pensar como iriam trabalhar aquela  
882 questão, tentaram e ligaram o tempo inteiro lhes deram quatro números de telefone dele e  
883 não conseguiram falar. Aquela seria uma questão que poderiam discutir no caso daquelas  
884 solicitações, não sabia se teriam tempo para aquilo, porque o plano estava ali e qualquer  
885 coisa tinha como apresentar, todas as propostas e proposições o que seria uma definição  
886 da Mesa e dos conselheiros. **O Conselheiro Francisco José Sousa e Silva** informou que  
887 assim como todos os sessenta e quatro conselheiros tinha recebido o documento em pdf e  
888 não tinha como abrir e retirar do mesmo o que acreditava que precisava para colaborar e  
889 devolver para o documento, então fez um processo mais prático pegou o documento e  
890 apenas apontou a modificação, mudando a cor do que estava e encaminhou o próprio  
891 documento devolvendo para a Secretaria Executiva do CES. Então recebeu a informação  
892 de que infelizmente o pessoal não tinha conseguido identificar, mas acreditava que não  
893 era muita coisa e se o documento tinha sido encaminhado e estava no e-mail da Secretaria  
894 Executiva do CES e era o plano que tinha sido encaminhado para os conselheiros,  
895 acreditava que deveria ver a condição de se colocar até porque eram assuntos bem  
896 pontuais em relação à questão da discussão da Saúde do Trabalhador. A secretária  
897 adjunta disse que iriam abrir o e-mail ali mesmo para ver as questões do conselheiro  
898 Francisco. **O Conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio** colocou que ele tinha sido  
899 um dos primeiros conselheiros a pedir vistas, no dia que a maioria achava que já estava  
900 tudo batido e até a gestão trouxe uma errata. Provou que precisava de mais tempo.  
901 Salientou que não era somente a questão que o conselheiro Francisco José e o conselheiro  
902 Jair Alves trouxeram, abriram o processo de que os conselheiros que tivessem emendas  
903 encaminhadas e no momento, o que tinha sido discutido era que no Plenário se algum  
904 conselheiro desejasse contribuir, estaria vetado mesmo porque as erratas da Secretaria  
905 Executiva do CES eram para ser encaminhadas para todos com antecedência e se alguém  
906 ali discordasse de emendar aquilo que tivesse sido apresentado como errata, já que havia  
907 algumas questões que nem eram erratas, mas sim modificações mesmo, como de cinco  
908 para quatro, havia uma modificação estava adequando a uma realidade. A errata seria  
909 para consertar algo errado então, o que ficava lá naquela votação, vetada seria a  
910 possibilidade de ter vista, algum processo de outra discussão futura. O que encaminhou  
911 foi que aquela reunião era resolutiva e iriam sair dali com o PES aprovado ou não, mas  
912 que ele não enxergava que em nenhum momento foi feita uma discussão e inclusive o  
913 PES deveria estar ali, porque quando o conselheiro José Silvino colocou a não  
914 apresentação do PES, não significava que um conselheiro que tivesse alguma dúvida da  
915 peça pudesse ir ali para abrir e dizer que não tinha entendido, inclusive tinha duas  
916 emendas para fazer e teve o cuidado de ir à Secretaria e uma não tinha aparecido na  
917 apresentação, porque não tinha sido formal, mas ele tinha ido lá. A outra acabou sendo  
918 um pouco convencido na conversa com a Senhora Rosa Maria Reis, que de fato não seria  
919 necessário emendar, então procurou em outros estados e viu que em Minas Gerais e São

920 Paulo se tratava do mesmo jeito, por isso foi convencido não só pelo que ela tinha dito,  
921 mas também pela pesquisa que fez, mas teve o cuidado de ir lá. Aquele conselheiro  
922 também que teoricamente não acreditava que tivesse aquele conselheiro ali, mas um  
923 conselheiro que não tivesse a dificuldade de elaborar uma emenda e quisesse tirar uma  
924 dúvida que poderia se tornar uma emenda que fosse importante então como se daria  
925 aquela situação. Solicitou que todos tivessem o bom senso de não serem vedativos. **A**  
926 **Senhora Secretária Geral** sugeriu que organizassem a questão da metodologia porque era  
927 interessante e imprescindível, já que realmente queriam acabar o ano com a aprovação do  
928 PES, abrissem o e-mail que o conselheiro Francisco José tinha enviado, e assim teriam  
929 acesso para que fosse discutido e logo se possível acatado. Disse que consideravam a  
930 importância de que houve um prazo para quem quisesse fazer o envio e as considerações  
931 e também não iriam cercear nenhuma consideração que fosse feita naquele momento,  
932 porque acreditava que todos queriam uma unidade coletiva no PES. **O Conselheiro Jair**  
933 **Alves dos Santos** observou que no período que tinha sido passado para os conselheiros  
934 fazer a avaliação, para que fossem colocadas as suas propostas, o seu computador tinha  
935 dado defeito e por isso não teve condições de fazer e então sugeriu que fosse inserida a  
936 capacitação e treinamento dos formandos das faculdades e muitos deles não sabiam nem  
937 o que era Hanseníase, então que se capacitasse, treinasse, formando em diversas áreas  
938 dermatológicas e que os mesmos tornassem especialistas em avaliação na descoberta e  
939 condições humanizadas, profissional nas causas da Hanseníase e seu tratamento. Porque  
940 quando se capacitava e treinava, teria uma viabilidade melhor para que o profissional se  
941 inserisse melhor ali dentro. **A Senhora Maria Rosa Reis – Coordenadora da APG**  
942 respondeu que no Compromisso VIII, onde referia à questão dos Recursos Humanos e da  
943 Educação Permanente em saúde onde tinham todo um processo de capacitação, então  
944 toda as áreas técnicas e relacionadas às doenças na SUSVISA. E havia uma proposta de  
945 capacitação e poderia inclusive depois mostrar para todos as proposta da SUVISA de  
946 capacitação, justamente nas áreas de saúde pública. Teriam que discutir com a área se  
947 teriam que colocar o detalhamento ou aquele detalhamento falariam da seguinte forma;  
948 “na última reunião do dia 24 reunião tivemos aqui a apresentação do Plano Operacional  
949 de Controle da HIV/AIDS as DST’s,” então cada área de trabalho tinha o seu plano  
950 operacional e no momento solicitado a área apresentava o seu plano operacional e aquele  
951 detalhamento por área, do jeito que o conselheiro Jair Alves tinha solicitado, fazia parte  
952 do Plano Operacional de cada área. A Superintendência de Vigilância à Saúde, tinha todo  
953 um processamento de capacitação naquelas áreas e o que poderia ser solicitado seria  
954 assim como tinha sido apresentado ali era o Plano Operacional que já era um  
955 detalhamento em um plano estadual para quatro anos, então não teria aquele  
956 detalhamento porque senão, ficariam com um plano imenso e ninguém conseguiria ler. A  
957 própria metodologia definia as grandes ações estavam definidas nos planos anuais que  
958 tinham o detalhamento daquilo que se iria realizar no ano e as áreas tinham os seus  
959 planos operacionais. Então se detalhava as atividades e tarefas que iria fazer para  
960 conseguir cumprir aquela meta e a iniciativa que tinham proposto no plano e estavam  
961 propondo nas programações anuais. No entanto, os conselheiros que diriam e teriam que  
962 ver com a área, como fariam aquele detalhamento porque naquele caso teriam que  
963 detalhar capacitação, doença a doença. **O Conselheiro Jair Alves dos Santos** salientou que

964 o índice de hanseníase no estado estava aumentando e tinham observado nas avaliações,  
965 estava tratando sobre a hanseníase porque era a sua área, que estava sendo tratada, mas  
966 estava sendo esquecida, era o medicamento que estava faltando porque o profissional não  
967 conhecia, precisava da humanização com o paciente, o preconceito, tudo então tinha que  
968 ser colocado ali e tinha que estar registrado. Então, se não cobrassem no Pleno ele estaria  
969 fazendo o que ali como representante? **A Senhora Secretária Geral** comunicou que o  
970 documento já estava aberto para que dessem segmento e sugeriu para aquela questão foi  
971 que educação se encaixasse para doenças infecciosas de uma forma geral, porque não  
972 iriam privilegiar, um e outro e então contemplaria tudo. **A conselheira Isadora Oliveira**  
973 **Maia** solicitou questão de ordem e disse que com relação ao PES inclusive ela esteve  
974 viajando a trabalho e não viu o PES, que desde o início do ano ele começava e todos os  
975 conselheiros sabiam sobre aquele plano que seria feito de 2016 para frente, era uma  
976 construção que vinha junto com a gestão e os conselheiros acompanhavam, então além da  
977 comissão que existia, foi dito naquele Pleno várias vezes ela lembrava que tinha dito ao  
978 Senhor Presidente que reforçasse dizendo que os conselheiros poderiam contribuir,  
979 diariamente, semanalmente com o PES, então aquilo talvez não tivesse sido feito e por  
980 isso acarretou naquela última reunião, inseridos determinados processos ou  
981 procedimentos, todos eles no fundo estariam dentro daquelas atividades e relações. E o  
982 que tinha que se ater naquele momento, seria o encaminhamento que o conselheiro  
983 Francisco José havia feito e não conseguiu e depois contar o quórum e partirem para  
984 aprovação ou não. Porque sinceramente as pessoas poderiam até imaginar alguma coisa  
985 naquele momento no PES, o PES era uma construção muito séria e houve uma comissão  
986 e alguns conselheiros não fizeram, não queriam então a gestão também tinha  
987 responsabilidade e que precisava demonstrar porque aquele PES, passaria pelo Ministério  
988 da Saúde e por dentro de todos os órgãos, SIACS, SIOPS de tudo para dizer que o PES  
989 estava pronto, o Tribunal de Contas do Estado estava esperando um PES daquele e o que  
990 precisava ver seria se contemplava ali que tinha sido o encaminhamento da reunião  
991 anterior e avançar e contar o quórum. **Senhora Secretária Geral** sugeriu que fossem  
992 encerradas as falas com o membro da Comissão de Acompanhamento do PES. **O**  
993 **Conselheiro Sílvio Roberto dos Anjos e Silva** salientou que não podiam esquecer com  
994 relação à elaboração do PES e até na primeira apresentação que ele relatou, no entanto  
995 não iria repetir o relato porque senão ficaria cansativo, já que qualquer plano que fosse e  
996 estavam tratando do PES, os conselheiros e as representações da SESAB, tinham o  
997 domínio de todas as coisas o que tinha ficado muito claro, no processo de  
998 desenvolvimento da elaboração daquele plano, porém tinham questões que já estavam  
999 garantidas no plano por força do próprio movimento e por força de toda uma garantia das  
1000 legislações do SUS, por exemplo, as propostas eleitas na Plenária Final da 15ª  
1001 Conferência Nacional de Saúde, já estavam garantidas no PES, independente se já estava  
1002 contida ou não. Estava garantida no PES assim como de Saúde do Trabalhador, da  
1003 mesma forma, embora não estivesse ali e o conselheiro Cássio André estava presente  
1004 enquanto representação da gestão, todo o projeto, elaboração e regionalização iria compor  
1005 o plano, aquele projeto seria desenvolvido e inclusive existia uma comissão de  
1006 acompanhamento de todo aquele projeto. Aquilo já estava garantido, era uma garanti  
1007 dentro do plano, no entanto, claro que não caberia dentro do plano, tal projeto da

1008 regionalização, mas o projeto da regionalização já estava concluído e estava garantido.  
1009 Da mesma forma que estaria garantida até porque houve representação, tanto do CES  
1010 quanto da gestão a exemplo da conselheira Liliane Elze que era representação da  
1011 Coordenação de Saúde Mental da SESAB e havia representação do CES, tanto do  
1012 segmento do trabalhador no caso ele próprio como o conselheiro Eduardo de Agueda,  
1013 representante dos usuários e composição da Mesa, o resultado do seminário que tinha  
1014 sido realizado no município de Feira de Santana, comporia também o PES e faria parte da  
1015 Política Estadual de Saúde. Enfatizou que aquelas eram as questões que estavam trazendo  
1016 em relação ao PES, porém sugeriu aos conselheiros que a partir daquele momento porque  
1017 aquela comissão de elaboração do plano era uma comissão transitória e assim que se  
1018 concluísse o plano aquela comissão estaria extinta, no entanto independentemente a  
1019 sugestão que a conselheira Isadora havia proposto na verdade era uma definição mesmo,  
1020 todos os conselheiros deveriam estar acompanhando e mandando sugestões, porém seria  
1021 bom que tivessem um grupo de trabalho para estarem mais amíúde acompanhando o  
1022 PES. Registrou que do ponto de vista da participação de todos enquanto representação do  
1023 CES, não houve nenhuma resistência por parte do grupo da SESAB responsável pela  
1024 elaboração em resistência em não aceitação das nossas proposições. **A Senhora Secretária**  
1025 **Geral** destacou que se sentiu completamente contemplada com a fala do conselheiro  
1026 Sílvio Roberto que tinha sido bastante esclarecedora. **O Conselheiro Marcos Antônio**  
1027 **Almeida Sampaio** salientou que não tinha feito como emenda e trouxe para o Pleno pelo  
1028 fato de não ser uma emenda, mas sim um plano e que precisavam aprovar aquele plano  
1029 com algumas recomendações, já que o plano não poderia ter recomendações e uma delas  
1030 que queria colocar seria a primeira se precisava ter o compromisso mútuo do CES quanto  
1031 da gestão, para que se criasse durante os próximos quatro anos mecanismos para que não  
1032 aprovassem mais nada naquele Pleno fora do prazo legal, já que o ano de 2016 estava  
1033 acabando e a última reunião do CES era aquela e logo, logo na primeira reunião do CES  
1034 provavelmente iriam receber o Relatório de Gestão para aprovarem um plano que tinha  
1035 sido aprovado no final do ano, ou seja, não houve um mecanismo legal e não daria para  
1036 culpar a gestão, então precisavam criar mecanismos. A outra questão foi que queria ver  
1037 colocada como recomendação, à questão da regionalização que o conselheiro Sílvio  
1038 Roberto colocou que estava garantido porque não dava para colocar ali que estava  
1039 garantido e não ter documentado. Colocou que o CES precisava criar um grupo de  
1040 monitoramento do PES, porque dali a quatro anos precisavam ter conselheiros que  
1041 durante aqueles próximos quatro anos, pudessem monitorar porque havia algumas  
1042 questões que eram para 2019. Destacou também que como tiveram as peças aprovadas  
1043 em tempos diferentes e inclusive uma logo após a outra, iriam precisar que aquela  
1044 comissão pudesse estar estudando o que iria se auto-adequando ou não, por isso colocou  
1045 que fosse com aquelas recomendações, para que pudessem ali aprovar. **A Senhora**  
1046 **Secretária Geral** salientou que a sugestão do conselheiro Marcos Antonio Almeida  
1047 Sampaio, foi que as palavras pontuadas pelo conselheiro Sílvio Roberto dos Anjos e  
1048 Silva, membro da Comissão de Acompanhamento do PES fosse como recomendação  
1049 incorporada ao PES. A outra questão foi que para a criação daquela comissão, quando  
1050 acontecesse à pauta das comissões se colocasse uma comissão para acompanhamento do  
1051 PES. **A Senhora Rosa Maria Reis** informou que o conselheiro Cássio André Garcia



1052 falaria sobre a proposta da área técnica. **O Conselheiro Cássio André Garcia** concordou  
1053 com todas as recomendações, porém destacou quanto à questão dos prazos que tentariam  
1054 se adequar, mas ainda não iriam conseguir no início de 2017, mas para um futuro  
1055 imediato para deixar claro. A secretária da mesa Liliane conferiu o quórum. **A Senhora**  
1056 **Rosa Maria Reis** informou ao conselheiro Francisco José que pelo documento que tinha  
1057 em mãos, no Compromisso 1 Fortalecer as Ações de Vigilância à Saúde e daquele  
1058 compromisso na iniciativa de implementar a Rede de Estadual da Vigilância, ele solicitou  
1059 uma modificação nas três ações propostas no tocante às metas. Ele solicitou que fizesse  
1060 uma alteração que era de 210 para 250 municípios, então ela informou para ele que  
1061 quando a área técnica decidia quais seriam os municípios principalmente em relação a  
1062 serviços especializados, levava em consideração a característica e capacidade do  
1063 município de absorver aquela solicitação porque quando descentralizava ou dava  
1064 responsabilidade ao município para desenvolver uma ação porque não precisava e a saúde  
1065 era tripartite e cada ente federado tinha uma responsabilidade, e se fossem passar para a  
1066 responsabilidade do município, teria que ter duas questões; que primeiro seria o  
1067 município aceitar a condução do que se estava propondo e ele seria inserido nos itens, ou  
1068 nas variáveis que eram necessárias para que prestassem o serviço. Destacou que naquele  
1069 momento ela não tinha a menor condição sem uma área técnica para balizar se mudariam  
1070 de 210 para 250 porque quando a área técnica definiu os 210 municípios, provavelmente  
1071 ela levou em consideração todas as características; Saúde do Trabalhador, considerando  
1072 todas aquelas considerações e não sabia o que aquilo mudaria, então ali ela não poderia  
1073 enquanto técnica da APG, definir que mudariam de 210 para 250. Observou que em  
1074 relação à questão, que quando faziam um plano e aquilo era normal, um plano embora  
1075 quatro anos ele não era um instrumento sem possibilidade de alteração era uma proposta  
1076 que se fazia para quatro anos e tinham as programações anuais e nelas iriam fazendo as  
1077 avaliações e foi aquilo a questão do conselheiro Marcos Antonio Almeida Sampaio, que  
1078 solicitou que incluíssem no PES o detalhamento ano a ano e ela disse para ele que, dentro  
1079 da metodologia de trabalho, se fazia uma proposta para os quatro anos e a medida que  
1080 iriam trabalhando ano a ano iam fazendo as alterações conforme o cenário que se  
1081 apresentasse. Então era por isso que existiam as programações anuais, um documento  
1082 assim como Programa de Programação Anual - PPA, que era um documento estratégico,  
1083 mas quem configurava a execução do PPA eram as LOAS, assim como o PES era um  
1084 documento estratégico, mas quem fazia as configurações eram as programações online,  
1085 que se definia naquele ano o que iria fazer. Então poderiam ao longo dos exercícios,  
1086 estarem fazendo aquelas alterações junto com as equipes. Salientou mais que não teriam  
1087 como dar uma definição, para modificar de 210 para 250, mas poderiam trabalhar a  
1088 questão nas programações anuais, no caso a de 2017 porque em relação à de 2016  
1089 estavam fazendo um cumprimento de legislação e o que o conselheiro Cássio André  
1090 Garcia falou e o que precisavam e aquela era a proposta da área técnica era que estavam  
1091 trabalhando e por isso que iniciaram para que quando chegassem no mês de março, não  
1092 sabiam se iriam conseguir porque dependia de todo um cenário inclusive da  
1093 disponibilidade do CES de estar verificando que até março cumprissem com todos  
1094 aqueles instrumentos que foram atrasando ao longo do ano e apresentassem para em  
1095 2017, iniciassem o exercício cumprindo a legislação, então aquela era uma proposta da

1096 área técnica e era um desafio para todos, não só para a SESAB, como para o CES ter  
1097 tempo hábil para incluir tudo aquilo na pauta. **O Conselheiro Francisco José Sousa e Silva**  
1098 comunicou que quando receberam a discussão tinha sido realizada na Câmara Técnica do  
1099 CES que era a Comissão Interssetorial de Saúde do Trabalhador – CIST, e o que estava  
1100 ali tinha sido discutido pela realidade do que era a rede e de quem conhecia o que era a de  
1101 quem conhecia a Rede de Saúde do Trabalhador atualmente no estado, então o que tinha  
1102 se conseguido de avanço no passado de 2012 a 2015, não atendeu infelizmente as  
1103 expectativas e a ampliação da quantidade dos municípios, era um desafio inclusive do  
1104 Governo do Estado da Bahia, era uma meta e não estavam colocando para dizer que não  
1105 iriam atingir não, ao contrário estavam ousando a desafiar o estado a fazer mais do que  
1106 fez até 2015. Tudo que estava colocado tinha sido tecnicamente e inclusive foi  
1107 encaminhada à comissão e a mesma discutiu e solicitou o parecer técnico para que  
1108 pedissem a modificação. O Conselheiro Cássio André Garcia encaminhou que acatassem  
1109 todas as colocações e fizessem a avaliação da Comissão já que tinha aceitado as outras,  
1110 então iriam aceitar aquela também, era o papel de todos e fariam o acompanhamento. **A**  
1111 **Senhora Rosa Maria Reis** informou que a outra questão era implementar as Ações de  
1112 Educação Permanente em Vigilância da Saúde e tinha sido aquilo que falou para o  
1113 conselheiro Francisco que tinham uma ação, que era desenvolver Processos Formativos  
1114 em Vigilância em Saúde, que ele falava igual ou superior a 48 horas e também estava o  
1115 detalhamento de alguns cursos que estavam previstos para serem feitos. No compromisso  
1116 9 em relação à qualificar cem por cento das Instâncias de Controle Social. Apoiar a  
1117 qualificação de conselheiros estaduais e municipais essa é a proposta que tinha sido  
1118 discutida junto com a equipe e fizeram uma reunião específica para discutir com o  
1119 conselheiro José Silvino Gonçalves, Sílvio Roberto dos Anjos e Silva e Maria Helena  
1120 Ramos Belos, tiveram no final duas reuniões com os mesmos e discutiram as ações do  
1121 Controle Social, que tinham sido aquelas que foram definidas, então aquela era proposta  
1122 dos conselheiros e estaria certa se os demais conselheiros fechassem. Salientou que a  
1123 outra questão foi que tinham colocado as conferências e quando as trabalharam foi apenas  
1124 com a Conferência Estadual até porque durante o período e quem era conselheiro sabia,  
1125 as outras conferências definiram que seria uma única conferência e a partir do ano atual  
1126 voltou a se discutir mais conferências, mas quando eles trabalharam foi definido que seria  
1127 a Conferência Estadual então teria mais conferências específicas, então o definido era  
1128 que, conferências específicas não teriam mais, então programaram aquilo por isso já  
1129 estavam verificando que estavam surgindo conferências específicas por área, era uma  
1130 proposição do CES, e naquele caso seriam os conselheiros que definiriam porque aquelas  
1131 ações eram voltadas para cumprir as definições da área de Controle Social. **A Senhora**  
1132 **Secretária Geral** esclareceu que aquela moção de apoio, era diferente da ação que tinham  
1133 de Educação Continuada como compromisso de capacitar todos os conselhos do Estado  
1134 da Bahia que era o que estava em Educação Permanente e tinham recurso e estavam  
1135 trabalhando 2017 naquele sentido. Destacou que todas as emendas propostas pelo  
1136 conselheiro Francisco José Sousa e Silva tinham sido acatadas e colocou para o Pleno a  
1137 aprovação do PES que logo em seguida foi aprovada por unanimidade. O **Presidente**  
1138 **Ricardo Luiz Dias Mendonça** iniciou a pauta no período da tarde e informou que tinha  
1139 acabado de formar o quórum com a chegada do Conselheiro Júlio Braga. Falou que no

1140 item 2 que tinha a Criação da Comissão Organizadora da 2ª Conferência Estadual de  
1141 Saúde da Mulher. A mesa levou uma proposta da Comissão Executiva e Organizadora da  
1142 Conferência. Informou que a inversão de pauta proposta do conselheiro Francisco  
1143 Conselheiro para o conselheiro Cassio. **Conselheiro Francisco Souza e Silva** Solicitou a  
1144 inversão do ponto 2 para o ponto 3, primeiro pela presença de todos e considerando os  
1145 outros temas a seria discutido foi discursão interna do Conselho até porque teria  
1146 oportunidade de dá o tempo necessário para a discursão da pauta a possível terceirização  
1147 do Hospital, para que pudesse ser encaminhada a discursão e a informação que teve  
1148 inclusive era que o Vice Presidente do Conselho o Excelentíssimo senhor Secretário  
1149 Fabio Vilas Boas se encaminhou para participar da discursão. Pediu a Mesa para que  
1150 deixasse para fazer a discursão da Comissão para Conferência de Mulheres após a  
1151 discursão desse ponto de pauta do perfil do Hospital Otavio Mangabeira. O **Presidente**  
1152 **Ricardo Luiz Dias Mendonça** falou que tinha uma solicitação de inversão de pauta do  
1153 Conselheiro Francisco para apresentação do Perfil do Hospital Otavio Mangabeira e  
1154 colocou em regime de votação, 19 votos. Esclareceu que aquela solicitação de pauta foi  
1155 feita por dois Conselheiros do Segmento dos Trabalhadores, a Conselheira Celia  
1156 Alexandria representando o SINDPREV/Ba, o Conselheiro Silvio Roberto representando  
1157 o SINDSAÚDE e a Conselheira Eliane. Informou que queria inicialmente já que era o  
1158 Conselheiro que solicitava a pauta que três Conselheiros utilizassem os três minutos  
1159 regimentalmente, iniciasse as fala e depois abriria para todos. **Conselheiro Marcos**  
1160 **Antonio Almeida Sampaio** pediu que além dos três Conselheiros pudesse abrir a palavra  
1161 para dois Trabalhadores que estavam ali do Hospital e na Base, que pudesse também  
1162 utilizar desse tempo, ou seja, pudesse abrir para dois trabalhadores e que tivesse um  
1163 tempo maior para ouvir as pessoas. **Presidente Ricardo Luiz Dias Mendonça** disse que na  
1164 realidade não tinha nenhuma objeção porque tinha um regimento e que iria abrir uma  
1165 exceção e que a Conselheira Eliane tinha ido á mesa e já tinha garantido a palavra dos  
1166 trabalhadores e esse seria o encaminhamento. Na realidade a mesa entendeu que seria  
1167 bom primeiro que o Secretário fizesse a apresentação e depois os trabalhadores de  
1168 forma muito democrática fizesse o contra argumento e era mais plausível, iria abrir duas  
1169 fala porque tinha certeza que o Conselho teria vários Conselheiros se colocando a  
1170 disposição, e aquela situação não se resolveria naquele dia, e que deveria discutir o todo,  
1171 não só uma coisa unitária, precisaria discutir o Universo dentro da Assistência a Saúde,  
1172 da Rede Hospitalar própria, o que estava sendo contratado, precisava discutir isso pois a  
1173 coisa deveria ser mais ampla, depois acabaria discutindo sobre outro Hospital, deveria  
1174 abrir e discutir. A Gestão esclarecer o que ela estava fazendo e o Conselho tinha que se  
1175 pronunciar sim ou não. Relatou que aos trabalhadores que nenhum momento o Conselho  
1176 aprovou ou falou sobre o assunto, ao contrario as palavras dos Conselheiros sempre  
1177 colocou sobre as Unidades que estavam com problema e sempre dava informes. Foi  
1178 pedido pauta ao Conselho e o Conselho abriu a discursão e não iria se furtar em nenhum  
1179 momento a fazer qualquer discursão em relação á saúde. **Conselheira Celia Maria**  
1180 **Alexandria de Oliveira** se apresentou como representante do Segmento de Trabalhadores  
1181 afirmou que tinha pessoas da base dela dentro do Hospital. Informou que fizeram a  
1182 solicitação de pauta, mas considerou que não iria se esgotar a discursão, até porque cada  
1183 Conselheiro só teriam 3 minutos e não era o suficiente, além da pauta, ela solicitou que

1184 fizesse um Seminário das OS dentro das Políticas de Saúde no Estado da Bahia, onde  
1185 estariam dialogando não somente com eles trabalhadores presente, mas com o conjunto  
1186 da Sociedade incluindo usuários e usuárias. Ela encaminhou para que tirasse dentro do  
1187 Conselho, uma Comissão para acompanhar todo esse processo. Não somente a este  
1188 Hospital como os demais Hospitais que estava sendo gerido por Organização há 18 anos,  
1189 no Sindicato falou sobre a privatização do Estado e chamou um Jurista de Minas Gerais  
1190 para falar sobre a  
1191 PEC que naquele momento fazia a reordenação do Estado Brasileiro no Congresso  
1192 Nacional no governo de Fernando Henrique Cardoso instituindo já naquele momento as  
1193 OS, OSCIP, como uma alternativa, eles levaram um argumento que certamente seria  
1194 reapresentado no momento. E depois dessa lutas contrárias, há 18 anos atrás permanecia.  
1195 E não conseguia inclusive apesar de ter pedido uma ação direta de inconstitucionalidade  
1196 contra as OES e as OSCIP e outras que iria aparecendo posteriores como as Fundações  
1197 Estatais do direito privado, nessa situação de inconstitucionalidade, infelizmente o  
1198 Supremo Tribunal Federal não considerou a inconstitucionalidade. Isso era uma coisa que  
1199 deveria ter muito presente porque as OS e OSCIPS não são consideradas pela Suprema  
1200 Corte inconstitucionais. Então na época eles trouxeram esses Juristas e falaram algo  
1201 interessante e gostaria de ver se tinha tempo suficiente para ler para todos o que foi falado  
1202 à época. Era importante recordar aos companheiros(as) e pediu tempo para concluir. Para  
1203 realidade do primeiro ato de todo o governo arbitrário era de instituir normas jurídicas,  
1204 que legaliza seus atos e lhe empresta aparência de legitimidade, assim era o primeiro  
1205 caminho e seria o caminho mais seguro na luta contra o arbítrio, era a caminhada que  
1206 fazia para fora de si mesmo, e colocava como militante solidário da vida, sem direito ao  
1207 cansaço, ao desânimo ou a morte. Era sempre temerário caminhar contra o tirano armado  
1208 apenas com a Lei que ele fez. Isso foi da maior importância porque mostrava a força da  
1209 Mobilização quando todos se opõem a uma Lei que considerava arbitrária e que todos  
1210 estavam ao lado de quem trabalhava no Hospital Especializado Otávio Mangabeira.  
1211 **Conselheiro Silvio Roberto dos Anjos** informou que a solicitação daquela pauta, embora  
1212 pudesse parecer que tinha um caráter específico, ela não tinha caráter específico porque a  
1213 privatização do Sistema Único de Saúde já vinha de muito tempo, e quando pensava na  
1214 solicitação da pauta, ele vinha repetindo isso, era no sentido de preservar e proteger e  
1215 garantir o presente, o passado e o futuro do Sistema Único de Saúde, esse era o caminho.  
1216 Ocorria ameaça do Hospital Otavio Mangabeira seria privatizado, mas tantos outros já  
1217 foram, inclusive Unidades da Rede Pública que foi administrada por empresa de  
1218 transporte, o Hospital Mario Sobrinho em Irecê, e as grandes Unidade do Estados de  
1219 Alagoinhas e Porto Seguro, era ai que tinha o risco, pois teria que se preocupar em ser  
1220 contra. As Organizações Sociais tem uma relação que era diferentemente da relação de  
1221 eficácia e o custo embora deveriam defender isso, porque era o principio da  
1222 administração pública e a eficiência, uns dos princípios constitucionais, o principio da  
1223 administração publica, porém, não tinha a relação de eficácia e eficiência com lucro e  
1224 qualquer Unidade quando privatizada que diz que oferecia um bom serviço era o Hospital  
1225 do Subúrbio, mas era de porta fechada e essa Unidade quando são privatizadas, as portas  
1226 são fechadas. E essas Unidades quando são privatizadas, são fechadas, o contrato era para  
1227 um valor X e passou do valor X, acabou-se que era diferentemente das Unidades. O

1228 Hospital Otavio Mangabeira ele não iria entrar no mérito, pois o Secretário iria fazer  
1229 apresentação dele, mas justificar o porquê que eles não estavam na busca de proteger  
1230 apenas o Hospital Otávio Mangabeira, mas proteger a população usuária do Otavio  
1231 Mangabeira, proteger a população usuária do Sistema Único de Saúde, porque esses sim  
1232 estavam sendo maculados, desde a sua criação e todos teriam que voltar à Constituição  
1233 de 1988 e 1986 à 8ª Confidência Nacional de Saúde, que sempre dizia com direito natural  
1234 que se transformou em direito legal de proteger e preservar o passado, o presente e futuro  
1235 do Sistema Único de Saúde. **Conselheira Eliane Araújo Simões** cumprimentou a todos os  
1236 funcionários do HEOM, falou que naquele momento estava buscando um consentimento  
1237 ativo dessa decisão, e esse consentimento ativo teria que se dá através do diálogo, através  
1238 dos debates com todos os trabalhadores e com todos os Conselheiros. Porque que todos  
1239 entendiam que deveriam existir esses debates, porque todos não eram somente o  
1240 Conselho Estadual de Saúde, todos representavam o Controle Social, todos ali eram a  
1241 sociedade representada e se esse diálogo, e escuta para que esse Hospital e outras  
1242 Unidades sejam privatizadas ou terceirizadas deveria passar por esse Conselho, por esse  
1243 Controle Social, por essa Sociedade que estava presente que era todos, e que merecia  
1244 respeito e assim deveria ser, esse consentimento ativo era a política, e essa política  
1245 deveria ser travado no Pleno. Porque os recursos destinados para essa saúde interessavam  
1246 a todos e nesse coletivo que estava a fazer a discussão. Não a Privatização, não era  
1247 possível que todos estavam em uma conversa no espaço do Controle Social, e esse  
1248 controle não era exercido na sua íntegra que deveria acontecer. Informou ainda que  
1249 naquele momento para ela como conselheira e os demais estavam comungando, pois era  
1250 uma guerra de posição e que deveria delimitar espaço e que esse território de decisão  
1251 política sobre a privatização era de todos. Todos representavam a sociedade e queria que  
1252 essa sociedade representada tivesse o direito de dizer não a privatização, não poderiam  
1253 deixar que o pulmão dos usuários da saúde e desse pessoal todo do Otavio Mangabeira  
1254 parasse de respirar. Era preciso oxigenar e todos deveriam ter essa responsabilidade  
1255 porque esse era o papel de Conselheiros, que era defender essa sociedade que se faziam  
1256 presente, para que isso acontecesse. E não estava no Pleno para fazer discurso e sim para  
1257 defender essa privatização e defender o SUS, porque se não fizesse isso a sociedade iria  
1258 ficar órfão e desassistido. **Presidente Ricardo Luiz Dias Mendonça** Registrou a presença  
1259 do Presidente Municipal do Conselho Municipal de Salvador Djalma, a Presidenta do  
1260 Conselho Regional de Classe de Enfermagem Luiza. Informou que o Secretário da Saúde  
1261 ainda não havia chegado e perguntou se algum Conselheiro queria fazer alguma  
1262 Manifestação e que estava em um calor muito grande e que deveria fazer uma dinâmica  
1263 ate mesmo para não per der tempo. Posterior o Secretário Chegou e passou a fala para  
1264 ele sobre o Hospital Especializado Otávio Mangabeira. O Presidente colocou o Secretário  
1265 a par das falas anteriores de alguns conselheiros. **O Secretário da Saúde Fábio Vilas Boas**  
1266 **Pinto**, cumprimentou a todos e falou que o Hospital Especializado Otavio Mangabeira  
1267 que desde o inicio da Gestão identificou a necessidade de reformas geral do Hospital, e  
1268 que vinham tentando fazer as reformas aos pedaços e ao longo dos anos e a ultima  
1269 reforma que esteve lá, foi ajustes no refeitório e transferiram o refeitório para outro local.  
1270 Disse que começaram a reformar o prédio anexo, a construtora abandonou a reforma no  
1271 meio por desinteresse econômico, o prédio precisava de intervenções frutuosas no

1272 telhado, parte elétrica, na parte hidráulica e climatização. Não atendia mais as normas de  
1273 RDC, e não tinha banheiros nas enfermarias, não tinha rotas de fugas adequadas para os  
1274 bombeiros e precisaria construir elevadores encapsulados, enfim uma série de reformas  
1275 estruturais, centros cirúrgicos e UTI. Começou a estudar e viabilizar o Hospital e fez um  
1276 projeto e iria apresentar para todos. **Essa apresentação foi encaminhada para o e-mail de**  
1277 **todos. Presidente Ricardo Luiz Dias Mendonça** informou que todos do Pleno  
1278 concordaram em tirar dois Trabalhadores do Otavio Mangabeira para falar. **Welington**  
1279 **Roma Lage, técnico de enfermagem do HEOM** cumprimentou a todos e aos colegas do  
1280 Otávio Mangabeira e pediu para todos olharem para a platéia e falou que ali não tinha  
1281 servidor público, que tinha a sociedade Baiana, que tinham que aprender a olhar o  
1282 segmento como sociedade Baiana, que sindicato é sociedade. Tinham 50% de usuários e  
1283 perguntou onde estava a voz desse pessoal, e que precisava ter mais abertura para eles.  
1284 Informou que no Otávio Mangabeira eles carregavam corpos de pessoas mortas do 4º  
1285 andar até o necrotério por conta do sucateamento que a Gestão anterior e a Gestão do  
1286 Secretário Fabio Vilas Boas havia feito para justificar a privatização, falou que Fabio  
1287 Vilas Boas Pinto apresentou um projeto muito fraco, onde não dizia onde irão os  
1288 pacientes, não dizia quem iria gerir essa Instituição nova e nem para onde iria os  
1289 servidores. Referencia não é prédio, referência é conteúdo, referência era expertise,  
1290 referência são os servidores que tem essa expertise acumulada ao longo de mais de 70  
1291 anos. Portanto, não ouviu na apresentação o que seria feito com as pessoas de  
1292 tuberculose, não ouviu o que iria ser feito com os servidores que tinham essa expertise.  
1293 Pediu aos Conselheiros que cobrassem do Governo e do Secretário, primeiro um pedido  
1294 de desculpas, porque esse projeto estava sendo apresentado por pressão, o Secretário não  
1295 foi apresentar esse projeto por respeito a esse colegiado, muito pelo contrario, a  
1296 resolução foi apresentada por vontade própria, ou seja, se lixem. Tinha que cobrar do  
1297 Secretário esse pedido de desculpas para a sociedade que esse colegiado representa.  
1298 Precisaria do apoio de todos e não poderia ficar discutindo HEOM e outros Hospitais  
1299 pontualmente e que todos apoiassem a sociedade para que fizesse um debate mais amplo  
1300 sobre isso, mas que apoiasse naquele momento o que estava colocado especificamente.  
1301 **Virginia Perrucho Assistente Social do HEOM** se apresentou como uma HEOM nata,  
1302 onde tinha 28 anos de serviço no referido Hospital, diferente do Secretário que tinha  
1303 acabado de chegar da Saúde privada e que ela estava na saúde pública há 28 anos e na  
1304 verdade teria 33 anos chegou antes. Falou de um lugar onde tinha muito comodidade e  
1305 realmente era saúde publica e que ele vinha de outro segmento e de outra forma de olhar  
1306 a saúde. Que era por isso que se sentia confortável e não teve oportunidade de falar com  
1307 ele. Com a experiência que ele tinha na saúde privada, poderia levar algumas  
1308 contribuições, mas não poderia levar tudo e que poderia abrir para o diálogo e precisaria  
1309 escutar outras experiências, pois não poderia ser só a dele para contar. O HEOM era um  
1310 centro de referencia de doenças pulmonares e todos esperavam que todas as patologias  
1311 estivessem contempladas, pois não viu nesse projeto falar de pacientes crônicos e nem  
1312 tuberculose. Falou ao Secretário que esse projeto infelizmente não atendia as expectativas  
1313 da sociedade. Estava tudo muito bonito, um aquário verde, mas a sociedade precisava de  
1314 muito mais. Disse que era referencia terciaria para tuberculose e quem conhecia o serviço  
1315 público sabia o que era uma referencia terciaria, ou seja, era retaguarda. Disse que

1316 trabalhavam em redes, redes que tinham falado no Conselho Municipal de Saúde de  
1317 Salvador e que estavam “furadas”, no e as SINASP não era feita e que os encontros  
1318 não se dava e levava e nem explicava para todos o que iria acontecer com os paciente que  
1319 eram tidos como crônicos, cuja as doenças exigia um longo período de internamento.  
1320 Informou ao Secretário que o parâmetro e o custo e efetividade era um parâmetro a ser  
1321 considerado e ele levava uma visão que ela sabia de onde era e respeitava, agora não  
1322 poderia ser o único parâmetro, falou ao Secretário que o custo a efetividade tinha que  
1323 levar resultado sobre pessoas. E tinha pessoas que estavam sendo excluídas dessa  
1324 discursão, pois tinha pacientes com tuberculose, fibrose cística, lá tinha esquema  
1325 medicamentoso de no mínimo 28 dias de tratamento que era internação prolongada  
1326 também, em asma tinha internação prolongada, em DPOC também era internamento  
1327 prolongado, em alergias em alguns casos. Porque os pacientes que iriam para o Otavio  
1328 Mangabeira não poderiam ser comparados aos pacientes que estavam no HGE2. Ela  
1329 enfatizou ao Secretário que o parâmetro dele, precisaria ser um parâmetro compatível  
1330 com a realidade, teria que comparar o HEOM quem tinha o perfil do HEOM, e quem  
1331 tinha esse o perfil do HEOM era o Couto Maia e outros que já foram destruído. Fazer  
1332 comparação com o HGE2 não era possível, teria que comparar com quem poderia ser  
1333 comparado. Tinha 145 leitos ativos e os 68 inativos, pois esse Hospital foi sucateado, não  
1334 era porque tinha 800 funcionários não, haja vista inclusive que estavam lá e foram  
1335 despejados de outras Unidades privatizadas assim também. Informou ainda que todos  
1336 estavam abertos para conversa, todos queriam ser ouvidos, colocou as suas experiências e  
1337 do conjunto dos servidores que estavam trabalhando para manter essa experiência  
1338 monstruosa que tinha mostrado na apresentação funcionando, assim mesmo o  
1339 atendimento continuava. **Presidente Ricardo Luiz Dias Mendonça** Agradeceu a Sra.  
1340 Virginia pela fala e colaboração. Informou ao Conselheiro Júlio que o Pleno era  
1341 democrático e abriu a fala para a Senhora **Eliana Dias Matos Representante do Serviço de**  
1342 **Tuberculose Multirresistente do HEOM** que se apresentou e falou que tinha 35 anos de  
1343 serviço no Otavio Mangabeira e que era aposentada pela SESAB e cedida ao Ministério  
1344 da Saúde já para se aposentar, mais ao 35 anos vivenciando essa estrutura precária,  
1345 salvando vidas, sentia mais o Jorge Conceição que após 19 anos de tuberculose  
1346 multirresistente conseguiu a cura. Concordava com o Secretário e que tinha visto o  
1347 projeto arquitetônico era muito bom, o projeto a concepção e que poderia modernizar o  
1348 Centro cirúrgico isso era uma verdade, precisava reativar as cirurgias que tinha dois dias  
1349 por semana sem ter por falta de anestesista. Precisaria vê o outro lado e definição de para  
1350 onde iria levar os pacientes que tinha comorbidade. Sabiam que a tuberculose na maior  
1351 parte era tratada Ambulatoriamente e existiam situações de comorbidade como por  
1352 exemplo que tinha paciente com Câncer e Tuberculose, DPOC e Tuberculose e  
1353 Suficiência Respiratória e Tuberculose que os nove leitos UTI respiratório não  
1354 cobriam. Eles não queriam que houvesse gastos, mas uma definição de para onde iria que  
1355 encaminhar com indicação de internamento e para que local, essa definição do local do  
1356 setor do internamento que era uma referencia terciária perante ao Ministério e era uma  
1357 única referencia terciária para casos complicados e as vezes exigiam internamento, essa  
1358 situação o Hospital precisava se modernizar e não podia aceitar a situação do Hospital do  
1359 jeito que está sem um sanitário mais privativo e sem o aumento de leitos de UTI. Que

1360 solução iria dar para outra parcela da população que precisava de internamento? Qual o  
1361 local, se não seria lá ou em outro local, queria uma definição em relação a isso. Tinham  
1362 44 pacientes com tuberculose internados, alguns com hemoptise, outros com insuficiência  
1363 respiratória que poderiam tratar Ambulatoriamente, gostaria de saber essa questão em  
1364 relação aos outros e aos programa de DPOC, que era pacientes que necessitavam muitas  
1365 vezes quando agudizam o tempo de internação diferente do paciente do Centro cirúrgico.  
1366 Ela sabia que iria ficar 30 leitos para epidemiologia Clínica, era uma referencia terciária  
1367 de todo o Estado da Bahia ainda era pouco para epidemiologia clinica. Adorou o projeto  
1368 cirúrgico, adorou a ampliação da UTI e o projeto arquitetônico. Mas ficou para saber  
1369 como iria resolver os pacientes clínicos na ampliação de leitos e os pacientes com  
1370 comorbidade que precisava que internasse com tuberculose. **O Presidente Ricardo Luiz**  
1371 **Dias Mendonça** agradeceu a colaboração da Dr. Eliana Dias Matos, mas como foi feita  
1372 três indagações de Welighton, Virginia e Dra. Eliana. Abriu a palavra para o Secretário  
1373 da Saúde, responder e posterior debates para com os Conselheiros. **O Secretário da**  
1374 **Saúde Fabio Vilas Boas Pinto** informou que em nenhum momento foi falado no Pleno  
1375 que o paciente com a Tuberculose, não iria ser atendido no Hospital Otavio Mangabeira.  
1376 O Hospital iria manter todos os serviços que prestava a Comunidade, tanto para atender  
1377 DPOC, asmático em crise. O Centro de referência de fibrose cística, esse seria mantido  
1378 sobre Gestão direta da SESAB, que ficava no prédio separado. Iria internar os pacientes  
1379 com Tuberculose, os doentes com Pneumonia clínica. Estava criando dentro do Âmbito  
1380 da SESAB, um programa de ID mais amplo, que o ID atualmente era executado pela  
1381 FESFS que na verdade era um atendimento domiciliar e iria fazer uma internação  
1382 domiciliar com atendimento 24h, para que pudessem desospitalizar alguns pacientes.  
1383 Aqueles pacientes que por ventura ainda estivessem no Otavio Mangabeira e que tivesse  
1384 o perfil de irem para a internação domiciliar, eles iriam ser encaminhados para internação  
1385 domiciliar, aqueles que necessitassem de isolamento respiratório iriam continuar dentro  
1386 do Hospital Otavio Mangabeira, assim como todos os demais. Disse ainda que não iriam  
1387 ter nenhum tipo de restrição ao atendimento, mesmo porque, não era possível, se ele era  
1388 um Hospital para doenças respiratórias, no momento em que o paciente adentrar a rede  
1389 por qualquer ponto de atenção, seja uma UPA, Unidade de emergência ou outro Hospital  
1390 da rede com um quadro de insuficiência respiratória e com ou sem hemoptise, ninguém  
1391 sabia se aquilo era uma tuberculose, um câncer, uma coagulopatia ou uma H1N1. Esse  
1392 paciente seria encaminhado para o Centro de Referencia que era o Otavio Mangabeira e  
1393 se ele fosse um paciente infectado por qualquer coisa com ou sem HIV, não tinha como  
1394 bloquear o acesso desse paciente. Na primeira conversa que teve com os médicos do  
1395 Hospital essa situação foi deixada muito clara, no começo imaginaram que não fosse  
1396 necessário que tivesse paciente com Tuberculose dentro, porém isso tinha ficado para  
1397 trás. O perfil atual de patologias continuaria sendo atendido no que tange a Tuberculose  
1398 Fibrose Cística, DPOC e Asma. O número de leitos foi considerado adequado para as  
1399 necessidades clinicas do Hospital, isso foi discutido exaustivamente, a ampliação de  
1400 leitos cirúrgicos para atender a rede, e visava dar uma resolutividade ao Estado inteiro e  
1401 esse era um Centro de Referência Estadual que iria retirar do Hospital Roberto Santo as  
1402 patologias de tórax, do Ernesto Simões e Camaçari trazendo para essas Unidade, o  
1403 doente com neoplasia, com doença pulmonar que deveria ser investigada e iria se tornar o



1404 melhor e maior Hospital de doenças respiratórias do País. E o segundo que era o Centro  
1405 de Referencia para todos os Pneumologistas do Brasil, sempre foi o do Rio Grande do  
1406 Sul, porém o Rio Grande do Sul não iria ter a estrutura igual ao que estava  
1407 disponibilizando para o Hospital Otavio Mangabeira, teria área cirúrgica, área de  
1408 intervenção por vídeo e a área de tratamento clínico. Aonde iriam os pacientes que  
1409 moravam lá, pois tinha duas senhoras que moravam lá há 50 ou 60 anos, que iriam  
1410 providenciar a solução para elas. Em relação ao Modelo de Gestão proposto e o Modelo  
1411 de Gestão por Organização Social que foi publicado no diário oficial, e esse modelo de  
1412 Gestão, diferente de outros que foram implantados na Bahia, iriam manter todos os  
1413 profissionais médicos dentro do mesmo raciocínio do que aconteceu com a PPP do  
1414 Hospital INCON. No INCON que era um Hospital igual ao Couto Maia que era um  
1415 Hospital de doenças infecciosas, quando tinha feito as PPP, tinha sido construída para ser  
1416 uma PPP de construção de Gestão e o que eles chamam de bata cinza. A bata branca que  
1417 seria dos médicos, seriam fornecida e gerida pela SESAB, porque que lá atrás pensaram  
1418 esse modelo porquê se a PPP fosse construir um novo Couto Maia e contratar  
1419 Pneumologistas em Salvador, como são poucos seriam os mesmos Pneumologistas que  
1420 eram servidores do Estado, por isso que se decidiu excluir os médicos da PPP do  
1421 INCON. No Couto Maia era a mesma coisa, se fosse contratar Pneumologista em  
1422 Salvador, iriam contratar os mesmos profissionais que já era servidores do Estado e  
1423 como não haveria Pneumologia e cirurgia do Tórax estruturada nos outros Hospitais em  
1424 Salvador, não teriam onde relocar esses servidores. Iriam manter o corpo clínico e fariam  
1425 a glosa do valor correspondente ao salário desses servidores na Instituição como foi feito  
1426 algumas experiências em Goiás. Em relação aos demais Profissionais de Saúde, todos  
1427 aqueles que fossem considerados imprescindíveis no sentido de que dominassem uma  
1428 informação adquirida ao longo dos anos, ao longo de uma história que não pudessem ser  
1429 passada facilmente e treinada facilmente, esses funcionários seriam preservados dentro da  
1430 Instituição e seria feito a glosa do valor do salário referente à prestação da Organização  
1431 Social. Tinham dois grupos de funcionários no HEOM, os que eram provenientes de  
1432 empresas terceirizadas e seriam relocados em Hospitais da rede, onde estava contratando  
1433 para corrigir a falta de escala ou a expansão da rede, como iria acontecer com o Hospital  
1434 da Mulher e outras Unidades que iriam ampliar no futuro e os servidores da mesma  
1435 forma seriam relocados preferencialmente nas Unidades próximas e seriam retirados das  
1436 Unidades os terceirizados, exemplo: se no Ernesto Simões tivesse 300 terceirizados no  
1437 José Silveira e HGE, pegaria os servidores do Otávio colocaria lá e tiraria os  
1438 terceirizados do Ernesto Simões e colocaria em outra Unidade da rede, sempre com o  
1439 objetivo de preservar o emprego de todos. Se o Ernesto Simões não absorvesse essa mão  
1440 de obra, iriam relocar para um lugar mais próximo que o servidor considerasse mais  
1441 adequado para o seu desempenho profissional. **Presidente Ricardo Luiz Dias Mendonça**  
1442 abriu inscrições para os Conselheiros Estaduais fazerem suas considerações. **Conselheiro**  
1443 **Marcos Antônio Almeida Sampaio** deu as boas vindas aos servidores e indagou que não  
1444 era a primeira vez e que mais uma vez se encontrava em uma pauta bombástica. Primeiro  
1445 vivenciou um comentário que iria extinguir as Dires, e que iriam demitir as pessoas, e as  
1446 Dires foram extintas e nada se resolveu. Depois estava vivenciando mais um comentário  
1447 que iria privatizar o Hospital Especializado Otavio Mangabeira- HEOM, e também que

1448 havia boato de demitir pessoas, que não era mais boato. Falou que o Secretário não tinha  
1449 falado diretamente, mais falou em outras palavras que iria privatizar, se fosse necessário  
1450 demitir iria demitir, o que fosse necessário relocar iria relocar. E nas duas versões  
1451 confirmou que não existia órgão de controle que respeitasse, pois levou o projeto pronto.  
1452 Todos já sabiam até com pouca possibilidade de erro, qual seria a cor das camas, o  
1453 projeto já estava pronto, pois o mesmo entrou no Hospital em uma reunião com os  
1454 servidores e não identificou nem as pedras Italianas que o Secretário tinha colocado na  
1455 apresentação. No projeto veio um véis que de fato era privatizar e sucatear. Enquanto  
1456 todos estavam discutindo sobre a privatização do Hospital, o Secretário levou uma mega  
1457 estrutura que tinha pensado que era o aeroporto, uma reforma que não tinha usuários que  
1458 pudessem chegar na porta. Levou uma ideia que iria melhorar, mas depois da pressão dos  
1459 servidores é que disse qual seria a Gestão e a quem iria entregar. O CES deveria tomar as  
1460 seguintes questões: primeiro não poderia sair uma publicação no diário, se o órgão  
1461 deliberativo eram os Conselheiros, ficou um conflito de causa e se os conselheiros  
1462 falassem que não queriam esse modelo? E colocou algumas questões porque todos  
1463 estavam correndo um sério risco no Estado da Bahia. Não estava falando de história e sim  
1464 do que viu no Pleno. As Farmácias Populares, ele viu o Secretário dizer que não iria  
1465 fechar uma Farmácia Popular e que era impossível isso acontecer, inclusive ele mesmo  
1466 foi acusado de levar boatos e boatos onde ele morava era levar fofoca e passou alguns  
1467 dias e todas as Farmácias foram fechadas no Estado da Bahia. As Dires acabaram e ouviu  
1468 do Secretário que não iria ser isso, inclusive levou os argumentos de baixa capacidade de  
1469 produção e agora estava com os mesmos argumentos. Falou que a produção era mínima,  
1470 falou que o Hospital estava produzindo pouco que as condições físicas são ruins, já era  
1471 preparando o terreno e por ultimo ele ouviu em alguns momentos e já estava alertando a  
1472 todos, ouviu da boca do Secretário em reunião que não iria cortar nenhum direito dos  
1473 servidores que estavam na Dires, posterior houve o corte da insalubridade e depois cortes  
1474 daquilo que negociou e ficou naquela tapeação se valia ou não valia. Pediu para abrirem  
1475 os olhos, pois piores coisas ainda estava por vir. Pois na Conferência tinha dado o recado  
1476 o que resolvia o sucateamento do Sistema Único de Saúde do Estado da Bahia.  
1477 **Conselheiro Francisco José Souza e Silva** falou que a discursão era interessante apesar da  
1478 falta de respeito com o espaço do Controle Social, uma marca dessa Gestão infelizmente,  
1479 isso iria ficar para a história desse Governo do Estado da Bahia que ficasse claro isso,  
1480 pois estava lindando com vidas não só de pacientes como de trabalhadores da área da  
1481 Saúde. Algumas questões foram muito bem postas tecnicamente e outras foram rebatidas  
1482 pelo Secretário também ao olhar da Gestão de forma técnica. E achava que cabia a todos  
1483 em primeiro lugar, saber inclusive da SESAB aproveitou a presença do Secretário, quais  
1484 as garantias para os trabalhadores e isso deveria ser garantias colocadas e se possível  
1485 assinadas, pois estava no Plano de reforma de modernização, independente da  
1486 necessidade do discurso, da defesa do SUS e das garantias. A questão da modernização  
1487 até para quem utiliza serviço ninguém iria reclamar porque teria a possibilidade de ser  
1488 mais bem atendido era preciso ter garantia para os servidores e tinha no Conselho  
1489 representação para isso, que era o Sindicato dos Servidores Publico da Saúde do Estado  
1490 da Bahia, presente nesse Conselho e precisava ter essa garantia. Tinham outras Instituição  
1491 representantes dentro do Hospital, e para os pacientes dado o relato técnico que foi feito

1492 pelo corpo de técnico e funcionário do Hospital. Independente dos encaminhamentos,  
1493 esse Conselho precisaria ser provocado e consultado para ele expor também a opinião  
1494 dele. Mas às vezes as informações chegam prontas e todos não tinha mais o que fazer,  
1495 pois quem estava lá fora que estava precisando do serviço e se parasse o serviço pior  
1496 para todos e para os trabalhadores é de quem precisava do serviço do Hospital. Disse  
1497 ainda que pedia independente dos encaminhamentos a serem dados e que o processo de  
1498 privatização não é o primeiro e não seria o ultimo, mas que esse Conselho tivesse uma  
1499 posição a isso e que era contra, não era só o Hospital era a privatização da Saúde que  
1500 todos eram contra e segundo as garantias a todos Servidores Publico, principalmente  
1501 nesse caso do Hospital e saber do Hospital independente da formula qual vai ser se  
1502 haveria concurso público para que pudesse dar garantia de tudo isso que seria feito no  
1503 Hospital. Pelo que todos estão entendendo estava modernizando para ampliar também  
1504 serviços, iria ampliar serviços com quem, porque não dava para ir para rua e dizer aqui  
1505 que faz oposição à Brasília e na pratica rezar na mesma cartilha. **Conselheiro Julio Cezar**  
1506 **Vieira Braga** Esclareceu que era Conselheiro de muitos anos, mas ainda nessa nova  
1507 Gestão estava há mais tempo, porém o que viu no Pleno muitas das discursão, eram  
1508 discursões pontuais em que posições em políticos partidários são mais importante do que  
1509 o contexto geral da Saúde Publica na Bahia e da população que era o principal  
1510 interessado. Quando todos vieram discuti a privatização, viu Conselheiros no Pleno que  
1511 gritavam e bradavam, que no passado eram calados porque o Secretário passado era  
1512 simpático e legal. Sempre discuti temas maiores e não temas menores caso a caso não  
1513 são porque que os servidores do HEOM estavam no Pleno que todos deveriam pensar  
1514 primordialmente no interesse deles e sim no interesse da sociedade. Quando falava em  
1515 privatização, teria que encarar inclusive a Gestão passada que foi quem mais privatizou e  
1516 não discutia como é que iria fazer privatização, qual era o formato, o que iria acontecer  
1517 com as metas. O Hospital do Subúrbio foi escolhido entre os 12 melhores Hospitais do  
1518 Brasil, falava que ele selecionava os pacientes, mas era os pacientes que estavam no  
1519 contrato, o Contrato tinha que ser feito e tinha que ser gerido dentro do contrato. Se iria  
1520 ocorrer a privatização tinha que discutir o contrato, tinha que discutir como iriam lidar  
1521 com os Profissionais concursados. Porque era essencial, mesmo que houvesse  
1522 privatização, o Hospital que selecionava tinha aquele contrato especifico tinha que ter um  
1523 Hospital mais geral que iria garantir assistência naquele paciente que não entrava dentro  
1524 do contrato, não entrava dentro do perfil, e tinha que saber o que iria fazer com os  
1525 servidores daquela Unidade, porque uma coisa era certa a maioria de todas privatizações  
1526 não existia concurso mesmo por via CLT. Era muito interessante, inclusive nessa Gestão  
1527 e na Gestão passada privatizava o serviço e entrava todos com bilhetes de favor politico.  
1528 Isso ninguém comentava e já propôs ali, pois se fosse privatizar iria ser concurso via  
1529 CLT, Seleção Pública , iria ser publicizado. E com os servidores que existiam do Estado  
1530 não era impossível que fossem aproveitados, isso que deveria ser claro. Quando houvesse  
1531 a privatização, quais eram os critérios, tinha exemplos muitos bons de serviços que  
1532 davam certo, era mais eficiente e econômico e precisava discutir isso, como iria ser o  
1533 contrato, como seria o segmento a cobrança de metas e o que iria acontecer com os  
1534 servidores com essencial esclarecimento maior do que iria acontecer e as garantias se não  
1535 fosse para todos, mas que exista uma coisa clara e discutida do que seria feito com os

1536 servidores **Conselheiro Luiz Américo Pereira Câmara** indagou que foi muito importante  
1537 o conselheiro Júlio ter citado sobre o Hospital do Subúrbio. O Hospital do Subúrbio  
1538 tinha contrato para cirurgia vascular, o paciente tinha chegado lá com sepse vascular,  
1539 foi encaminhado para o Hospital Roberto Santos e no outro dia morreu. Agradeceu ao  
1540 Conselheiro Júlio por ter dado essa oportunidade. Tinha que se lembrar do histórico, o  
1541 histórico do próprio Couto Maia. E que tinha visto uma apresentação dessas do Couto  
1542 Maia muito bonita e viu como estava agora. Tinha também que se lembrar da situação do  
1543 Manoel Vitorino e que os servidores foram expurgados de lá, inclusive muitos foram  
1544 para o Otavio Mangabeira que agora a Gestão utilizava a superlotação de funcionários  
1545 com o argumento de privatizar, ela mesmo que tinha feito isso e agora estava usando  
1546 como argumento para privatizar, nessa situação chamou a atenção que tinha 800  
1547 servidores público e que iria precisar de 800, porque que iriam dispensar esses  
1548 servidores. Em reuniões fechadas o Secretário falava que existiam os preguiçosos, que  
1549 existiam pessoas que não estavam aptas, mas ele não tinha coragem de dizer isso. Tinha  
1550 que dizer quem tinha aptidão para trabalhar lá, que falasse isso publicamente porque o  
1551 que tinha sido colocado ali que não era a SESAB que iria fazer essa escolha, quem iria  
1552 fazer era a empresa, ou seja, a empresa entrava e iria decidir o destino do servidor  
1553 público, e não era questão de manter emprego de ninguém não, porque ali não tinha  
1554 nenhum aventureiro na Saúde Pública, ali tinha gente concursada que fizeram concurso e  
1555 que a muito tempo estava na Saúde Pública, que tinha serviços prestados e não tinha  
1556 caído de paraquedas diferente do Hospital Espanhol como estava hoje. **Conselheiro**  
1557 **Silvio Roberto dos Anjos e Silva** informou que não lembrava quantos abraços que tinham  
1558 dado como representante de Entidade com o conjunto de trabalhadores e com população,  
1559 já tinha dado abraço aos Hospitais de Alagoinhas, Irecê e no Largo de Roma que a  
1560 Secretária queria fechar a UPA, para transformar em Maternidade e já aproveitou para  
1561 pedir pauta dessa discursão e que tinha que ser pautado o fechamento da UPA. Abraçou o  
1562 HEOM, e acostumou a dizer a terceirização da Saúde na Bahia vinha de pessoa jurídica e  
1563 pessoa física. Em 2015 a Secretária da Saúde tinha 1.378 cargos Comissionados, desses  
1564 1.047 pessoas sem vínculos, terceirização via pessoas físicas e apenas 331 eram pessoas  
1565 com vínculos. Sucateamento que estavam colocando, todas essas Unidades que foram  
1566 privatizadas elas tinham como Pano de fundo, isso era no Brasil todo o sucateamento,  
1567 iriam sucatear para apresentar para a população que o serviço estava ruim e iria privatizar  
1568 e justificar a privatização. O incêndio que o Secretário tinha colocado do Hospital era  
1569 porque os setores e corredores das Unidades serviam de depósitos de materiais e não  
1570 buscava a resolução da Unidade. O que estava colocando no Pleno, é que queriam uma  
1571 conversa e a conversa teria que partir desse princípio, modernização sim, privatização  
1572 não. Essa que seria Modernização sim, Privatização não, ninguém era contra que se  
1573 modernizem serviços, ninguém é contra que cresça serviços e ninguém é contra as  
1574 melhorias, muito pelo contrário, queriam melhoria dos serviços público sim, agora não  
1575 iriam permitir que continuasse privatizando os Serviços Públicos, entregando os  
1576 serviços Públicos à rede privada, esse que seria o caminho e esse que seria a defesa do  
1577 Hospital HEOM e do Sistema Único de Saúde. Essa defesa, as pessoas que foi ao Pleno a  
1578 grande maioria dos representantes seja de usuário e de segmentos de trabalhadores estava  
1579 sendo feita há muito tempo. Todos tinha denunciado Jorge Solla, quando lá na Bolsa de

1580 São Paulo, criou a PPP e privatizou o Hospital e isso foi denunciado no Conselho. Então  
1581 não queria dizer que antes tinha uma relação, porque o Governo era o mesmo, o  
1582 Governador do Estado da Bahia era o Governador do PT, e continuava sendo o PT. A  
1583 questão é que denunciavam porque a privatização dos serviços públicos sempre foi uma  
1584 defesa contrária desde a 8ª Conferência Nacional de Saúde até hoje e o resultados das  
1585 Conferências não eram respeitados nem na Bahia e nem no Brasil todo. Concluiu  
1586 dizendo que queria sim discutir e que iria propor para sentar e discutir o projeto com  
1587 representação dos Conselheiros com representação dos trabalhadores (as) do HEOM e da  
1588 sociedade do entorno e outro segmentos. Com isso revogação dessa resolução e  
1589 Modernização e Privatização não. Se o Governador quisesse de forma prepotente com as  
1590 tomada de posição encaminhar dessa forma, encaminhe. Não com a provação e o  
1591 consenso desse Conselho. **Conselheiro Raimundo Rodrigues Cintra** cumprimentou a  
1592 todos que estavam presentes no Pleno, informou que poderia está contemplado diante das  
1593 falas, mas infelizmente uma coisa que o angustiava e como tinha o ditado da resistência,  
1594 que teria que resistir até a morte, falou que o momento era impar, porque estavam  
1595 vivendo uma situação muito séria, onde era culpado da realidade que estava enfrentando  
1596 no Brasil, e ele não tinha nenhuma vergonha, pois tinha votado no Governo do PT, o  
1597 governo de Dilma. Esclareceu que defendia e que estava presente em todos os momentos  
1598 de discussão, e tinha falado a Dilma que ela tinha sido eleita pelos Movimentos Sociais,  
1599 por último Lula tinha feito isso e o resultado que deu, era as escolhas que as pessoas  
1600 tinham feito. **Retificou ao** Secretário que defendia esse Governo que elegeu, pois era um  
1601 orgulho dos 27 Estados que estavam passando dificuldade, a Bahia era entre os sete  
1602 Estados que estavam ai superando as situações. Teria que ter cuidado, isso não  
1603 significava que esse cuidado tinha que levar a derrota que já tinha levado. Disse ao  
1604 Secretário que todos condicionava um apoio ao Governo de Rui e que uma das questões  
1605 foi a Instalação da mesa do SUS, porque sabia que tinha avanço do SUS na Bahia e  
1606 também sabia que tinha problema na questão do SUS. Falou ao Secretário que era uma  
1607 grande realidade, pelo quadro que aconteceu Nacional, pela derrota da sociedade e  
1608 derrota dos trabalhadores e pelas referencias que ainda a Bahia tinha enquanto Governo  
1609 e se ele quisesse fazer uma boa Gestão era para chamar os Movimentos Sociais e que  
1610 instalasse uma mesa Estadual do SUS, que essa iria dar resposta de alguma parte da  
1611 sociedade. “Portanto, não poderia nenhum deles dirigentes sindicais ficarem de fora,  
1612 porque tinha algum dirigentes que contem determinadas situações que só iria se agregar á  
1613 alguma outra participações.” Disse que deveriam estar muito atentos para isso, e nesse  
1614 momento para quem não o conhecia, ele vinha nessa luta de terceirização e privatização  
1615 desde da Extinção INAMPS, e o que doía e ouvia muitas das vezes essa realidade. Não  
1616 foi preparado para servir ao público, porque os Gestores estavam olhando a classe  
1617 dominante e todos foram esquecidos, porque não tinha qualificação adequada para  
1618 atender o público, quando fossem culpar, observassem que os Gestores não tinham dado  
1619 as condições adequadas de especialização e de qualificação, e às vezes procurava  
1620 qualificação só pelas próprias conveniências pessoais e por amor a causa e por amor a  
1621 profissão, por amor a Constituição que não estava vendo mais hoje. Era preciso fortalecer  
1622 mais a luta e que precisava da Gestão para ir de contra ao que vinha da Nacional porque  
1623 era um processo muito pesado e todos não podiam ser conivente, que a Bahia era

1624 referencia no Brasil e não podia fazer ele passar mais vergonha. **Conselheiro Jair Alves**  
1625 **dos Santos** cumprimentou a todos e falou que ficou muito contemplado com as falas de  
1626 alguns Conselheiros e não iria se estender, mas afirmou que o Brasil estava em uma  
1627 decadência geral, porque a PEC foi aprovada e ela iria destruir muita gente, inclusive  
1628 todos os Governos foram afetados. Informou que não estava defendendo a Secretária da  
1629 Saúde, mas todos os Governos Estaduais e Municipais, ou seja, no geral iria sofrer as  
1630 consequências da PEC. Seriam 20 anos sem ter a certeza de como será regido o País, em  
1631 termo de Saúde Pública, Educação e no geral. Falou que o que aconteceu com o pessoal  
1632 do HEOM, aconteceu com o Hospital Dom Rodrigues de Menezes, muitas pessoas  
1633 sofrerão as consequências. Não foi esse Secretário estava e sim o Secretário Jorge Solla  
1634 que prejudicou muitas pessoas, e elas estavam prejudicadas até hoje, tanto os pacientes  
1635 quantos os funcionários porque foram transferidos para o Hospital Couto Maia, Roberto  
1636 Santos, Hospital Otavio Mangabeira e outros. Não iria se alongar muito porque já tinha  
1637 sido contemplado nas falas dos demais. Ofereceu apoio do Conselho Estadual de Saúde e  
1638 que iria acompanhar eles no que precisasse. Que formassem uma Comissão que iria  
1639 acompanhar eles e que estaria com eles em todas discursões que fossem feitas e que  
1640 estaria presente, e que o CES não era omissa e estaria presente com todos, porque a  
1641 situação estava muito difícil. Haveria muitas demissões no Brasil todo e a Bahia não iria  
1642 ser diferente. Porque todos não queriam a privatização, porém no Governo anterior já se  
1643 falava em privatizar a Saúde Pública. Os Governos anteriores já estavam falando em  
1644 privatizar o SUS e foi privatizado. Ratificou sua fala que se formassem as Comissões,  
1645 junto com Silvio e Célia para acompanhar o HEOM. **Conselheiro Josivaldo de Jesus**  
1646 **Gonçalves** saudou a todos. “O conselheiro acabou de dizer que não quer ser  
1647 envergonhado, mas nós estamos sendo envergonhado a todo tempo por esse governo, que  
1648 nós também votamos. Desde o momento que o governo não discutiu conosco, não trouxe  
1649 para o conselho de saúde o que foi a criação dos consórcios regionais, o que foi a  
1650 extinção das Dires. A todo o momento o governo vem trabalhando contra os  
1651 trabalhadores e contra a sociedade também. Porque não é possível que a meta desse  
1652 governo é só privatização. Você não ver dizer que o governo vai reformar, vai construir  
1653 uma unidade de saúde ou qualquer outro prédio para ele mesmo administrar. “Nós temos  
1654 exemplo como na minha região, que é a região de Itabuna e Ilhéus, está construindo o  
1655 Hospital do Cacau, mas ali do lado, pertinho de Ilhéus, temos o Hospital Regional que  
1656 está caindo os pedaços e o governo não investe nada, não quer fazer nada e vai privatizar  
1657 o Hospital do Cacau com 100 milhões de investimento.” Logo mais perto temos em  
1658 Itabuna o hospital da base, tudo bem, aumentou os recursos, mas poderia muito bem com  
1659 esse recurso de 100 milhões aplicar ou dividir para as duas unidades. Lá não temos  
1660 referência nenhuma, então porque vai construir o Hospital do Cacau sem dizer qual a  
1661 referência, qual vai ser a especialidade que esse hospital vai ter. Nós temos problemas  
1662 com traumatologia, todos os tratamentos de trauma é tratado aqui em Salvador. E agora  
1663 quer privatizar também outro hospital, eu acho que não devemos discutir muito não. É  
1664 buscar o Ministério Público, porque a gestão não respeita o Conselho Estadual de Saúde,  
1665 não discute, só traz a este conselho, quando já está tudo pronto para nos empurrar goela  
1666 abaixo. Então acho que nós devemos sim criar essa comissão e buscar o Ministério  
1667 Público mesmo, fazer a denúncia, porque não respeita ou acha que somos palhaços para

1668 vir aqui aprovar tudo que ele quer. O governo Rui Costa é truculento, porque ele não  
1669 discute. Quando foi para tratar dos consórcios, imediatamente ele encaminhou a  
1670 assembleia e aprovou “a toque de caixa” e tenho certeza que ele vai fazer a mesma coisa,  
1671 ele vai querer mandar para a assembleia legislativa, vai querer fazer as coisas tudo a  
1672 toque de caixa, como ele tem a assembleia nas mãos ele faz o que quer. Então acho que  
1673 tem que respeitar sim o controle social e também a sociedade. Não é porque nós votamos  
1674 que vamos concordar com essas mazelas quem vem acontecendo. Acho que o grande  
1675 exemplo está aí, o que estamos passando com a PEC 55 e com esse governo que está aí,  
1676 por muita culpa, por muita culpa mesmo do governo que passou. “Mais uma vez a equipe  
1677 quer propor que concordemos com a criação dessa comissão, mas que também possamos  
1678 estar buscando o Ministério Público para acompanhar todo esse processo”. **Conselheiro**  
1679 **Aroldo Luiz da Silva Bacelar** “boa tarde a todos, vou me identificar também assim como  
1680 os colegas e outras pessoas, sou médico, mas tenho 40 anos de SUS, 40 anos de  
1681 Ministério da Saúde, conheci o INAMPS.” “O INAMPS já existia privatização, já  
1682 existiam convênios, sempre existiu isso na medicina pública, nunca deixou de existir.” “O  
1683 que nós temos que fazer é fiscalizar as ações e não criticar puramente por uma questão  
1684 política, eu vim aqui para discutir o Hospital Otávio Mangabeira, estou vendo outra  
1685 discussão.” Disse: Alguns pacientes daqui vão ser beneficiados, com o hospital melhor  
1686 eles vão ser beneficiados. “O Hospital Otávio Mangabeira está muito degradado, vai  
1687 melhorar e os pacientes vão se beneficiar, eu não estou vendo aqui nenhuma  
1688 representação de médicos do Hospital Otávio Mangabeira”. **Presidente Ricardo Luiz Dias**  
1689 **Mendonça** “trabalhadores aqui é um conselho, são 64 conselheiros é claro que nem todo  
1690 mundo comunga, todo mundo diverge. É preciso respeitar, aqui é um processo  
1691 democrático e nada melhor que a gente está aqui, numa casa democrática e respeitar as  
1692 palavras. Os conselheiros que queira fazer o contraditório, depois fazem. Com a palavra o  
1693 conselheiro Aroldo”. **Conselheiro Aroldo Luiz da Silva Bacela** “o apelo aqui é para  
1694 discutir o tema que foi proposto, o tema foi discutir o Hospital Otávio Mangabeira, está  
1695 se discutindo aqui UPA, privatização, marque-se uma reunião para isso, hoje é Otávio  
1696 Mangabeira. Infelizmente vou sair agora e não vi o que eu gostaria de debater, eu vi sim,  
1697 o Secretário falou algumas coisas. Mas o Otávio Mangabeira como é que vai ser gerido?  
1698 Numa instituição médica temos 3 pilares, a estrutura, o processo e o resultado que vai  
1699 acontecer. Então o que acontece, aqui temos uma estrutura, inclusive quem vai chefiar,  
1700 quem vai ser o diretor, isso que eu queria ouvir. “Infelizmente nós discutimos direitos dos  
1701 trabalhadores, também sou trabalhador, mas não é isso que eu vim discutir aqui hoje”.  
1702 **Conselheira Isadora Oliveira Maia** “boa tarde, eu já imaginei aqui que eu também vou ser  
1703 um pouco rechaçada, mas não gostaria porque respeitei muito a fala de vocês e respeito  
1704 muito o trabalho, respeito muito o trabalhador. “Eu sou Isadora Oliveira Maia,  
1705 representante dos prestadores, represento a federação das APAI do estado da Bahia e  
1706 acho que a gente tem que avançar nesse debate dessa terceirização, privatização ou não.”  
1707 Disse que o que não pode é a gente ter apenas o escopo do modelo de privatização, o que  
1708 a gente tem o escopo é o usuário. “Tem usuário aqui? Teria que convidar.” “Vou ter que  
1709 pontuar conversas pontuais das pessoas, os usuários aqui é um controle social, a gente  
1710 tem que respeitar a ponta, por exemplo; o Manoel Vitorino, acho que tinha um gasto com  
1711 gestão de 6 milhões de reais, ele foi privatizado, deve está com alguma OS, que acho que

1712 reduziu para 3 milhões de reais ou 4 milhões.” Então, a gente tem que discutir o modelo,  
1713 a ponta, porque os trabalhadores também têm bastantes fóruns de discussão, precisamos  
1714 sim colocar o seminário, trazer a Bahia o que é de responsabilidade. O STF já disse que  
1715 as OS são realmente possíveis como também o Ministério Público. O que precisamos é  
1716 dialogar para avançar se não perde todo mundo, principalmente a ponta. É isso que a  
1717 gente quer e também o respeito de quem trabalha também com OS, principalmente aos  
1718 próprios servidores públicos. Disse ter certeza que o estado não iria ser leviano, o estado  
1719 também não só o sindicato, mas vocês têm também uma grande força que é o trabalho de  
1720 vocês. E o conselho vai está aqui para observar, mas também tenham respeito aos OS que  
1721 vão tentar estar nos espaços e também dialogando com os servidores públicos, não apenas  
1722 imaginar que não vai dá e muitas vezes ofendendo gestões que nós temos que ter um  
1723 pouco mais de respeito para que a ponta, que são os usuários, tenha os indicadores e que a  
1724 gente no RAG consiga trabalhar, obrigado”. **Conselheira Célia Maria Alexandria de**  
1725 **Oliveira** “conselheiro Júlio, não é verdade que este conselho em gestões anteriores não se  
1726 pronunciou, muito pelo contrário. Estivemos permanentemente, não só aqui dentro do  
1727 Conselho como fora do Conselho, principalmente nas ruas, sendo contrários ao que hoje  
1728 nós estamos vendo, que é uma política que está sendo imposta a todo o País. As  
1729 organizações sociais hoje proliferam no Brasil inteiro. “Eu quero que vocês tragam  
1730 dados, estatísticas e principalmente qual é a procedência dessas organizações sociais.”  
1731 “Qual é a lógica dessas pessoas que vem tomar o lugar de profissionais históricos dentro  
1732 dos diferentes hospitais, como nós já ouvimos aqui em falas anteriores com toda uma  
1733 expertise, mesmo com os hospitais em total decadência, quase sem nenhum recurso.”  
1734 Esses trabalhadores e trabalhadoras estiveram prestando aos usuários e usuárias da Bahia  
1735 o seu melhor, curando, salvando vidas. E hoje que a gente ver o melhor hospital, então  
1736 vamos tirar a gestão pública, gestão pública não serve, mas a gestão pública que está  
1737 sendo certa até mesmo quando o hospital está sendo sucateado? Isso é inaceitável, porque  
1738 tirar o público e colocar o privado no lugar? Que gestores são esses? Qual é a lógica  
1739 desses gestores? A lógica dos trabalhadores e trabalhadoras públicas (os) sempre foram a  
1740 lógica universal de atender a todos sem pensar em lucro e a gente sabe que a lógica do  
1741 privado não é essa. É isso que está em questão, o que está em questão simplesmente é  
1742 acabar com uma das maiores conquistas do povo brasileiro, que é o SUS. Que é uma  
1743 política pública que atende a tudo e a todos, sem olhar inclusive classe social, nada.  
1744 Todos têm livre acesso, agora entre no privado, se você não tem dinheiro você vai  
1745 morrer, você não vai ser atendido. Então solicitei logo no começo, outros companheiros  
1746 também falaram isso, de que nós vamos sim, construir aqui uma comissão que vai estar  
1747 acompanhando esse processo agora e os outros também. O que eu estou vendo aqui é um  
1748 videotape, eu vi isso tudo nos outros hospitais que foram levados para as OS. Vamos para  
1749 essas organizações sociais e é simples, “eu vi os companheiros saindo lá do São Jorge e a  
1750 irmã Dulce dizendo que não queria trabalhador público lá não e mandando todo mundo  
1751 embora, foi uma diáspora dos trabalhadores do serviço público, nós não queremos isso no  
1752 HEOM, então nós vamos sim.” E para aqueles que achavam que o conselho não se  
1753 pronunciava que o Conselho não tomava posição, se enganaram. Porque vocês estão  
1754 vendo aqui, até agora os conselheiros na sua grande maioria estão sendo contrários ao que  
1755 está sendo feito agora, nesse exato momento. “Encaminhamento, uma comissão de



acompanhamento e um grande seminário, onde a gente traga a sociedade para dialogar conosco e aí conselheira Isadora os privatistas podem vir dialogar, estamos aberto a dialogo, eles podem vir colocar aqui seus posicionamentos”. **Conselheira Eliane Araújo Simões** “meus amigos eu vou ser breve, quero ser breve porque nós precisamos do encaminhamento, nós precisamos chegar a uma solução, embora nós saibamos qual vai ser a nossa caminhada.” A complementariedade dos serviços de saúde é uma realidade e é feita pelo setor privado infelizmente, porque o serviço público ou estado nas suas gestões não se preocupam em estruturar. Para eles é mais fácil entregar o nosso patrimônio a iniciativa privada, se descumprir dessa responsabilidade sanitária. E o que vem acontecendo? Então quando conselheira Isadora diz; que o STF defende as OS enquanto constitucionalidade. Claro que ele defende! Claro que outras pessoas defendem também defendem, mas sabe porque defendem, porque não vive uma realidade como nós sindicalista vivemos, como nós da área de saúde trabalhador vivemos, ou seja, a população fica desassistida quando os vínculos empregatícios são findos, quando a descontinuidade dos serviços são findos. Tudo porque as OS são contratadas, são conveniadas, iniciam-se contratos, findos os contratos elas arrumam suas malas, vão embora, deixam a população na mão, deixam os trabalhadores na mão e as Secretarias e os gestores não cumprem o seu papel real, que é o que nós chamamos de responsabilidade solidaria ou subsidiaria. Então, é por isso que nós temos que lutar, porque nós que estamos perdendo, é a população que está perdendo. “Essa caminhada é nossa, ela não morre aqui, vamos caminhar a fazer com que esse processo seja revertido. À luta meus amigos”. **Presidente Ricardo Luiz Dias Mendonça** informou que após a palavra do conselheiro Cássio passaria a palavra para o secretário e a mesa daria os encaminhamentos com os conselheiros. **Conselheiro Cássio André Garcia** “boa tarde, primeiro esclarecer uma questão que foi colocada aqui mais de uma vez em relação a resolução que autoriza a publicização do hospital. Essa é uma resolução que foi publicada pela SAEB onde a Secretaria da Saúde pediu autorização da SAEB, para se possível iniciar o processo de publicização. Não existe nenhuma publicização ainda de fato do Otávio Mangabeira, isso é um processo interno, normal, burocrático, jurídico que o gestor tem que cumprir. Segundo, se vocês olharem a resolução como um todo, a SAEB não autoriza somente o Hospital Otávio Mangabeira, ela autoriza também o hospital da Chapada”. “Só seguindo na discussão que está posta aqui da privatização.” O governo que abre o HGE2, abre mês que vem o Hospital da Mulher, se propõe abrir no ano que vem o Hospital da Chapada, Hospital do Cacaú que está posto ai, que faz, já está em cinco policlínicas em processo acelerado de construção com 100% de recursos públicos aplicados para a construção dessas policlínicas. SUS é um sistema socialista dentro de um país capitalista, já tivemos uma lei neoliberal nos anos 90, lei de responsabilidade fiscal que engessa qualquer gestor da saúde, porque a saúde diferentemente da educação, são 20 profissionais que estão lá para cuidar de uma vida, ela é basicamente feita de recursos humanos. Tem outra lei neoliberal mais potente ainda que foi aprovada há dois dias, que engessa ainda mais o que é fazer saúde pública nesse país. “Eu acredito que um governo que se propõe abrir todos esses equipamentos que está pretendendo abrir, que não vai comprar de nenhum hospital privado, isso é privatização, comprar de hospital privado.” Disse que tudo que estavam falando ali vai ser 100% SUS, 100% para a população

1800 baiana, seja onde ela estiver. E quero reforçar ainda mais que não acho que é desrespeito  
1801 ao governo, nós estamos aqui dentro do conselho estadual de saúde discutindo de forma  
1802 madura, com muita tranquilidade, embora tenhamos posicionamentos diferentes, isso é  
1803 dialética da vida onde a gente está fazendo uma apresentação para vocês, vocês  
1804 trouxeram a contra partida, temos uma proposta de comissão e é assim que acho que a  
1805 gente pode caminhar e é assim que esse conselho sempre vem fazendo, e continuamos no  
1806 mesmo governo. O governo é o mesmo sim, graças a Deus que é o mesmo, porque a  
1807 gente consegue aprender com ele. “Quem não gosta, eu respeito também, mas a gente  
1808 está aprendendo com esse governo, aprendendo porque sim. O processo de publicização  
1809 de alguns hospitais aconteceu numa continuidade de gestão e nós aprendemos com isso e  
1810 estamos transformando esse processo, com bem foi explicado pelo Secretário. Então  
1811 volto a dizer, o controle social está fazendo o seu papel, nós estamos colocando em pauta,  
1812 dentro do momento que era de uma discussão interna antes da SESAB, chegar aqui para  
1813 dizer que não sabemos o que vamos fazer com o Hospital Otávio Mangabeira, vocês  
1814 acham devemos fazer o que? Primeiro tem um processo interno, isso é gestão também.  
1815 Cada um tem seu papel no SUS, nós trouxemos aqui, está posto hoje, essa discussão não  
1816 finda aqui, está bem clara. Daqui a gente avança, obrigado”. **Conselheiro Marcos Antônio**  
1817 **Almeida Sampaio** “primeiro é informar ao pleno do conselho que tem dois usuários do  
1818 Hospital Otávio Mangabeira aqui, já que foi questionando a presença de usuários aqui, o  
1819 presidente pode no momento oportuno ceder a palavra. “Segundo, é colocar que essa  
1820 discussão do hospital está parecendo algumas discussões que vi aqui no conselho e  
1821 quando alguns conselheiros se colocam aqui favoráveis as discussões da garantia dos  
1822 direitos dos trabalhadores a gente é tachado como se tivesse tomando posicionamento  
1823 político, mesmo sem citar nome de partidos ou candidatos. Como se a indicação dos  
1824 Secretários não atendesse uma questão jurídica, afinal de contas talvez se a gente tivesse  
1825 que eleger Secretários, talvez a gente na Bahia estivesse com outro Secretário ou não,  
1826 mas a gente precisa começar a parar também com isso aqui dentro desse conselho, achar  
1827 que toda discussão que traz o contraditório tem um viés político personalizado. A outra  
1828 questão, é que a gente traz dados que foram acontecimentos e aí conselheiro Sílvia  
1829 adiantando, eu não sou contra a criação da comissão, mas eu chamo à atenção desse  
1830 conselho e das pessoas que nós devemos é desautorizar o processo não só o de  
1831 publicização como também o processo de privatização do hospital e não formar comissão  
1832 que vai estar acompanhando aquilo que a gente está dizendo que é contra. “Eu queria está  
1833 colocando até para outros companheiros é que também e aí presidente, tem algo que é  
1834 questão de honra.” Disse que achava que têm algumas coisas que são questões de honra,  
1835 esse Conselho não foi escutado, como é que a gente vai formar uma comissão que vai  
1836 acompanhar um processo que a gente não foi escutado? Como é que está aqui dizendo na  
1837 apresentação diz que inclusive já houve a negociação para a UNICON do Hospital do  
1838 Roberto Santos pudesse gerir tal coisa. Quer dizer que até os acordos internos já foram  
1839 disparados. Se a gente forma aqui uma comissão, se a gente começa entrar com a ideia  
1840 que tem. Vai acontecer o que aconteceu com as DIRES, dizer que o aumento do índice de  
1841 tuberculose e de algumas outras doenças, foi porque sucatearam as DIRES na Bahia toda.  
1842 Dizer que também tiraram direitos dos servidores, Lauro de Freitas hoje demitiu, fechou  
1843 leitos, fechou serviço. Está aqui pedindo socorro ao Hospital Otávio Mangabeira. Então

1844 eu acho que por questão de honra esse Conselho deve deliberar acerca da anulação desse  
1845 processo e se quiser fazer uma discussão sobre qualquer outro processo que seja, que  
1846 começa daqui e que tenha audiências públicas para que as pessoas deem suas opiniões.  
1847 **Secretário da Saúde Fábio Vilas Boas Pinto** “eu fiz questão de vir aqui para poder fazer  
1848 essa apresentação pessoalmente, porque eu leio aqui na camisa de vocês, diz aqui; não  
1849 deixe o hospital parar de respirar e a outra diz; luta pela saúde. Alguns aqui disseram que  
1850 são defensores do SUS e estão defendendo os interesses da população. Eu me dirijo para  
1851 os conselheiros que são os representantes dos usuários, me dirijo para os dois usuários  
1852 que estão aqui, que seja vários, ótimo.” “O povo, o usuário ele não quer saber se quem  
1853 está prestando o serviço é um servidor estatutário, é um terceirizado, é um filantrópico ou  
1854 é um privado contratado pelo governo para prestar o serviço.” “Vocês querem, o povo  
1855 quer, o SUS precisa de serviço bem prestado e é preciso se separar meus conselheiros,  
1856 muito claramente o que é interesse corporativista de grupos e sindicatos, do interesse  
1857 verdadeiro do SUS.” “Porque alguns aqui usam esse manto de conselheiro para poder  
1858 defender interesse de suas classes, interesse dos seus grupos políticos, dos seus grupos de  
1859 interesses eleitorais, quando na verdade estão querendo imiscuir vocês do grande  
1860 benefício que nós estamos trazendo através a oferta de serviços qualificados para a  
1861 população.” “A forma como vocês vão receber o serviço, pouco importa! “Isso é dogma.”  
1862 “Dogma é aquilo quando você acredita em uma coisa por acreditar.” Disse que alguns  
1863 acreditam que a publicização, que é o processo que o estado outorga a uma entidade sem  
1864 fins lucrativos. O processo de publicização de uma gestão é outorga para um gestor de  
1865 OS que é uma entidade sem fins lucrativos, isso não é privatização, mas por questões  
1866 dogmáticas alguns acredita que isso é privatização. Privatização é exatamente o que a  
1867 gente não está fazendo, nós entramos no governo e começamos a cancelar os contratos  
1868 que haviam com empresas privadas, com hospitais privados e trazer para dentro da rede  
1869 pública sobre gestão direta, o que antes estava sendo comprado na rede privada, isso é  
1870 privatização, nós estamos contra isso. Quando a gente discute a situação do país atual e  
1871 ver estados quebrados e a Bahia não está quebrada, a SESAB não está quebrada e a  
1872 SESAB vai em 2017 com a abertura do HGE2, do Hospital da Mulher, de 4 policlínicas  
1873 agora em fevereiro, com o Hospital de Seabra, com o Hospital do Cacao e com os leitos  
1874 que nós abrimos e UTIs que estão abrindo no interior, ele vai ter um incremento de 280  
1875 milhões de reais, só de custeio por ano. E o orçamento da saúde cresceu para o próximo  
1876 ano no valor inferior ao o aumento desse custeio, que milagre, de que forma vamos  
1877 conseguir absorver esse absurdo aumento de custeio de 280 milhões de reais do próximo  
1878 ano para sempre, fora o hospital metropolitano que fica pronto em abril de 2018, com 300  
1879 leitos. “É exatamente buscando enxugar o que for possível, para poder oferecer mais.” No  
1880 caso desse hospital conselheiros, ele custa ele hoje custa para SESAB todo mês, 8  
1881 milhões e 800 mil reais. Se nós deixarmos como está, daqui a um ano ele já consumiu  
1882 100 milhões de reais e não entregou para vocês o que deveria entregar. A proposta nossa  
1883 é reduzir o custeio dele para 5 milhões, livrando 3 milhões e 800 mil. Ele vai custar em  
1884 torno de 50 % menos e vai produzir 3 vezes mais, então é um incremento de 300 % nas  
1885 metas do que vem sendo feito nos últimos 10 anos pela metade do preço. A conselheira  
1886 Isadora citou o Manoel Vitorino. O Manoel Vitorino custava quando foi publicizado 6  
1887 milhões de reais, ele hoje 7 anos depois custa 3 milhões de reais. Ele custa a metade e faz

1888 muito mais. O Otávio Mangabeira vai ser o melhor hospital de pneumologia e cirurgia  
1889 torácica do país, um centro de excelência e vai custar 50% a menos e produzir 3 vezes  
1890 mais. “Então, eu gostei quando o conselheiro Francisco puxou essa deixa, de discutir o  
1891 que estamos discutindo aqui do hospital, porque a maioria das discussões entraram no  
1892 perfil, exceto a colega médica que falou sobre tuberculose, se teria fibrose cística, o que a  
1893 gente ia fazer. A gente passou a tarde inteira o que ia fazer com o servidor, se vai para lá,  
1894 se vai para cá, se tem garantia ou não. Quando na verdade o que a gente tem que discutir  
1895 aqui são as políticas de saúde que vão ser executadas dentro do hospital, porque esse  
1896 hospital é 100% SUS e continuará sendo 100% SUS. No que tange ao trabalhador que  
1897 continuará sendo trabalhador do mesmo jeito, todas as garantias possíveis de se discutir  
1898 dentro do que for possível se conversar, serão garantidas. A gente não tem absolutamente  
1899 nenhuma intenção de prejudicar os trabalhadores que estão trabalhando, porque nós não  
1900 somos malévolos. A gente quer o melhor para a gestão da saúde, a gente quer o melhor  
1901 para a população. Então se as pessoas que trabalham lá hoje não tem medo de continuar  
1902 trabalhando dentro de um Sistema que vai produzir mais, que vai fazer que alguns saiam  
1903 do conforto e precisem buscar a qualificação para poder continuar trabalhando, nós  
1904 investiremos na manutenção dessas pessoas. Então, todos eles permaneceram dentro do  
1905 hospital”. “É fundamentalmente e eu quero deixar claro que nós estamos aqui em defesa  
1906 do SUS, em defesa do hospital qualificado para continuar sendo o grande centro de  
1907 excelência que ele sempre foi.” “Estamos comprometidos em atender os interesses dos  
1908 servidores que quiserem continuar trabalhando no hospital, produzindo, contribuindo,  
1909 servidores médicos, servidores de saúde de outras especialidades juntas, para que a gente  
1910 possa devolver a Bahia o grande Hospital Otávio Mangabeira como sempre foi”. O  
1911 Presidente chamou a atenção do Pleno para o respeito à fala do Secretário e concedeu  
1912 questão de ordem ao conselheiro Marcos Sampaio. O **Conselheiro Marcos Antônio**  
1913 **Almeida Sampaio** “minha questão de ordem presidente, é por duas questões. Primeiro é  
1914 que o CES, ele agora além de não ter sido escutado, além de ter tido retirado direito de  
1915 fazermos o debate, nós ainda fomos insultados aqui presidente. Fomos insultados durante  
1916 vários momentos pelo Secretário que diz que tem conselheiro que veste o manto para se  
1917 utilizar da política. A minha questão de ordem senhor presidente é que a gente possa  
1918 advertir ao Secretário que aqui embora, ele parece que é o único que não tem o costume  
1919 de lhe dar com o controle social, que aqui não pode ser um espaço para desrespeitar os  
1920 conselheiros, desrespeitar os convidados e desrespeitar os trabalhadores e usuários que  
1921 estão aqui. E também senhor presidente, eu queria aquele encaminhamento de ouvir a  
1922 representação dos usuários que estão aqui, já que foram questionados todo o tempo aqui”.  
1923 **Presidente Ricardo Luiz Dias Mendonça** conselheiro Francisco solicitou a mesa uma fala  
1924 já que o Secretário citou o nome dele. A gente vai abrir a fala para o conselheiro  
1925 Francisco. **Conselheiro Francisco José Souza e Silva** “é isso que eu ia pedir também,  
1926 porque eu acho que a coisa aqui gente precisa ficar muito clara, a gestão que escolhe o  
1927 modelo é um direito que a gestão tem. Agora a sociedade também tem o direito de dizer  
1928 se aceitar ou não. É preciso ficar claro que ninguém é contra a pessoa física do secretário  
1929 em primeiro lugar. Em segundo lugar ele tem todo o direito de escolher o modelo que ele  
1930 achar melhor dentro das concepções dele, como ele mesmo falou. Porque para gente o  
1931 que ele colocou aqui é um dogma, assim como ele diz o que a gente tem do SUS é

1932 dogma. Então o que cabe aqui, o que está na pauta é esse conselho aqui avaliar e dizer se  
1933 encaminhar enquanto instância de controle social ou não. Se a gestão vai tocar ou vai  
1934 fazer “a toque de caixa” da forma dela é outra história. Ai cada um infelizmente vai ter  
1935 que ir para lutar e buscar os direitos dentro do que está constituído em termo de direito.  
1936 Porque se não vai ficar esse negócio de achar que toda a mão é isso, que é para bater na  
1937 gestão, não existe isso aqui. Existe defesa da sociedade, nós enquanto conselho aqui,  
1938 parte do Conselho é a Sociedade Civil, a outra parte inclusive falaram aqui, é gestão do  
1939 SUS. Então se a gestão se para salvar o SUS, o modelo salvador é esse a sociedade quer  
1940 dizer aqui que não é, e que vai continuar sendo contra toda vez que ele for apresentando”.

1941 Agradeceu. **Conselheiro Luiz Américo Pereira Câmara** “boa tarde, ficou para todos claro  
1942 que essa foi uma apresentação de power point, nem foi enviada para o Conselho  
1943 anteriormente e mesmo com essa apresentação bastante superficial como o Secretário  
1944 colocou, o Conselho não tem nenhuma condição de falar sim ou não. Então o meu  
1945 encaminhamento aqui nesse sentido de que a gente não tem condição de fazer nenhum  
1946 tipo de avaliação, fazer uma resolução do Conselho que vou propor agora. Vou colocar  
1947 para gente ler essa proposta de resolução que eu acredito que vai contemplar, que a ideia  
1948 é que seja discutido, seja amplamente discutido o número de leitos de tuberculose 30, se  
1949 tem 44 hoje, onde é que vão ficar os 14? E DPOC, asma, será que não conta também?  
1950 Quanto é que tem no total? A gente vai discutir isso, discutir a questão o que vai fazer  
1951 com os servidores? Qual serão os critérios?” Iniciou a leitura da resolução.  
1952 “Considerando a importância do Hospital Especializado Otávio Mangabeira (HEOM)  
1953 para o tratamento de doenças crônicas e graves de nosso meio, a exemplo da tuberculose  
1954 multirresistente e da tuberculose associada a AIDS, patologias com alta prevalência na  
1955 população socialmente mais vulnerável, perfil este definido através das necessidades  
1956 históricas da rede de saúde ao longo dos anos. Considerando a resolução 44/2016 do  
1957 Conselho de Gestão das Organizações Sociais (CONGEOs) que aprova a publicização do  
1958 serviço de gestão do Hospital Especializado Otávio Mangabeira, o Conselho Estadual de  
1959 Saúde no uso de suas atribuições resolve: - Desautorizar o poder executivo a iniciar ou da  
1960 prosseguimento a qualquer processo de publicização de serviço, mudança de gestão,  
1961 alteração de perfil de atendimento, alteração do quadro funcional do Hospital  
1962 Especializado Otávio Mangabeira, antes que o mesmo seja discutido em todas as suas  
1963 dimensões estrutural, modelo de gestão, quadro funcional e aprovado por este Conselho.  
1964 Determinar a secretaria de saúde o envio de plano imediatamente, a este Conselho de  
1965 qualquer processo administrativo, de mudança de gestão e/ou projeto de reforma,  
1966 ampliação do Hospital Especializado Otávio Mangabeira que esteja em tramitação nesta  
1967 secretaria, mesmo que esteja em fase inicial”. Então a gente quer ter essa documentação  
1968 em mãos até para avaliar, porque até agora está tudo fechado. Para que se possa  
1969 realmente fazer uma discussão séria”. **Conselheiro Cássio André Garcia** solicitou questão  
1970 de ordem, primeiro iria deixar bem claro que a pauta estava como apresentação. Pauta  
1971 com apresentação não havia necessidade de enviar com prazo regimental. Segundo,  
1972 apresentação não se aprova, não se reprova, não se pactua. Se apresenta para iniciar o  
1973 processo de discussão e qualquer resolução que deve ser feita aqui no máximo de um  
1974 encaminhamento para seguir discutindo o processo para futuramente ser aprovado ou  
1975 não. Nós não podemos fazer resolução aqui dizendo que já está parado qualquer tipo de

1976 resolução que foi publicado anteriormente. “Nós vamos seguir discussão, esse é o papel  
1977 do conselho aqui, isso aqui é apresentação.” “Nós temos três tipos de pauta, aprovação,  
1978 pactuação e apresentação, nós trouxemos aqui como apresentação iniciando um processo  
1979 de discussão.” “Já foi proposto tirar a comissão, a partir da comissão ai sim nós vamos  
1980 fazer resolução dizendo que vai ou não publicizar e se vai ser um processo de  
1981 construção.” “Não é aqui agora que a gente vai fazer isso”. **Presidente Ricardo Luiz Dias**  
1982 **Mendonça** “O Presidente disse que existe um regimento, acho que as falas foram bastante  
1983 maduras e eu queria pontuar primeiro uma coisa: O que está sobre a nossa “batuta” e o  
1984 que não estar”. Disse que primeiro que a deliberação foi da Secretaria de administração e  
1985 se tem que fazer alguma recomendação para parar é na Secretaria de Administração.  
1986 Falou para os conselheiros, convidados e trabalhadores que a discussão estava sendo  
1987 salutar, mas que, pelo menos, todos teria que ouvir o que a mesa estava direcionando.  
1988 Informou que não estava dizendo que não deliberaria. “Eu vou garantir a minha fala, eu  
1989 respeitei aqui a fala de todo mundo, sou bastante democrático aqui, eu represento os  
1990 usuários, mas eu represento a central única dos trabalhadores, sou do sindicato que está  
1991 na mesma situação, nós fizemos discussões a semana toda.” Falou que é preciso ter  
1992 efetividade no pleno. Precisamos sair daqui com realidade, não é com emoção não, é com  
1993 realidade. O conselheiro Francisco colocou aqui certo, o que é gestão é gestão e o que é  
1994 controle social é controle social. Se a gente tiver que dizer não porque a gente não quer,  
1995 sabemos qual a esfera que a gente faz. Agora a gente tem que seguir aqui um regimento,  
1996 o que se faz primeiro. A gente vai fazer uma recomendação para Secretaria de  
1997 Administração dizendo que o Conselho discutiu hoje aqui o perfil e não concorda porque  
1998 esse conselho já tirou anteriormente como foi falado aqui, que a gente é contra a  
1999 privatização, a gente é favor de concurso público. É isso que a gente é a favor, a gente  
2000 sabe o que acontece nas demandas de privatização, o Conselho precisa ser respeitado  
2001 aqui. Foram feitas algumas propostas de comissão, agora se criar uma comissão tem que  
2002 ser efetiva, não adianta ser uma comissão de regionalização que sairão conselheiros e  
2003 voltaram conselheiros e a gente não consegue caminhar. A gente também precisa fazer  
2004 nosso papel enquanto comissão e enquanto conselheiro. Então qual a proposta? Primeiro,  
2005 fazer uma recomendação nossa para Secretaria de Administração do Estado informando  
2006 que foi discutido aqui e recomendando que a gente não se passou pelas instâncias  
2007 máximas, a discussão da política da gestão da modernização, privatização do hospital,  
2008 isso é fato. Segundo, a comissão ela é importante, mas ela tem que ter dois vieses. Aqui  
2009 eu não quero tirar direito de trabalhador e de sindicato. “Quem representa direitos dos  
2010 trabalhadores é o sindicato que estão aqui representados e o Conselho não tem esse papel  
2011 para fazer isso, não vou fazer isso, ao contrário.” O conselho estadual de saúde está aqui  
2012 para fortalecer todas as entidades que representa os trabalhadores aqui, esse que é o papel  
2013 nosso. Terceiro, a gente criar uma comissão do CES e ai Sílvia, acho que você tem que  
2014 criar a comissão de vocês e sempre faça uma crítica ao Secretário que o governo do  
2015 Estado e a Secretária precisam fazer a interlocução com os trabalhadores. Nós vivemos  
2016 hoje num momento político trágico com a PEC. Dia 13 de dezembro marca mais uma vez  
2017 a história desse país, há anos atrás foi instituída Ai5 que tirou o direito político de todos  
2018 nós e vivemos o que vivemos ai na ditadura, e agora vem a PEC55. Então se a gente quer  
2019 fazer revolução e esse governo quer ter garantia de continuidade ele precisa ouvir os

2020 trabalhadores e os movimentos sociais. Quem está na vida pública tem que aceitar os  
2021 louros, mas também tem que aceitar as críticas. Então a questão de encaminhamento é:  
2022 “Encaminhamento de documento para SAEB, criação de uma comissão para a se dar o  
2023 encaminhamento.” “Estou sugerindo que a comissão tenha prazo de 30 dias, porque o  
2024 Conselho tem que se pronunciar antes de deliberar qualquer tipo de situação”.

2025 **Conselheiro Luiz Américo Pereira Câmara** “estou com a resolução aqui e assim, a  
2026 Secretária de Administração a pedido da Secretária de Saúde autorizou o processo de  
2027 publicização. Então já saiu da SAEB, a mesma não tem mais nada a ver, quem está  
2028 encaminhando esse processo de publicização é a SESAB, então que tem que barrar  
2029 alguma coisa é a SESAB. Na resolução diz poder executivo, SAEB e SESAB. Então aqui  
2030 pelo regimento o plenário tem sim condições de aprovar uma resolução, que é uma  
2031 resolução bem simples. A gente não está aqui nem aprovando nem desaprovando, o que a  
2032 gente quer é um tempo e toda a documentação referente a esse processo para analisar  
2033 detalhadamente, passar um dia todo aqui vendo a quantidade de leito, como vai ser o  
2034 processo dos pacientes crônicos, asma, DPOC. Tem uma emergência lá que atende 27 mil  
2035 pacientes nos últimos 3 anos, o que vai fazer com essa emergência? Então tem toda essa  
2036 discussão o que vai fazer com os funcionários públicos, qual vai ser o processo? Então é  
2037 dá um freio de arrumação, a gente não está aqui dizendo sim ou não, a gente quer ter  
2038 condições de avaliar. A resolução pode pelo regimento e eu mantenho esse  
2039 encaminhamento”. **O Conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio** disse que o  
2040 conselheiro Francisco era um exemplo de militância no Sistema Único de Saúde e ele traz  
2041 algo que acho que é a essência de qualquer militando do sistema único de saúde. Primeiro  
2042 é saber presidente, o quanto esse espaço é deliberativo, porque se a gente em qualquer  
2043 momento deixar de reconhecer que nós temos um papel deliberativo, a gente vai está  
2044 dando direitos as pessoas acabarem com esse espaço que foi uma conquista de várias  
2045 outras pessoas que vieram antes de nós. E dizer presidente, que inclusive se até esse  
2046 conselho quisesse desautorizar no campo da saúde, ai estamos falando de leis federais  
2047 que não são leis novas, se a gente quisesse desautorizar o Governador do Estado da Bahia  
2048 para qualquer ação que ele estivesse fazendo no sistema único de saúde do estado da  
2049 Bahia, a instância máxima do Sistema Único de Saúde do estado da Bahia somos nós.  
2050 Dado isso presidente, eu acredito que agora nesse momento é questão de honra, o  
2051 conselho foi desrespeitado, a gente não pode entrar aqui na lógica de que a gente vai  
2052 legalizar um processo que começou ilegal, o processo começou sem escutar ninguém, o  
2053 processo veio hoje aqui depois que ouve a pressão dos trabalhadores por conta de um  
2054 boato que era verdade. Chegou disse a verdade e não era boato, ninguém estava mentindo  
2055 e inclusive em alguns lugares diziam que isso não existia, que era da cabeça de alguém  
2056 que estava inventando isso nos corredores dos hospitais. Dado isso presidente, o que a  
2057 gente precisa fazer aqui no dia de hoje é não reconhecer esse processo que foi “estatado”  
2058 e ai sim, se a SESAB achar que deve continuar com o processo, vamos entrar no processo  
2059 de discussão e cada um de nós pode fazer o que vou fazer nesse momento. “Eu tenho lado  
2060 e meu lado vai ser dos trabalhadores, também dos usuários.” “Não adianta Secretário a  
2061 gente ter hospital bonito, porque ninguém luta na favela por um quarto bonito, nem por  
2062 um leito aconchegante.” “A gente quer um local que resolva e tenha trabalhadores  
2063 satisfeitos, porque senão a gente morre!” Disse que estava vendo chegarem ali a um

2064 momento de dizer até quanto é que custa uma vida e dizer quais são as vidas que valem a  
2065 pena ou não se salvar. Porque é isso que está se transformando, dizer que há despesa em  
2066 salvar vidas, dizer que 50.700 é a permanência ou a alta de um paciente, eu fiquei até  
2067 com medo porque talvez Secretário, eu não conheço muito sou um leigo. E talvez está se  
2068 ganhando mais dando alta as pessoas, inclusive aquela alta celestial, que eu tomei um  
2069 susto no dia que me disseram, talvez estejam ganhando muito mais dinheiro dando alta as  
2070 pessoas do que tratando as pessoas no estado da Bahia. “Para concluir senhor presidente,  
2071 eu acho que o encaminhamento lógico seria a gente já de imediato colocar a proposta da  
2072 resolução na íntegra do conselheiro Luiz Américo e caso a proposta do mesmo não  
2073 passar, criar alternativas, mas ele apresentou uma proposta de resolução que é possível  
2074 sim. E contra a comissão o que eu coloquei não é só a questão da efetividade da  
2075 comissão, porque cada um de nós vai participar e tem sindicato, mas o que estou dizendo  
2076 é que no momento que você diz que o processo não é legítimo que começou de forma não  
2077 legal. “Se você forma uma comissão para acompanhar o processo, ou você está dizendo  
2078 que a comissão vai acompanhar uma ilegalidade ou você está legalizando o processo”.  
2079 Então a gente precisa definir aqui, se tem a coragem de legalizar o processo ou se tem a  
2080 coragem de dizer que esse processo é ilegal e não é válido. Obrigado”. **Conselheiro**  
2081 **Cassio André Garcia** “primeiro que não existe nada de ilegal aqui, se alguém me colocar  
2082 juridicamente algo ilegal que está sendo feito aqui, a gente aprova sem restrições a  
2083 resolução. **Presidente Ricardo Luiz Dias Mendonça** “conselheiros, agora a questão é de  
2084 encaminhamento, vamos respeitar as palavras, tem a palavra de encaminhamento.  
2085 **Conselheiro Cassio André Garcia** “segundo, volto a dizer, trouxemos aqui uma  
2086 apresentação que está sendo discutida, que nós não estamos furtando a continuar nesse  
2087 processo de discussão, não tem ilegalidade nenhuma nesse processo, nós temos pautas  
2088 institucionais a exemplo de RAG, PPA que ai sim colocariam esse Conselho na  
2089 ilegalidade, na qual nós transferimos essa pauta, você sabe disso, ai é a lei 141, ai tem lei.  
2090 Então nós transferimos pauta para fazer essa discussão aqui e está bem claro que ela não  
2091 se encerra. Na semana passada imediatamente quando foi pedido a pauta, nós nos  
2092 reunimos com a secretaria-executiva do conselho e viemos trazer. Jogamos pauta aqui  
2093 hoje pela manhã foram colocadas aqui que estão atrasadas, que esse conselho não anda,  
2094 que esse conselho é antidemocrático, que esse conselho não respeita e viemos discutir  
2095 aqui de forma tranquila. Sou a favor de uma resolução sim, não pré-fabricada que seja  
2096 colocada aqui e dita que vai ser feita desse jeito ou não. Vamos abrir essa discussão de  
2097 uma resolução que não precisa ser agora. Alguém tem medo de seguir o processo de  
2098 discussão aqui? Não! Então vamos continuar. Disse que a apresentação não é deliberação.  
2099 “Não é que o conselho não tenha papel deliberativo, pelo contrário, vamos formar a  
2100 comissão, a SESAB se compromete a não dar nenhum encaminhamento que não seja  
2101 voltado aqui para esse conselho. “Estamos nos propondo novamente aqui a formar a  
2102 comissão num prazo de 30 dias e trazer novamente aqui para conselho ou com o  
2103 Secretário novamente também, toda a parte técnica e a parti daí sim podemos aprovar  
2104 uma resolução conselheiro Américo”. **Conselheira Isadora Oliveira Maia** “aqui a gente  
2105 está discutindo a colocação ou não para aprovação de uma resolução.” Para ter uma  
2106 resolução, eu li, mas só tem um ponto nevrálgico, só tem um ponto direcionado para a  
2107 situação dos trabalhadores e também o barramento da gestão em termo de utilização e o



2108 fazimento do que está sendo feito até agora. Então uma resolução para esse conselho até  
2109 baixar, que é algo muito sério, muito respeitoso tem que ter também o outro lado da  
2110 moeda, tem que trazer os usuários e também os prestadores, o que não dá é apenas uma  
2111 resolução, aqui foi uma matéria de apresentação e nessa apresentação outros pontos  
2112 foram deliberados. Ter uma resolução voltada por causa da privatização ou não, que não  
2113 foi discutida é algo muito temeroso. Porque se não, esse conselho baixará resolução, a  
2114 todo momento sem ter discutido com mais afinco. Porque isso também é matéria de  
2115 gestão, o que está escrito é: Não continuar o processo dentro do hospital' isso não é  
2116 matéria nossa e a gente também não discutiu. Para fazer uma resolução é importante até  
2117 para garantir a legitimidade dessa resolução lá na frente, a questão não é votação, porque  
2118 a gente está tentando discutir um ponto da própria resolução. Não é qualquer resolução  
2119 que pode ser votada e aprovada no conselho não, porque tem que ter o contraditório e tem  
2120 que ser respeitado aqui. Por que não é dizer que pode baixar uma resolução para acabar  
2121 qualquer matéria com o governador qualquer pessoa vai fazer, não é bem assim. Esse tipo  
2122 de efetividade jurídica dentro de uma matéria de resolução não é assim que se discute,  
2123 dizendo que vai mandar barrar e pronto, não é assim. Então até para ter garantia do nosso  
2124 próprio conselho, muitas vezes até para não ser utilizado como massa de manobra em  
2125 alguns espaços, a gente precisa ter também algo muito mais formatado, talvez com uma  
2126 comissão que venha fazer e delibera a resolução. Retirar uma resolução de uma  
2127 apresentação, isso vai virar matéria para toda hora acontecer. “Além de ser contra, deixo  
2128 registrado que caso o conselho baixe a resolução eu vou pedir a anulação”. **Presidente**  
2129 **Ricardo Luiz Dias Mendonça** informou que daria o encaminhamento e solicitou que o  
2130 conselheiro Francisco prosseguisse com a questão de ordem. **Conselheiro Francisco José**  
2131 **Souza e Silva** “muita gente já discursou aqui e já falei que isso é regimental, estão  
2132 fazendo defesa do contrário, não pode! Ou coloca em votação ou a gente vai parar com  
2133 isso. Porque duas pessoas da gestão pediram a palavra para fazer defesa contra uma  
2134 proposta de conselheiro. Ou a gente tem autonomia para efetivamente defender quem a  
2135 gente precisa defender, ou vamos acabar com isso. Tem que ser prático, vamos colocar  
2136 em votação. Tem uma proposta de resolução aqui, uns vão ser a favor e outros contra.  
2137 Isso é democracia, vamos parar de inventar motivos para evitar o exercício do nosso  
2138 papel de controle social, vamos acabar com isso”. **Presidente Ricardo Luiz Dias**  
2139 **Mendonça** “vamos ter o bom senso, a gente precisa ter uma efetividade, nós somos órgão  
2140 deliberador e fiscalizador do sistema único de saúde. Aqui não vai sair perdedores e  
2141 ganhadores, a gente veio travar uma discussão de garantia dos trabalhadores, de garantia  
2142 dos prestadores, de garantia principalmente dos usuários. Precisamos ter maturidade aqui  
2143 do que a gente quer e do que é legal. Sugeri que falasse primeiro o conselheiro Silvio e o  
2144 conselheiro Jair e a mesa vai dar o encaminhamento” **Conselheiro Sílvio Roberto dos**  
2145 **Anjos e Silva** “vou encaminhar, eu não gosto de estar sempre me referindo como formado  
2146 em direito, eu também tenho e sei que este conselho do ponto de vista legal, tem direito  
2147 de deliberar através de resolução qualquer matéria. Como nós tivemos em relação à  
2148 extinção das Dires que já tinha sido aprovada na assembleia legislativa com o  
2149 governador tendo sancionado e através de uma resolução do conselho e voltamos a  
2150 discussão em relação a extinção das Dires. Quero encaminhar a resolução e até para  
2151 lembrar as pessoas o conteúdo da resolução. Em nenhum momento o conteúdo da

2152 resolução que o conselheiro trouxe, trata de fala de privatização ou não privatização. A  
2153 resolução que o Conselheiro Luiz Américo trouxe é essa que vamos colocar para  
2154 deliberar em votação”. fez a leitura da resolução considerando a importância do Hospital  
2155 Especializado Otavio Mangabeira para tratamento de doenças crônicas e graves de nosso  
2156 meio, a exemplo de tuberculose, AIDS, patologias de alta prevalência; considerando a  
2157 resolução 44 de 2016 do conselho de gestão das organizações. O conselho estadual de  
2158 saúde no uso de suas atribuições resolve desautorizar o poder executivo iniciar ou dar  
2159 prosseguimento a qualquer processo de publicização dos serviços, mudanças de gestão,  
2160 alteração de perfil de atendimento, alteração do quadro funcional do hospital  
2161 especializado, antes mesmo que seja discutido em todas as suas dimensões, aprovada por  
2162 esse conselho. Determinar a Secretaria da Saúde o envio de plano a este conselho de  
2163 qualquer processo administrativo de mudança de gestão e/ou projeto de reforma de  
2164 ampliação do hospital Otávio Mangabeira. Em nenhum momento se tratou aqui de  
2165 privatização ou não, o que nós queremos é desautorizar realmente essa resolução. Vamos  
2166 colocar em votação, esse é o encaminhamento”. **Presidente Ricardo Luiz Dias Mendonça**  
2167 “tem duas questões de ordem, estou pedindo aos conselheiros que tenham bom senso.  
2168 Questão de ordem do conselheiro Cassio e conselheiro Raimundo Cintra. **Conselheiro**  
2169 **Raimundo Rodrigues Cintra** “com toda a tranquilidade quero dizer aos conselheiros que  
2170 da mesma forma que a gente faz as críticas, da mesma forma a gente pode estar fazendo  
2171 determinados pecados, ou pecando por má condução.” “Quero dizer que atentamente a  
2172 questão da convocação estava a questão da apresentação e como nós conselheiros  
2173 estamos deliberando pela matéria aonde não foi aprofundada. Nós avançamos na  
2174 construção da comissão, nós sabemos muito bem o que é essa questão, não estou aqui  
2175 para defender gestão. E com toda tranquilidade digo para a maioria dos conselheiros que  
2176 já foi parte de gestão, eu sempre estive do lado do trabalhador, nunca fui gestor. Hoje  
2177 também tem essa questão aqui e é preciso ter respeito, a gente tem que ter respeito ao  
2178 outro. “Fui convocado para ver uma apresentação e tomar uma posição, não estou falando  
2179 por mim só, eu preciso fazer uma consulta com meus pares, como todos nós aqui.” Quem  
2180 acha que deve ver para tomar uma deliberação, com todo respeito aos trabalhadores é por  
2181 isso que nós trabalhadores estamos sempre em segundo plano, é porque a gente não para  
2182 pra pensar e estudar. Alguém consultou o lado político da questão? Então vamos ter  
2183 cuidado aqui dentro. A minha questão de ordem vai neste sentido, a convocatória não foi  
2184 para a gente tirar deliberações aqui, respeito a resolução que o companheiro coloca, mas  
2185 eu tenho dúvidas em dois itens. Não posso votar aqui uma matéria por causa da questão  
2186 da pressão que é esse jogo que nós fazemos. O que eu quero dizer aqui, era para a gente  
2187 concluir as duas propostas que foram colocadas como primeiro da construção de uma  
2188 comissão, essa que era a melhor resolução para a gente fazer um levantamento das  
2189 questões. **Conselheiro Cassio André Garcia** “questão de ordem, primeiro, a gente não tem  
2190 problema em votar e aprovar. Primeiro, o texto juridicamente desautorizar o executivo  
2191 estamos desautorizando o governador e se publicar isso em qualquer diário oficial vai ter  
2192 que passar pela PGE. Queremos fazer algo que tem legalidade ou não? “Podemos deixar  
2193 passar, mas não adianta dizer algo aqui para depois não ter validade nenhuma”. O  
2194 Presidente passou a fala para o conselheiro Jair. **O Conselheiro Jair Alves dos Santos**  
2195 colocou como proposta a criação de uma comissão dos trabalhadores, usuários e do

2196 conselho para discutir com a gestão, porque o projeto chegou para avaliação não está  
2197 pronto. O Presidente avaliou o quórum e logo após passou a fala para conselheiro Silvino.  
2198 **O José Silvino Gonçalves dos Santos** informou que conversou com os conselheiros Silvio  
2199 e Luiz Américo para reformular o texto e sugeriu suspender o processo até esgotar todas  
2200 as discussões no pleno do CES. **O Conselheiro Rosalvo** informou que não tinha os  
2201 elementos necessários e sempre esteve do lado dos trabalhadores, não ficou  
2202 suficientemente esclarecido com relação à proposta apresentada, topa participar na  
2203 próxima reunião do processo de votação. A proposta faz referencia a resolução 44 onde  
2204 seu conteúdo fala sobre o projeto de publicização e parecer de conveniência e  
2205 oportunidade apresentadas pela Secretária de Saúde no considerando. No segundo  
2206 considerando coloca que a Secretária Executiva do CONGEOS através do seu parecer  
2207 técnico, manifestou-se favorável a publicização da gestão dos serviços acima  
2208 mencionados, uma aprovação *ad referendum* de outro conselho. Diante do exposto e sem  
2209 prejuízo que construa e na próxima reunião voltemos a discutir e efetua a votação  
2210 nominal. Colocou como proposta transferir para próxima reunião e continuava a  
2211 discussão de todo processo. **O conselheiro Edson Moraes** entendia que as falas já haviam  
2212 se esgotado e o conselheiro Luiz Américo apresentou uma proposta contra a resolução 44  
2213 apresentada, a mesa abriu regime de votação o conselheiro pediu a fala, quando entra em  
2214 regime de votação não se abre para fala está dando brecha para se falar coisas um do  
2215 outro vamos entrar no processo de votação. **O Senhor Presidente** informou que entraria  
2216 em regime de votação e tinha duas propostas, a primeira proposta do conselheiro Luiz  
2217 Américo que apresentou o modelo de resolução e foi feita a discussão e o conselheiro  
2218 Silvino em consenso com o conselheiro Silvio e Luiz Américo apresentou uma alteração  
2219 de texto. A segunda proposta do conselheiro Rosalvo que não ficou suficientemente  
2220 esclarecido, e propõe conforme regimento que a votação seja na próxima reunião do  
2221 Conselho Estadual de Saúde. A primeira proposta apresentada recebeu 12 votos. A  
2222 segunda proposta apresentada recebeu 03 votos a favor e 03 abstenções. O senhor  
2223 presidente solicitou a Luiz Américo, Silvino e Silvio que encaminhassem para o conselho  
2224 a resolução. Disse que na pauta manhã não conseguiram resolver a criação da Comissão  
2225 Organizadora da Segunda Conferência da Mulher, os conselheiros Francisco e Cássio  
2226 solicitaram a mesa à inversão da pauta, em respeito à demanda vinda dos conselheiros e  
2227 respeitando os trabalhadores que estavam presente para discutir situação do Hospital  
2228 Octávio Mangabeira. Faria uma apresentação breve do que a mesa trouxe com relação à  
2229 comissão executiva e a comissão organizadora. O senhor presidente colocou que trazia o  
2230 regimento do conselho nacional de saúde que trata da segunda conferência da mulher e  
2231 no capítulo V das comissões, trouxe como proposta a formação da comissão executiva e  
2232 comissão organizadora que criar a comissão de mobilização e comunicação e trará para o  
2233 pleno junto com comissão de formulação e relatoria. Proposta apresentada: A Comissão  
2234 Executiva terá os seguintes representantes: Coordenador - Presidente do Conselho  
2235 Estadual de Saúde, O Secretário Executivo do Conselho Estadual de Saúde; Coordenador  
2236 Geral – Coordenador Adjunto; (um) membro da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia -  
2237 SESAB; 1 (um) membro do COSEMS; 1 (um) membros do segmento de representante de  
2238 mulheres; A Comissão Organizadora da 2ª CESMu será composta por 12 (doze)  
2239 integrantes podendo ou não ser Conselheiro(as); 01 (um) representante da Secretária

2240 Estadual de Saúde – SESAB; 1 (um) representante do Conselho Estadual de Secretários  
2241 Municipais de Saúde COSEMS; 02 (dois) representantes da Coordenação Executiva do  
2242 CES e 08 (oito) representantes do segmento de usuários e trabalhadores aprovados pelo  
2243 pleno do CES. Lembrou que era Conferência de Saúde das mulheres e no regimento da  
2244 Nacional fala que 60% de representatividade serão do segmento de mulheres, a comissão  
2245 tivesse o mesmo viés. **O Conselheiro Francisco** sugeriu para a comissão da Coordenação  
2246 Executiva ficar paritária na representatividade, escolher entre COSEMS e SESAB porque  
2247 ambos são gestão, definiria entre os gestores quem ficaria. Porque tem a vaga do  
2248 conselho, a SESAB faz parte do conselho, além do segmento de usuário e gestão abriria  
2249 uma vaga para o segmento de trabalhadores de saúde. **O conselheiro Marcos Antônio**  
2250 **Almeida Sampaio** “informou que não era uma discordância da proposta, estavam falando  
2251 da conferência das mulheres se não garantisse minimamente, e fosse na lógica de  
2252 indicação da representação, seja da secretaria ou do espaço que faz parte no conselho, o  
2253 mesmo gostaria de ver uma mulher presidindo a Conferência das Mulheres, e que seu  
2254 receio que tenha uma maioria de homem na conferência que é de mulheres”. Sugeriu que  
2255 a indicação seja preferencialmente de mulheres. **O senhor Presidente** informou que tinha  
2256 feito uma pré-comissão e ficou bem claro com as pessoas que participaram, o Presidente  
2257 do Conselho Nacional esteve em Salvador e também deixou bem claro que as  
2258 representações na sua maioria devem ser de mulheres. O Conselho tem interesse de  
2259 fortalecer isso. Citou como exemplo, o Presidente do CES que é quem assina, mas não  
2260 que dizer que será a pessoa que fará a abertura. Colocou no pleno que não iria se sentir  
2261 bem e deveria retirar uma representatividade. Tem conversado com as conselheiras e  
2262 solicitado apoio na questão da comissão, algumas coisas ele achava que deveria fazer e  
2263 que tinha as questões legais. A situação da SESAB solicitou que indicasse uma mulher. O  
2264 conselheiro Francisco solicitou que seja um membro do segmento trabalhador no lugar de  
2265 um gestor. Foi feita essa alteração retirou o COSEMS. A Secretária indicará uma mulher,  
2266 a Coordenação Geral – Adjunto trouxe como proposta a indicação da conselheira Liliane  
2267 Elze Falcão Kusterer, membro do segmento de Trabalhadores Célia Alexandria, 1 (um)  
2268 membros do segmento de usuários representante de mulheres Cherry colocou seu nome.  
2269 **O Conselheiro Marcos Antonio Almeida Sampaio** sugeriu que colocasse um membro do  
2270 segmento de usuário de mulheres ou da luta antirracista. **O senhor Presidente** concordou e  
2271 informou que a comissão organizadora 01 (um) representante da Secretária Estadual de  
2272 Saúde – SESAB: 01 (um) representante do Conselho Estadual de Secretários Municipais  
2273 de Saúde COSEMS, 02 (dois) representantes da Coordenação Executiva do CES, 08  
2274 (oito)representantes do segmento de usuários e trabalhadores aprovados pelo pleno do  
2275 CES. O conselheiro Francisco trouxe que é uma Conferência das Mulheres as duas  
2276 conselheiras que não estão presentes que contribuíram muito as conselheiras Lilian e  
2277 Soraya. Ao invés de colocar 8, tirasse duas vagas para as representantes de usuárias  
2278 representando o segmento de mulheres e fica 06 vagas segmento de usuários e  
2279 trabalhadores, ficando 03 para usuário e 03 para trabalhadores. **O conselheiro Francisco**  
2280 informou que para as 06 vagas tem que observar na relação de conselheiros as mulheres  
2281 que estão representando as entidades e priorizar se aceitarem. **O senhor Presidente**  
2282 informou que a conselheira Isadora chamou a atenção e o pleito dela estava corretíssimo  
2283 não temos prestadores, poderíamos fazer uma modificação e ampliar de 12 para 14, e

2284 colocarmos 02 vagas Gestor / Prestador em Saúde. **O conselheiro Francisco** informou  
2285 que entende que as duas vagas colocada para gestor / prestador, já que a SESAB tem uma  
2286 vaga garantida na coordenação executiva, que abrisse para os Prestares e o COSEMS na  
2287 comissão organizadora. **O senhor Presidente** perguntou ao conselheiro Francisco se  
2288 queria tirar ou ampliar. **O conselheiro Francisco** respondeu que queria garantir as duas  
2289 vagas do segmento gestor / prestador, invés de ser uma vaga SESAB e outra COSEMS,  
2290 como a SESAB está na coordenação executiva colocar a vaga para o prestador de serviço  
2291 e outra vaga para o COSEMS. **O senhor Presidente** informou que estava falando de  
2292 representação estamos garantido a vaga para conselheiro gestor / prestador pode ser  
2293 indicado qualquer pessoa. Colocar na Coordenação Executiva um membro do segmento  
2294 de gestor prestador em saúde que seria Isadora Oliveira Maia. **O conselheiro Francisco**  
2295 informou que ao incluir gestor/ prestador na coordenação executiva, a vaga de usuário  
2296 tem que ser duas para garantir a paridade. **O senhor Presidente** sugeriu que as duas vagas  
2297 de usuárias na coordenação executiva fossem ocupadas por Lilian e Soraya para a  
2298 comissão organizadora. Comissão organizadora 02 representantes da Secretaria  
2299 Executiva, 08 representantes seguimento de usuário e trabalhadores aprovados pelo pleno  
2300 representando Usuárias e trabalhadoras: Eliane, Chery, Marleide, Vera Lúcia, Ângela da  
2301 Mata, tinham 03 usuárias e 02 trabalhadoras consultaria as conselheiras que não estavam  
2302 presentes que queiram se colocar, caso não consiga fechar a vaga passaria um e-mail e  
2303 para as (os) conselheiras (os) e elas (eles) se colocariam. O Senhor presidente colocou  
2304 que teve um problema de saúde na família pela manhã não esteve presente, não sabe se a  
2305 conselheira Ângela e conselheiro Francisco informaram sobre a Comissão de  
2306 Planejamento e Acompanhamento Financeiro e Orçamentário, que estavam se reunindo,  
2307 também a Comissão de Educação Permanente, conselheira Isadora, Célia e Marcio  
2308 estavam se reunindo, era bom informar o andamento. Tiveram algumas situações para  
2309 resolver, a Comissão de Orçamento, Finanças e Planejamento solicitaram a vaga da  
2310 conselheira Lilian que foi tirado no pleno para participar da Câmara técnica SIOPS, a  
2311 comissão alegou que a conselheira não faz parte da comissão de acompanhamento e  
2312 estaria prejudicando, porque não teria efetividade na discussão da comissão de orçamento  
2313 e financiamento. A mesa entendeu a solicitação e trouxe para o pleno como a conselheira  
2314 não se encontrava, faria um documento e encaminharia para conselheira justificando,  
2315 perguntou se comissão tinha o encaminhamento de quem seria o representante no SIOPS?  
2316 **A Conselheira Ângela da Mata** informou que havia tirado o representante da comissão para  
2317 acompanhar o SIOPS, a respeito da representação de Lilian, mas seria interessante que  
2318 não enviasse nenhum documento, seria melhor o diálogo com a conselheira porque o  
2319 documento ficaria muito formal. A comissão entendeu que seria melhor conversar com a  
2320 conselheira levando a demanda da comissão, antes de um documento seria melhor a  
2321 conversar com a conselheira. Na reunião da comissão o conselheiro Lázaro e a  
2322 Conselheira Marleide se colocaram a disposição para está participando das reuniões do  
2323 SIOPS, ficando Marleide como titular e o suplente Lázaro. Ficou acordado que o  
2324 Secretário Executivo do CES solicitaria a comissão do SIOPS que encaminhasse outros  
2325 documentos necessários para dar continuidade aos estudos, porque tem algumas situações  
2326 que precisamos tomar conhecimento do funcionamento do SIOPS. Na reunião da  
2327 comissão quando tiramos a representação do SIOPS e que informaram aos conselheiros

2328 que a representação no SIOPS era extremamente importante para o andamento da  
2329 comissão de Orçamento e Financia e continuidade de alguns serviços do SIOPS. Além  
2330 disso, foi discutido sobre o curso que foram tomar em Recife sobre o financiamento do  
2331 SUS, como se dar esse processo e dentro do processo discutiu o SIOPS. Estão dialogando  
2332 dentro da comissão uma oficina e socializará primeiro para comissão de orçamento, não  
2333 marcaram o período que vai acontecer sabemos que será em janeiro, começou a trabalhar  
2334 a programação em cima do que foi dado em Recife, e futuramente vai socializar com  
2335 todos os conselheiros e além dos conselheiros existe uma vontade muito forte e sabemos  
2336 que é difícil de levar para os conselhos municipais, como fariam, ainda não estava  
2337 definido. **O Senhor Presidente** solicitou que a demanda de capacitação de conselheiro a  
2338 comissão de orçamento encaminhasse para a comissão de Educação Permanente para  
2339 trabalharem juntos, e que estava, tentando trazer o fuzion para ficar dois dias com o  
2340 conselho para realizar um seminário sobre orçamento, financiamento, planejamento do  
2341 conselho nacional de saúde, estamos vendo as datas e como fariam isso. **O Conselheiro**  
2342 **Marcos Antônio Almeida Sampaio** informou que entendeu o encaminhamento da  
2343 comissão, não entendeu o impedimento e onde está dizendo que a conselheira Lilian por  
2344 não fazer parte da comissão de orçamento, não possa ficar no SIOPS. Se existe a  
2345 possibilidade ao invés de ficar avaliando conversar com a conselheira para declinar da  
2346 vaga seria a conselheira participar da comissão de orçamento, ou colocando como algo  
2347 importante que a mesma faça parte da reunião da comissão de orçamento e  
2348 financiamento. Geralmente na comissão o conselheiro pede para declinar nunca  
2349 presenciou a possibilidade de uma comissão perceber que outro espaço é escolhido de  
2350 forma diferenciada que precisa ter o diálogo com o conselheiro para declinar, se tiver  
2351 vaga na comissão convidar a conselheira para fazer parte da comissão de orçamento e  
2352 finanças. **O Conselheiro Luiz Américo** esclareceu ao conselheiro Marcos que a comissão  
2353 tirou dois nomes: Conselheira Marleide e Conselheiro Lázaro, para representar o SIOPS  
2354 com a condição de conversar com a conselheira Lilian, se chegar a um acordo a  
2355 conselheira pode até participar da comissão. Informou que o conselho não tem  
2356 representação no SIOPS porque se ficar várias vezes sem participar das reuniões da  
2357 Câmara Técnica do SIOPS perde a vaga, no momento a conselheira Lilian não faz parte  
2358 do SIOPS e esse retorno veio com a retomada da comissão. Informou ainda que foi  
2359 convidada a representante do SIOPS para reunião que reabriu novamente a vaga para o  
2360 conselho participar do SIOPS. Salientou que no 13/012/2016 participou da reunião da  
2361 câmara técnica, não oficialmente porque precisa de uma portaria para conversar, não  
2362 ficou definido um calendário e ficaram de enviar e temos que cobrar o calendário de  
2363 reuniões SIOPS. O conselho terão dois representantes titulares e suplentes, porém se  
2364 algum conselheiro quiser participar da reunião é aberta ao conselho. **O Conselheiro**  
2365 **Marcos Antônio Almeida Sampaio** informou que sua colocação não foi contrária, se a  
2366 conselheira não está participando e tem a constatação não cabia consultar, o conselho tem  
2367 que indicar outro conselheiro para garantir a presença. A dúvida era sobre quem indica a  
2368 representação para o SIOPS é o CES, as indicações para a comissões são legitimado no  
2369 pleno, se tratamos da forma que queremos que seja, chegará um momento que todas as  
2370 comissões vão querer fazer a indicação de membro para comissão. **O Senhor Presidente**  
2371 informou que o conselheiro Marcos estava corretíssimo na colocação que é o pleno e

2372 quem ratifica, a conselheira Lilian, foi a única que se colocou e participou de uma  
2373 reunião. Encaminhamos o nome dela até o momento não saiu a portaria dela. A comissão  
2374 de orçamento se reuniu e participou da reunião e os membros da comissão entendeu que  
2375 seria melhor o encaminhamento, vamos conversar com a conselheira, caso não queira  
2376 podemos perguntar a algum membro da comissão que queira declinar e colocar a  
2377 conselheira. Não podemos ampliar a comissão porque é paritária e está fechada, estamos  
2378 colocando e as conselheiras Isadora e Célia trouxeram sobre a comissão de Educação  
2379 Permanente para o controle social do CES na reunião que houve, e encaminharão para  
2380 mesa uma solicitação de ampliação da comissão porque estão achando que não terão  
2381 pernas para dar conta da demanda. A **Conselheira Isadora Maia** solicitou questão de  
2382 ordem e informou que na ultima reunião da comissão de Educação Permanente esteve  
2383 presente e solicitou a saída. Explicou o porquê, a comissão de Educação Permanente é  
2384 uma construção maravilhosa, mas ficará como colaboradora, porque em 2017 vai  
2385 escrever um capítulo de um livro que foi convidada, tem a parte do mestrado tem uma  
2386 legislação nova que seu trabalho exigirá com muito afinco por se muito importante, uma  
2387 plataforma das organizações sociais em que modifica todas as relações das ONGs com o  
2388 poder publico privado e terá que viajar o Brasil e trabalhar bastante. A comissão  
2389 realmente precisa de mais braços e muito mais pernas não é nada simples, tem que ter  
2390 cronograma de janeiro a março o que pode ser feito, quais são os eixos que serão  
2391 inicialmente atacados, quais instituições que poderão fazer e pegar a secretaria executiva,  
2392 os colaboradores e encaminhar, caso contrário não sairá do papel. A **Conselheira Ângela**  
2393 **da Mata** informou que votando à indicação dos conselheiros da comissão para o SIOPS, o  
2394 conselheiro Marcos comentou que o pleno do conselho que decide ou não dessa  
2395 representação. Comentou com o conselheiro o seguinte, não é assim, temos que respeitar  
2396 pelo menos a indicação desses conselheiros, trazendo para o pleno validar. O **Senhor**  
2397 **Presidente** informou que ficou de liberado sobre a questão da BahiaFarma, o conselheiro  
2398 Fernando fez uma colocação sobre o Jeton e solicitamos estatuto da BahiaFarma e  
2399 recebemos. Solicitamos um parecer jurídico, e ficou acordado quando chegasse o parecer  
2400 jurídico deferíamos no pleno qual seria o conselheiro que representaria da BahiaFarma, se  
2401 colocaram a disposição os conselheiros Ricardo, Jair, Eliane, Walney e Vasconcelos. O  
2402 pleno deliberou que só daríamos a indicação dos conselheiros que iriam representar a  
2403 BahiaFarma, depois que fosse apresentado um parecer técnico jurídico a respeito do  
2404 jeton, porque foram feita proposta. A proposta do conselheiro Ricardo, não se sentiria  
2405 bem em receber qualquer quantia, e passaria para qualquer instituição de caráter social. O  
2406 **conselheiro Vasconcelos** informou que esclareceria o interesse em farmácia, participou  
2407 no início da fábrica e trouxe algumas fotos para Ricardo ver o trabalho com a farmácia  
2408 não era de agora no conselho e sim desde o inicio, não só com a farmácia BahiaFarma  
2409 como também com a ITF a empresa que veio da Itália fazendo a parte de medicamento.  
2410 Esteve com Julieta Palmeiras visitando a farmácia várias vezes, tanto a BahiaFarma,  
2411 como a indústria farmacêutica e gostaria de prestar isso não pelo interesse de alguma  
2412 coisa, mas pelo interesse no controle dos medicamento que são fabricados. E se o mesmo  
2413 for na Vigilância Sanitária vai ficar seis meses sem receber o medicamento. O  
2414 **Conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio** informou que compreende as indicações  
2415 dos conselheiros para compor a comissão, os conselheiros Walney e Marcos faziam parte

2416 da comissão. O conselheiro Marcos foi expulso da reunião e até o momento espera a  
2417 publicação da posição contrária do conselho à sua expulsão. Estão esperando o estudo  
2418 que iram fazer para tomar uma posição, porque no memento entendemos que o conselho  
2419 que foi expulso, os documentos que solicitamos e foram negados. Minimamente teriam  
2420 que consultar aos conselheiros se gostariam de permanecer ou não na comissão, porque  
2421 estão fazendo parte do Conselho ainda, não consultaram se queriam ir na reunião da  
2422 BahiaFarma e colocou a posição contrária ao Jeton. Esclareceu que a solução para tirar o  
2423 Jeton que paga a qualquer pessoa, tem dois caminhos legais: Primeiro que não está no  
2424 regimento do CES, está no regimento da BahiaFarma e qualquer conselheiro que  
2425 participe das reuniões tem direito a receber, a não ser se alterar o regimento da  
2426 Bahiafarma. O conselho pode fazer uma deliberação dizendo que o conselheiro indicado  
2427 para o conselho curador da Bahiafarma abrirá mão do Jeton, porque é legal e está no  
2428 regimento que todos os membros que fazem parte do conselho da BahiaFarma,  
2429 independente da indicação e segmento, tem o direito ao Jeton. Se o CES como membro  
2430 quiser abrir mão, precisará enviar um documento abrindo mão, o conselheiro que for  
2431 indicado assinará um documento abrindo mão. A **Conselheira Isadora** informou que no  
2432 regimento do CES capítulo VIII das disposições finais, no Art. 36 diz que a função de  
2433 Conselheiro é de relevância pública, não remunerada. A essência do conselheiro diz que  
2434 onde estiver não será remunerado, não importa se a BahiaFarma e Fundação Estatal  
2435 passou a remunerar. Se recebeu, o conselheiro tem que devolver, porque é retirado de  
2436 dentro do conselho a representação dele, citou como exemplo quem está representado o  
2437 conselho é Isodara, como conselheira não pode receber. A solução é um ofício dizendo  
2438 considerando o Art. 36 do regimento do conselho, o conselheiro não pode receber em  
2439 qualquer espaço que esteja Jeton ou remuneração. **O Senhor Presidente** informou que o  
2440 conselheiro Fernando havia solicitado e a mesa acatou, teve uma discursão no pleno  
2441 aprovamos os nomes e acatamos o que conselheiro colocou. O conselheiro Marcos fez  
2442 uma colocação justa, mas o seu afastamento do conselho foi de nome, o conselheiro saiu  
2443 do conselho. Por duas vezes foram feita uma discussão no pleno da comissão, primeiro da  
2444 comissão de saúde do trabalhador, o conselheiro Walney perguntamos não se pronunciou  
2445 em nenhum momento. Citou como exemplo, o conselheiro Francisco mandou dizendo  
2446 que tinha interesse de participar da CIST, e garantiu a permanência de quem mostrou  
2447 interesse. Tem a indicação de dois conselheiros titular e suplente para *Política Nacional*  
2448 *de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PNPIC-SUS)*, as conselheiras Célia  
2449 Alexandria e Vera Lúcia se colocaram a disposição. **A Conselheira Célia** informou que  
2450 tinha uma sugestão de nome para comissão de Educação Permanente como representação  
2451 da gestão o conselheiro Rosalvo. **O Conselheiro Silvino** informou que o grupo condutor  
2452 de política de saúde do sistema prisional, precisa oficializar a presença do conselho nesse  
2453 espaço. Convidou o conselheiro Silvio Roberto para ficar na suplência. **O senhor**  
2454 **presidente** solicitou que encaminhassem ofício indicando Silvino como titular e Silvio  
2455 como suplente para participar grupo condutor de política de saúde do sistema prisional.  
2456 Solicitou o reenvio do ofício com os nomes. **O conselheiro Rosalvo** informou que não  
2457 dava para abrir mão de não receber o Jeton participando da BahiaFarma, porque as  
2458 pessoas adquirem responsabilidades lá na frente, tendo algum problema de recursos que  
2459 não foram aplicados, prejuízo que ocorram na instituição, desvio, as pessoas que estão



2460 representando o CES ou outra entidade, elas entram com o CPF com os bens materiais  
2461 que tem e daqui a 5 ou 10 anos, os bens materiais que declara no imposto de renda  
2462 poderão ser confiscados para pagamento, de uma má gestão financeira. Por isso defendia e  
2463 solicitou que refletissem melhor, o conselheiro tem que receber, porque os bens materiais  
2464 dele, ficarão a disposição quando tiver algum problema financeiro. Não é tão simples  
2465 abrir mão para uma ONG, defendeu que os que forem representantes recebam porque o  
2466 que está envolvido são questões que implicam no nome dele para o resto da vida. Não é  
2467 dizer que vai abrir mão e está aberto mão do Jeton, solicitou que os conselheiros reflitam  
2468 e que a questão é muito mais complexa do que pensam. **O senhor presidente** informou  
2469 que conselheiro Rosalvo estava corretíssimo ele estava vivendo essa questão e o ex-  
2470 conselheiro Alfredo Boa Sorte também viviam uma situação parecida. “O que precisa ser  
2471 feito é um parecer técnico jurídico, no caso se não vir a receber é que a Fundação por  
2472 obrigação, e a Governança corporativa e todos os conselhos de administração estão  
2473 fazendo, seguro de responsabilidade civil, qualquer dano material que o conselheiro  
2474 venha sofrer e não seja o causador seja a gestão é obrigatório o conselho de administração  
2475 fazer. A entidade que participa fez um seguro com uma empresa inglesa que respalda a  
2476 responder até por dez anos. Foi bom o conselheiro trazer a baila essa questão, não é só a  
2477 questão de ir tem a questão dos “pepinos” que podem assumir. **O conselheiro Cássio**  
2478 informou que não ficou claro com relação aos representantes da FESFE, no dia  
2479 12/12/2017 teve reunião e a FESFE alegou não ter recebido a indicação de  
2480 representatividade do conselho. **O senhor presidente** informou que os conselheiros  
2481 indicados foram: Ricardo, Liliane, Cintra e Marleide e resolveria em consenso e  
2482 encaminharia os nomes para FESFE. O Senhor Presidente agradeceu a presença e desejou  
2483 a todos um feliz Natal e Próspero Ano Novo, encerrou os trabalhos da 236ª Reunião  
2484 Ordinária do CES. Não havendo mais o que tratar, eu, Arão Capinam de Oliveira, lavrei a  
2485 presente ata, que será assinada pelo Senhor Presidente do CES e pelos senhores  
2486 conselheiros, após lida e aprovada.

2487 Estiveram presentes os seguintes conselheiros:

2488 Arão Capinam de Oliveira \_\_\_\_\_

2489 **Secretário Executivo do CES**

2490 Ricardo Luiz Dias Mendonça (Titular) \_\_\_\_\_

2491 **Central Única dos Trabalhadores - CUT**

2492 Fábio Vilas-Boas Pinto (Titular) \_\_\_\_\_

2493 **O Secretário de Saúde do Estado da Bahia**

2494 Cássio André Garcia (Suplente) \_\_\_\_\_

2495 **Secretaria de Saúde do Estado da Bahia**

2496 Aroldo Luiz da Silva Bacelar \_\_\_\_\_

2497 **Ministério da Saúde**

2498 Célia Maria Alexandria de Oliveira (Titular) \_\_\_\_\_

2499 **Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde Trabalho, Previdência e**

2500 **Assistência Social no Estado da Bahia – SINDPREV**

2501 Eliane Araújo Simões (Titular) \_\_\_\_\_

2502 **Conselho Regional de Farmácia do Estado da Bahia – CRF**

2503 Edson Moraes de Oliveira (Titular) \_\_\_\_\_

- 2504 **Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias**  
2505 **da Bahia – SINDACS/BA**  
2506 Fernando Antonio Duarte Dantas(Titular)\_\_\_\_\_
- 2507 **Federação dos Bancários do Estado da Bahia e Sergipe - FEEB**  
2508 Jair Alves dos Santos (titular) \_\_\_\_\_
- 2509 **Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase - Morhan**  
2510 José Vasconcelos de Freitas (suplente) \_\_\_\_\_
- 2511 **Associação de Defesa dos Pacientes Crônicos Renais do Estado da Bahia**  
2512 Júlio César Vieira Braga
- 2513 **Conselho Regional de Medicina - CREMEB**  
2514 Francisco José Souza e Silva(Titular)
- 2515 **Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB**  
2516 José Silvino Gonçalves dos Santos (Titular) \_\_\_\_\_
- 2517 **Representante Estadual do Fórum de Combate a Violência - Centro Afro de**  
2518 **Promoção e Defesa da Vida Padre Eziquiel – CAP DEVER**  
2519 José Vasconcelos de Freitas
- 2520 **Associação de Defesa dos Pacientes Crônicos Renais do Estado da Bahia**  
2521 Josivaldo de Jesus Gonçalves
- 2522 **Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias**  
2523 **do Sul e Extremo Sul da Bahia - SINDACS**  
2524 Isadora Oliveira Maia (titular)\_\_\_\_\_
- 2525 **Representante Estadual dos Prestadores de Serviço em Saúde Federação das**  
2526 **APAES do Estado da Bahia**  
2527 Liliane Elze Falcão Lins Kusterer(titular)
- 2528 **Conselho Regional de Odontologia - CROBA**  
2529 Luiz Américo Pereira Câmara (Titular) \_\_\_\_\_
- 2530 **Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia – CREMEB**  
2531 Lázaro Ribeiro de Souza (Suplente) \_\_\_\_\_
- 2532 **Central Única dos Trabalhadores – CUT**  
2533 Lourani Maria Carneiro dos Santos
- 2534 **Núcleo Assistencial para Pessoas com Câncer - NASPEC**  
2535 Marleide Castros dos Santos \_\_\_\_\_
- 2536 **Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado da Bahia – SASB (suplência)**  
2537 Maria Ângela da Mata Santos(suplente)\_\_\_\_\_
- 2538 **Centro de Estudo, Prevenção e Apoio aos Portadores de LER/DORT – CEAPLER**  
2539 Márcio Costa de Souza(suplente) \_\_\_\_\_
- 2540 **Universidade do Estado da Bahia – UNEB**  
2541 Moysés Longuinho Toniolo(Suplente)\_\_\_\_\_
- 2542 **Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS - GAPA**  
2543 Marcos Antonio Almeida Sampaio
- 2544 **Fórum de Entidades do Movimento Anti-racista – Instituto N’leeke**  
2545 Rosalvo de Oliveira Junior (Suplente) \_\_\_\_\_
- 2546 **Representante da Secretaria de Meio Ambiente;**  
2547 Raimundo Rodrigues Cintra(suplente)\_\_\_\_\_

- 2548 **Associação Habitacional, Crédito, Financeiro, Esporte , Cultura, Lazer e**  
2549 **Formação Profissionalizante dos Trabalhadores e Trabalhadores do Ramo de**  
2550 **Seguridade Social da Bahia – AFOSHACLASS-BA**  
2551 Rômulo José Valença Correia(Titular)\_\_\_\_\_
- 2552 **Grupo Vontade de Viver de Apoio aos Portadores de Hepatites Virais**  
2553 Rubiraci Santos de Almeida (suplente)\_\_\_\_\_
- 2554 **União dos Negros pela Igualdade – UNEGRO**  
2555 Silvio Roberto dos Anjos e Silva (Titular) \_\_\_\_\_
- 2556 **Sindicato dos Trabalhadores em Saúde no Estado da Bahia – SINDSAÚDE – BA**  
2557 Paulo Henrique Albuquerque Nascimento(Suplente) \_\_\_\_\_
- 2558 **Conselho Regional de Farmácia do Estado da Bahia CRF**  
2559 Viviane Almeida Sarmento (Suplente)\_\_\_\_\_
- 2560 **Conselho Regional de Odontologia – CROBA**  
2561 Vera Lúcia Gonçalves de Jesus(Suplente)\_\_\_\_\_
- 2562 **Fórum de Entidades Religiosas Conferência Nacional dos Bispos do Brasil –**  
2563 **Regional Nordeste 3 Bahia e Sergipe CNBB**  
2564 Waldir Cerqueira dos Santos(Suplente)\_\_\_\_\_
- 2565 **Sindicato dos Trabalhadores em Santas Casas, Entidades Filantrópicas,**  
2566 **Benéficas e Religiosas e Em Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado**  
2567 **da Bahia – SINDI SAÚDE – Rede Privada**  
2568 Walney Magno de Souza (titular)
- 2569 **Representante Estadual de Populações Indígenas ou Quilombolas - Associação**  
2570 **Cultural e Ambientalista dos Índios Tupinambá de Olivença**  
2571